

ESTE DOCUMENTO É UMA MINUTA INICIAL SUJEITA A ALTERAÇÕES E COMPLEMENTAÇÕES, TENDO SIDO ARQUIVADA NA CVM PARA FINS EXCLUSIVOS DE ANÁLISE E EXIGÊNCIAS POR PARTE DESSA AUTARQUIA. ESTE DOCUMENTO, PORTANTO, NÃO SE CARACTERIZA COMO O PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA E NÃO CONSTITUI UMA OFERTA DE VENDA OU UMA SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE COMPRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO BRASIL, NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA OU EM QUALQUER OUTRA JURISDIÇÃO. OS POTENCIAIS INVESTIDORES NÃO DEVEM TOMAR NENHUMA DECISÃO DE INVESTIMENTO COM BASE NAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTA MINUTA

PROSPECTO PRELIMINAR DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA ADICIONAL REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM DUAS SÉRIES, DA TERCEIRA EMISSÃO DA



SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

CNPJ nº 09.391.823/0001-60 – Em fase de obtenção de registro de Companhia Aberta
Avenida das Nações Unidas, nº 4.777, 6º andar, Edifício Vila Lobos, Alto de Pinheiros, 05477-000, São Paulo – SP

No montante total de

R\$700.000.000,00

**Classificação de Risco [●]: [●]
Códigos ISIN nºs [●] (1ª série) e [●] (2ª série)**

A SANTO ANTÔNIO ENERGIA (“SAE”, “Companhia” ou “Emissora”) está realizando uma distribuição pública de 70.000 (setenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, escriturais, nominativas, da espécie quirografária com garantia adicional real e fidejussória, em duas séries, da 3ª emissão da Emissora, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) (“Debêntures”), no dia 15 de abril de 2014 (“Data da Emissão”), no valor total de R\$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais) (“Emissão” ou “Oferta”), sob a coordenação do Banco BTG Pactual S.A. (“Coordenador Líder”), da HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“HSBC”) e do BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento (“BESI”) e, em conjunto com o Coordenador Líder e o HSBC, “Coordenadores”, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A Emissão, a Oferta, e a formalização das Garantias e Suporte de Acionistas foram aprovadas em conformidade com a deliberação tomada em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora realizada em [11] de [março] de 2014 (“AGE”), cuja ata será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) e, tão logo arquivada na JUCESP, será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal Empresas & Negócios – SP. A Oferta será realizada de acordo com os termos e condições do “Instrumento Particular de Escritura da 3ª (terceira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública, da Santo Antônio Energia S.A.” (“Escritura de Emissão”), a ser celebrado entre a Emissora, a Pentágono S.A. Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários (“Agente Fiduciário”) e, na qualidade de interveniente anuente, a Madeira Energia S.A. – MESA. Após sua celebração, a Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão arquivados na JUCESP, de acordo com o inciso II e o parágrafo 3º do artigo 62 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”). A Escritura de Emissão será objeto de aditamento para refletir o resultado do Procedimento de Bookbuilding (conforme definido abaixo), de modo a especificar as taxas aplicáveis às Debêntures, podendo ser fixadas taxas distintas para cada uma das séries, bem como a quantidade de Debêntures de cada série a serem efetivamente emitidas (“Aditamento”).

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, a ser prestada, de forma individual e não solidária, pelos Coordenadores, conforme os termos e condições do Contrato de Distribuição. Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento (“Procedimento de Bookbuilding”), sem recebimento de reservas e sem definição de lotes mínimos ou máximos de subscrição de Debêntures, organizado pelos Coordenadores, por meio de coleta de intenção de investimento, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, para a definição da Remuneração das Debêntures e da quantidade de Debêntures de cada série.

A Emissão será realizada em 2 (duas) séries, no sistema de vasos comunicantes (“Sistema de Vasos Comunicantes”), sendo que a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série será definida conforme o Procedimento de Bookbuilding, observado que o somatório das Debêntures da 1ª série (“1ª Série”) e “Debêntures da 1ª Série”, respectivamente) e das Debêntures da 2ª série (“2ª Série”) e “Debêntures da 2ª Série”, respectivamente, sendo que as Debêntures da 1ª Série e as Debêntures da 2ª Série em conjunto são doravante definidas como “Debêntures” não poderá exceder a quantidade total de Debêntures objeto da Oferta. De acordo com o Sistema de Vasos Comunicantes, a quantidade de Debêntures a ser emitida na 1ª Série deverá ser determinada pela quantidade total de Debêntures objeto da Oferta, subtraída a quantidade total de Debêntures a ser emitida na 2ª Série. As Debêntures serão alocadas entre as 2 (duas) séries de forma a atender a demanda verificada no Procedimento de Bookbuilding. Serão emitidas, (i) no mínimo, 20.000 (vinte mil) e, no máximo 28.000 (vinte e oito mil) Debêntures da 1ª Série; e (ii) no mínimo, 42.000 (quarenta e duas mil) e, no máximo, 50.000 (cinquenta mil) Debêntures da 2ª Série. As Debêntures serão distribuídas sob o regime de garantia firme, a ser prestada pelos Coordenadores.

A Emissão é realizada nos termos do § 1º do artigo 1º e do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada (“Lei 12.431”), do Decreto nº 7.603, de 09 de novembro de 2011 (“Decreto 7.603”), da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011 (“Resolução 3.947”), e pela Portaria nº 558 do Ministério de Minas e Energias, de 03 de outubro de 2012, para implementação da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio (“UHE Santo Antônio” ou “Projeto”), que contará com 50 (cinquenta) unidades geradoras, considerado como prioritário nos termos da do artigo 2º, inciso III do Decreto 7.603. A Emissora compromete-se a alocar os recursos líquidos a serem por ela obtidos com a Oferta para viabilização e implementação das 50 (cinquenta) unidades geradoras da UHE Santo Antônio.

As Debêntures serão registradas para (i) distribuição no mercado primário por meio (a) do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada por meio da CETIP; e (b) do DDA - Sistema de Distribuição de Ativos (“DDA”), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da BM&FBOVESPA; e (ii) negociação no mercado secundário por meio (a) do CETIP 21 - Módulo de Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP 21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) Sistema de Negociação de Títulos de Renda Fixa BOVESPAFIX (“BOVESPAFIX”), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia, a liquidação financeira e a negociação das Debêntures.

Este Prospecto Preliminar deve ser lido em conjunto com as informações apresentadas no Formulário de Referência da Companhia, elaborado nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.

Os investidores devem ler os itens “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência da Companhia, bem como a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures” deste Prospecto, nas páginas [●] a [●], que contém certos fatores de risco que devem ser considerados em relação à subscrição das Debêntures.

As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a seu respeito. O presente Prospecto Preliminar está sujeito a complementação e correção. O Prospecto Definitivo será entregue aos investidores durante o período de distribuição.

Este Prospecto Preliminar não deve, em qualquer circunstância, ser considerado como recomendação de investimento das Debêntures. Ao decidir por subscrever as Debêntures, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da condição financeira da Emissora, de seus ativos e dos riscos decorrentes do investimento nas Debêntures. Este Prospecto Preliminar foi preparado com base nas informações prestadas pela Emissora, sendo que o Coordenador Líder tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Emissora sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Emissora, sejam suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta. Antes de tomar decisão de investimento nas Debêntures que venham a ser distribuídas no âmbito da Oferta, a Emissora e o Coordenador Líder recomenda aos potenciais investidores a leitura cuidadosa deste Prospecto Preliminar.

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que: (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos no investimento em Debêntures ou que não tenham acesso à consultoria especializada; (ii) necessitem de liquidez com relação às Debêntures a serem adquiridas, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (iii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou do setor de geração de energia elétrica.

Mais informações sobre a Emissora, as Debêntures e a Oferta poderão ser obtidas junto aos Coordenadores nos endereços indicados na seção “Informações sobre a Emissora, Assessores e Auditores” e à CVM no endereço indicado na seção “Características da Oferta- Informações Complementares”, nas páginas [●] e [●], respectivamente, deste Prospecto.

A Oferta foi registrada na CVM em [●] de [●] de 2014, sob nº CVM/SRE/DEB/2014/[●] para as Debêntures da 1ª Série e sob nº CVM/SRE/DEB/2014/[●] para as Debêntures da 2ª Série.

O REGISTRO DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS DEBÊNTURES A SEREM DISTRIBUÍDAS.



A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBIMA, não cabendo à ANBIMA qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos.

Coordenador Líder:



Coordenador:



Coordenador:



A data deste Prospecto Preliminar é de [05] de [fevereiro] de 2014.

ÍNDICE

DEFINIÇÕES.....	6
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO	19
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA	21
DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INCORPORADOS A ESTE PROSPECTO POR REFERÊNCIA	23
APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS, OPERACIONAIS E OUTRAS INFORMAÇÕES	24
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS	24
INFORMAÇÕES AO MERCADO	24
ARREDONDAMENTOS	24
SUMÁRIO DA EMISSORA	25
VISÃO GERAL.....	25
ESTRUTURA SOCIETÁRIA	25
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OPERACIONAIS.....	26
PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA EMISSORA.....	26
ESTRATÉGIA.....	28
VANTAGENS COMPETITIVAS	28
PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À EMISSORA.....	30
HISTÓRICO.....	32
SUMÁRIO DA OFERTA	33
CARACTERÍSTICAS DA OFERTA.....	47
COMPOSIÇÃO ATUAL DO CAPITAL SOCIAL	47
AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS E REGISTROS	47
CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES	48
CARACTERÍSTICAS DA OFERTA.....	65
CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO.....	68
SOBRE AS DEBÊNTURES	71
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	73
APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES DA EMISSÃO	75
COORDENADOR LÍDER.....	75
COORDENADORES	76
RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E OS COORDENADORES	81
OPERAÇÕES VINCULADAS À EMISSÃO	86
INFORMAÇÕES SOBRE A EMISSORA, ASSESSORES E AUDITORES	87
DECLARAÇÕES DE VERACIDADE	88
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS DEBÊNTURES	89
TRIBUTAÇÃO.....	94
IMPOSTO DE RENDA NA FONTE.....	94
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	95
CAPACIDADE DE PAGAMENTO	96
CAPITALIZAÇÃO.....	97
INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS FIADORES	98
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.....	98

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG..... 99

ANEXOS

ANEXO I	ESTATUTO SOCIAL DA EMISSORA	A - 1
ANEXO II	ATOS SOCIETÁRIOS DA EMISSORA RELATIVOS À EMISSÃO.....	B - 1
ANEXO III	DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DO COORDENADOR LÍDER, DE QUE TRATA O ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400.....	C - 1
ANEXO IV	RELATÓRIO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	D - 1
ANEXO V	ESCRITURA DE EMISSÃO.....	E - 1
ANEXO VI	CONTRATOS DE GARANTIA E SUPORTE DE ACIONISTAS.	F - 1
ANEXO VII	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA EMISSORA RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, COM O RESPECTIVO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES E RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	G - 1
ANEXO VIII	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA EMISSORA RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012, COM O RESPECTIVO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	H - 1
ANEXO IX	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA EMISSORA RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011, COM O RESPECTIVO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	I - 1
ANEXO X	FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.	J - 1

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

DEFINIÇÕES

1ª Série	Debêntures da 1ª série, a serem emitidas no âmbito da Oferta.
2ª Série	Debêntures da 2ª série, a serem emitidas no âmbito da Oferta.
Acionistas da MESA	Andrade Gutierrez Participações S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A., Caixa Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia, Furnas Centrais Elétricas S.A. e Odebrecht Energia do Brasil S.A.
ACL	Ambiente de Contratação Livre.
ACR	Ambiente de Contratação Regulada.
AGE	Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora realizada em [11] de [março] de 2014, a qual aprovou a Emissão e a Oferta e a formalização do conjunto das garantias e do suporte de Acionistas, conforme Cláusulas 4.5.1, 4.5.2 e 4.5.3 da Escritura de Emissão “Garantias e Suporte de Acionistas”.
Agência de Classificação de Risco	[●]
Agente Fiduciário	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
Agentes Repassadores	Banco Santander (Brasil) S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., o Banco Itaú BBA S.A., Banco do Nordeste Brasil S.A., Caixa Econômica Federal, BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento e Banco da Amazônia S.A., em conjunto.
Agentes Repassadores Suplementares	Banco Santander (Brasil) S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., o Banco Itaú BBA S.A., Caixa Econômica Federal e BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento, em conjunto.
ANBIMA	ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional real e fidejussória, em duas séries, da terceira emissão da Emissora, a ser publicado no jornal Valor Econômico.

Anúncio de Início	Anúncio de início da de distribuição pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional real e fidejussória, em duas séries, da terceira emissão da Emissora, a ser publicado no jornal Valor Econômico.
Assembleia Geral de Debenturistas	Assembleia geral de Debenturistas.
Atualização Monetária	Atualização monetária do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, pela variação acumulada do IPCA, apurado e divulgado pelo IBGE, a qual será calculada conforme item 4.2.1. da Escritura de Emissão e encontra-se descrita no item “Atualização Monetária” da seção “Características da Oferta – Características da Emissão e das Debêntures” deste Prospecto.
Auditores Independentes ou PricewaterhouseCoopers	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, os auditores independentes da Companhia.
Aviso ao Mercado	Aviso ao mercado de distribuição pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional real e fidejussória, em duas séries, da terceira emissão da Emissora, a ser publicado no jornal Valor Econômico.
Banco Central ou BACEN	Banco Central Brasileiro.
Banco Liquidante	Itaú Unibanco S.A.
BESI	BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento
BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.
BOVESPAFIX	Sistema de Negociação de Títulos de Renda Fixa BOVESPAFIX.
Brasil	República Federativa do Brasil.
CCAT	Corrente Contínua Alternada.
CCEARs	Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado.
CCRECs	Contratos de Compra de Reduções de Emissão de Carbono.

CCVEs	Contratos de Compra e Venda de Energia.
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, nº 1.200, 5º andar, ala B1, CEP 30190-131, bairro Santo Agostinho, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.155.730/0001-64.
CETIP	CETIP S.A. - Mercados Organizados.
CETIP 21	CETIP 21 - Módulo de Títulos e Valores Mobiliários.
CFC	Conselho Federal de Contabilidade.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica no Ministério da Fazenda.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.
Código Civil	Lei 10.406, de 10 de Janeiro de 2002, conforme alterada.
Companhia, Emissora ou SAE	Santo Antônio Energia S.A.
Contas-Reserva	Significa o conjunto das seguintes contas criadas nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária: (i) Conta Reserva do Serviço da Dívida 1: a conta corrente de titularidade da Emissora, mantida junto ao Banco do Brasil S.A., sob o nº 2530-5, agência nº 3064-3, (ii) Conta Reserva do Serviço da Dívida 2: a conta corrente de titularidade da Emissora, mantida junto ao Banco do Brasil S.A., sob o nº 6180-8, agência nº 3064-3, (iii) Conta Reserva de O&M: a conta corrente de titularidade da Emissora, mantida junto ao Banco do Brasil SA, sob o nº 2529-1, agência nº 3064-3, (iv) Conta Reserva do Serviço das Debêntures 1: a conta corrente de titularidade da Emissora, mantida junto ao Banco do Brasil S.A. sob o nº 2531-3 agência nº 3064-3, (v) Conta Reserva do Serviço das Debêntures 2: a conta corrente de titularidade da Emissora, mantida junto ao Banco do Brasil SA, sob o nº 6181-6, agência nº 3064-3 (vi) Conta Reserva do Serviço das Debêntures 3: a conta corrente de titularidade da Emissora, mantida junto ao Banco do Brasil S.A., sob o nº 6.320-7, , agência nº 3064-3, e (vii) Conta Reserva Estática do Serviço das Debêntures 3: a conta corrente de titularidade da Emissora, mantida junto ao Banco do Brasil S.A., sob o nº 6.321-5, agência nº 3064-3.

Contratos de Cessão Fiduciária	“Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças”, celebrado em 28 de agosto de 2013 entre a Emissora, o BNDES, os Agentes Repassadores, o Banco da Amazônia S.A., atuando na qualidade de agente financeiro do FNO, o Banco do Brasil S.A., como banco arrecadador, a MESA, os Acionistas, a Odebrecht S.A., o agente fiduciário das debêntures da 2ª emissão da Emissora e o FI-FGTS, a ser aditado para que o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, seja parte.
Contrato de Compartilhamento de Garantias	Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças, celebrado, entre BNDES, Agentes Repassadores, Banco da Amazônia S.A., atuando na qualidade de agente financeiro do FNO, agente fiduciário das debêntures da 2ª emissão da Emissora e FI-FGTS, em 12 de março de 2009, conforme aditado em 20 de maio de 2010, 19 de outubro de 2012 e 28 de agosto de 2013, a ser aditado para que o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, seja parte, cujo objeto consiste nos termos e condições em que serão excutidas as garantias outorgadas no âmbito no Contrato de Penhor e Contrato de Cessão Fiduciária.
Contrato de Concessão	Contrato de Concessão nº 001/2008-MME-UHE Santo Antônio de Uso de Bem Público para Geração de Energia Elétrica, celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério de Minas e Energia – MME, e a MESA em 13 de junho de 2008, aditado e transferido para a Emissora em 1 de dezembro de 2008, regulando a exploração do potencial hidráulico da UHE Santo Antônio.
Contrato de Distribuição	Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da 3ª (terceira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em 2 (Duas) Séries, da Santo Antônio Energia S.A.
Contrato de EPC	Contrato para Implantação da UHE Santo Antônio, celebrado entre Emissora e o Consórcio Construtor Santo Antônio, em 17 de dezembro de 2008, conforme aditado.
Contrato de Fiança	“Instrumento Particular de Contrato de Fiança”, a ser celebrado pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras e o “Instrumento Particular de Contrato de Fiança”, a ser celebrado pela Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG.
Contrato de Financiamento Direto	Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 08.2.1120.1, celebrado entre a Emissora e o BNDES em 04 de março de 2009, conforme aditado.

Contrato de Financiamento Direto Suplementar	Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1307.1, celebrado entre a Emissora e o BNDES em 28 de agosto de 2013.
Contrato de Financiamento FNO	Contrato de Financiamento com Recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, celebrado entre a Emissora e o Banco da Amazônia S.A., na qualidade de agente financeiro do FNO, com interveniência de terceiros, em 11 de março 2009, conforme aditado.
Contrato de Penhor	“Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças”, celebrado entre a MESA, o BNDES, os Agentes Repassadores, o Banco da Amazônia S.A., atuando na qualidade de agente financeiro do FNO, os Acionistas, o agente fiduciário das debêntures da 2ª emissão da Emissora, o FI-FGTS e, como interveniente-anuente, a Emissora em 28 de agosto de 2013, a ser aditado para que o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, seja parte.
Contrato de Repasse	Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse Contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES nº 01/2009, celebrado entre a Emissora e os Agentes Repassadores, com interveniência de terceiros, em 11 de março de 2009, conforme aditado.
Contrato de Repasse Suplementar	Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse Contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES nº 01/2013, celebrado em 28 de agosto de 2013 entre a Emissora e, na qualidade de agentes repassadores, os Agentes Repassadores Suplementares.
Contrato de Suporte Original	“Contrato de Suporte de Acionistas e Outras Avenças”, celebrado pelos Acionistas, pela MESA, pela Emissora, pela Odebrecht S.A., pelo BNDES, pelos Agentes Repassadores, pelo Banco da Amazônia S.A., atuando na qualidade de agente financeiro do FNO e pelo FI-FGTS, em 12 de março de 2009, conforme aditado em 19 de outubro de 2012 e 28 de agosto de 2013.
Contrato de Suporte para Insuficiências	“Contrato de Suporte de Acionistas para Cobertura de Insuficiências e Outras Avenças”, celebrado pelos Acionistas, por MESA, pela Emissora, pela Odebrecht S.A., pelo BNDES, pelos Agentes Repassadores, pelo Banco da Amazônia S.A., atuando na qualidade de agente financeiro do FNO, pelo Agente Fiduciário e pelo FI-FGTS, em 28 de agosto de 2013, a ser aditado para que o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, seja parte.

Contrato de Suporte Suplementar	“Contrato de Suporte de Acionistas Suplementar e Outras Avenças”, celebrado pelos Acionistas, pela MESA, pela Emissora, pela Odebrecht S.A., pelo BNDES, pelos Agentes Repassadores Suplementares e pelo agente fiduciário das debêntures da 2ª emissão da Emissora, em 28 de agosto de 2013, a ser aditado para que o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, seja parte.
Contratos de Financiamento	(i) o Contrato de Repasse; (ii) o Contrato de Financiamento Direto; (iii) o Contrato de Financiamento FNO; (iv) a Escritura da 1ª Emissão de Debêntures; (v) o Contrato de Financiamento Direto Suplementar; (vi) o Contrato de Repasse Suplementar; e (vii) a Escritura da 2ª Emissão de Debêntures.
Contratos de Garantia e Suporte de Acionistas	Contrato de Penhor, Contrato de Cessão Fiduciária, Contrato de Suporte Suplementar, Contrato de Suporte para Insuficiências e Contrato de Fiança.
Contratos do Projeto	Contrato de EPC, Contrato de Concessão e Contratos de Engenharia do Proprietário, celebrados, um deles, com a Engevix Engenharia S.A. e, o outro, com FURNAS.
Coordenador Líder ou BTG Pactual	Banco BTG Pactual S.A.
Coordenadores	Coordenador Líder, HSBC e BESI.
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
Credores	(i) o BNDES; (ii) o Banco Santander (Brasil) S.A., (iii) o Banco do Brasil S.A. (iv) Banco Bradesco S.A.; (v) Banco Itaú BBA S.A.; (vi) Banco do Nordeste do Brasil S.A.; (vii) Caixa Econômica Federal; (viii) BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento; (ix) Banco da Amazônia S.A.; e (x) Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, quando denominados em conjunto, nos termos dos Contratos de Financiamento.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Emissão	15 de abril de 2014.
Data de Liquidação das Debêntures da 1ª Série	30 de abril de 2014.
Data de Liquidação das Debêntures da 2ª Série	2 de maio de 2014.

Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios	Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da 1ª Série e Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da 2ª Série, em conjunto, conforme disposto na cláusula 4.3.1 da Escritura de Emissão.
Data de Integralização	Data de integralização das 2 séries das Debêntures.
Data de Vencimento	Data de Vencimento da 2ª Série em conjunto com a Data de Vencimento da 1ª Série
Data de Vencimento da 1ª Série	Data de vencimento das Debêntures da 1ª Série, que será em 15 de abril de 2022.
Data de Vencimento da 2ª Série	Data de vencimento das Debêntures da 2ª Série, que será em 15 de abril de 2024.
DDA	DDA – Sistema de Distribuição de Ativos.
Debêntures	Debêntures simples, não conversíveis em ações, escriturais, nominativas, da espécie quirografária com garantia adicional real e fidejussória, em duas séries, da 3ª emissão da Emissora.
Debêntures em Circulação	Todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora, pela MESA e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), sociedades sob controle comum, administradores ou conselheiros da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, até segundo grau.
Debenturista	Titular das Debêntures.
Decreto 7.603	Decreto nº 7.603, de 09 de novembro de 2011.
Dia Útil	Qualquer dia que não seja sábado, domingo, dia declarado como feriado nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário na praça em que a Emissora é sediada ou em âmbito nacional, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA, conforme o caso, hipótese em que somente será considerado Dia Útil qualquer dia que não seja sábado, domingo ou dia declarado como feriado nacional.
DOESP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
Dólar ou US\$	Dólar norte-americano, a moeda oficial dos Estados Unidos da América.
DOU	Diário Oficial da União

EBITDA	Resultado líquido do exercício/período, acrescido das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras, do imposto de renda e da contribuição social sobre o Lucro Líquido e da depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelo IFRS. Desde a edição da Instrução da CVM 527, o EBITDA possui um significado padrão, que consta do artigo 3º, inciso I, da referida instrução. No entanto, a Emissora não pode garantir que outras empresas, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527 não seja adotado por outras empresas, o EBITDA divulgado pela Emissora pode não ser comparável ao EBITDA preparado por outras empresas. Nos negócios da Emissora, o EBITDA é utilizado como medida de desempenho operacional.
Eletrobras	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, sociedade por ações de economia mista, constituída em conformidade com a autorização contida na Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, conforme alterada, com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Comercial Norte, Quadra 04, Bloco “B”, nº 100, Sala 203, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00001180/0001-26
Emissão	Esta 3ª Emissão de Debêntures da Emissora.
Emissora, Companhia ou SAE	Santo Antonio Energia S.A.
Encargos Moratórios	Em caso de atraso no pagamento de qualquer quantia devida pela Emissora aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa moratória, individual e não compensatória, de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados <i>pro rata temporis</i> , acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
Escritura ou Escritura de Emissão	Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública, da Emissora.
Escriturador Mandatário	Itaú Unibanco S.A.
Estatuto Social	Estatuto Social da Emissora.
Eventos de Inadimplemento	Eventos previstos na Escritura de Emissão que podem acarretar a declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

Eventos de Vencimento Antecipado Automático	Os eventos previstos na Cláusula 5.1 da Escritura de Emissão, cuja ocorrência acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures. Para mais informações sobre os Eventos de Vencimento Antecipado Automático, consultar o item “Vencimento Antecipado” da seção “Características da Oferta ” na página [•] deste Prospecto.
Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático	Os eventos previstos na Cláusula 5.1 da Escritura de Emissão, cuja ocorrência ensejará a convocação, pelo Agente Fiduciário, de Assembleia Geral de Debenturistas visando deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado das Debêntures. Para mais informações sobre os Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático, consultar o item “Vencimento Antecipado” da seção “Características da Oferta” na página [•] deste Prospecto.
Fiadores	Eletrobras e CEMIG.
FI-FGTS	Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS.
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
Formulário de Referência	Formulário de Referência da Emissora, preparado nos termos da Instrução CVM 480 e anexo a este Prospecto Preliminar a partir da página [•]. O Formulário de Referência pode ser acessado no <i>website</i> de Relações com Investidores da Emissora, no endereço www.santoantonioenergia.com.br/ri , neste <i>website</i> , clicar no menu “Informações Financeiras”, em seguida, no item “Formulário de Referência e Cadastral”, e, em seguida, clicar em “Formulário de Referência”).
Garantias de Execução	Garantias de execução previstas em cada Contrato do Projeto.
HSBC	HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.
ICSD	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, conforme cálculo disposto no Anexo II da Escritura de Emissão.
ICSD Mínimo	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i> , ou normas internacionais de relatório financeiro, emitidas pelo IASB - <i>International Accounting Standards Board</i> , ou conselho de normas internacionais de contabilidade.
Impacto Adverso Relevante	Alteração material (i) nas condições econômico-financeiras da Emissora ou da MESA, que possa prejudicar suas atividades da maneira como são conduzidas atualmente, (ii) no Projeto, nos negócios, operações, propriedades ou resultados da Emissora, (iii) na validade ou exequibilidade dos documentos relacionados às Debêntures, inclusive os Contratos de Garantia e Suporte de Acionistas; ou (iv) na capacidade da Emissora em cumprir suas obrigações financeiras, socioambientais ou de implantação do Projeto aqui previstas, mediante transmissão de aviso à Emissora.
Instrução CVM 28	Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada.
Instrução CVM 358	Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Instrução CVM 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 409	Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Investidores Não Qualificados	Os demais investidores residentes ou domiciliados no Brasil que não possam ser classificados como Investidores Qualificados.
Investidores Qualificados	Os investidores qualificados residentes no Brasil, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM 409, incluindo, mas não se limitando, a pessoas naturais e jurídicas fundos de investimento, clubes de investimento, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, seguradoras, entidades de previdência complementar.
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo IBGE.
IPI	Imposto Sobre Produtos Industrializados.

JUCESP

Junta Comercial do Estado de São Paulo

Juros Remuneratórios da 1ª Série

Juros remuneratórios prefixados correspondentes a determinado percentual para a 1ª Série ao ano, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, limitados a 0,85% (oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano para a 1ª Série, acrescidos exponencialmente ao equivalente à média aritmética das taxas internas de retorno da NTN-B, com vencimento em 15 de agosto de 2022, que deverão ser as cotações indicativas divulgadas pela ANBIMA, a serem apuradas com base na média aritmética do fechamento do terceiro, segundo e primeiro Dias Úteis anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão (inclusive) ou a data de pagamento dos juros remuneratórios imediatamente anterior, (inclusive), conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento.

Juros Remuneratórios da 2ª Série

Juros remuneratórios prefixados correspondentes a determinado percentual para a 2ª Série ao ano, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, limitados 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) ao ano para a 2ª Série, acrescidos exponencialmente ao equivalente à média aritmética das taxas internas de retorno da NTN-B, com vencimento em 15 de agosto de 2024, que deverão ser as cotações indicativas divulgadas pela ANBIMA, a serem apuradas com base na média aritmética do fechamento do terceiro, segundo e primeiro Dias Úteis anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão (inclusive) ou a data de pagamento dos juros remuneratórios imediatamente anterior, (inclusive), conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento.

Juros Remuneratórios

Juros Remuneratórios da 1ª série, em conjunto com a Juros Remuneratórios da 2ª série, conforme definidas neste Prospecto.

kV

Quilovolt.

Lei das Sociedades por Ações

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores.

Lei nº 11.638

Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007.

Lei 12.431

Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada.

MESA

Madeira Energia S.A. – MESA.

MDA

MDA – Módulo de Distribuição de Ativos.

MW

Megawatt.

NTN-B	Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B.
Oferta	A presente distribuição pública de Debêntures.
Pessoas Vinculadas	Investidores que sejam (a) acionistas controladores ou administradores da Companhia, da MESA e/ou dos Fiadores; (b) acionistas controladores ou administradores de quaisquer dos Coordenadores; (c) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (d) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nas alíneas “a”, “b” ou “c” acima.
PIB	Produto Interno Bruto
Plano de Distribuição	Plano da oferta estabelecido pelos Coordenadores, com expressa anuência da Emissora, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400.
Poder Concedente	União Federal.
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil	Práticas contábeis adotadas no Brasil emanadas da legislação societária brasileira e normas complementares adotadas pela CVM, pronunciamentos técnicos emitidos pelo IBRACON, resoluções do CFC, bem como pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo CPC vigentes à época das referidas demonstrações financeiras.
Prazo de Distribuição	O prazo de distribuição das Debêntures de até 6 meses, contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início.
Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão	Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública, da Santo Antônio Energia S.A.
Procedimento de Bookbuilding	Procedimento de coleta de intenções de investimento, sem recebimento de reservas e sem definição de lotes mínimos ou máximos de subscrição de Debêntures, organizado pelos Coordenadores, por meio de coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, para a definição da Remuneração das Debêntures e da quantidade de Debêntures de cada série..
Projeto	Projeto de viabilização e implementação das 50 unidades geradoras da UHE Santo Antonio.

Prospecto Definitivo	O Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em Duas Séries, da Terceira Emissão da Santo Antônio Energia S.A.
Prospecto Preliminar ou Prospecto	Este Prospecto Preliminar de Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em Duas Séries, da Terceira Emissão da Santo Antônio Energia S.A.
Público Alvo	(i) investidores qualificados residentes no Brasil, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM 409, incluindo, mas não se limitando, a pessoas naturais e jurídicas fundos de investimento, clubes de investimento, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, seguradoras, entidades de previdência complementar (“Investidor Qualificado”), e (ii) demais investidores residentes ou domiciliados no Brasil que não possam ser classificados como Investidores Qualificados (“Investidores Não Qualificados”)
Real, real, Reais ou R\$	Moeda corrente nacional.
Remuneração	Atualização Monetária acrescida de Juros Remuneratórios da 1ª série ou, se for o caso, Juros Remuneratórios da 2ª série, conforme definidos neste Prospecto.
Resolução 3.947	Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011.
Sistema de Vasos Comunicantes	Sistema de vasos comunicantes, a ser utilizado no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , para definir a quantidade de Debêntures, observados os limites máximos e mínimos de cada série a ser alocada em cada série, observado que o somatório das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª série não poderá exceder a quantidade total de Debêntures a ser emitida.
Valor Nominal Unitário	O valor nominal unitário das Debêntures, correspondente a R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão.
Valor Nominal Unitário Atualizado	Valor Nominal Unitário das Debêntures ou, se for o caso, saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures atualizado pela Atualização Monetária.
Valor Total da Emissão	R\$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais).
UHE Santo Antonio	Usina Hidrelétrica de Santo Antônio.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto contém estimativas e declarações acerca do futuro, inclusive nas seções “4. Fatores de Risco”, “5. Riscos de Mercado”, “7. Atividades do Emissor” e “10. Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência anexo a este Prospecto a partir da página [●].

As estimativas e declarações futuras da Companhia têm por embasamento, em grande parte, as expectativas atuais, estimativas das projeções futuras e tendências que afetam ou podem potencialmente vir a afetar o setor de atuação, a participação de mercado, a reputação, os negócios operacionais, a situação financeira, o resultado das operações, as margens, o fluxo de caixa, o preço de mercado das Debêntures. Embora estas estimativas e declarações futuras encontrem-se baseadas em premissas razoáveis, estas estimativas e declarações estão sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições e são feitas com base nas informações de que a Companhia atualmente dispõe.

As estimativas e declarações futuras da Companhia podem ser influenciadas por diversos fatores, incluindo, exemplificativamente:

- os efeitos da crise financeira e econômica internacional no Brasil;
- conjuntura econômica, política e de negócios no Brasil e, em especial, nos mercados em que a Emissora atua;
- alterações nas condições gerais da economia, incluindo, exemplificativamente, inflação, flutuações na taxa de juros, nível de emprego, crescimento populacional e confiança do consumidor;
- a administração e as operações futuras da Emissora;
- nível de endividamento e demais obrigações financeiras da Emissora;
- capacidade da Emissora de implementar seus planos de investimento;
- leis e regulamentos existentes e futuros;
- sucesso na implementação da estratégia da Emissora; e
- outros fatores de risco apresentados na seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures”, na página [●] deste Prospecto, e nas seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência anexo a este Prospecto Preliminar a partir da página [●].

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro. O investidor deve estar ciente de que os fatores mencionados acima, além de outros discutidos neste Prospecto e no Formulário de Referência, poderão afetar resultados futuros e, eventualmente, levar a resultados diferentes daqueles expressos nas declarações prospectivas feitas neste Prospecto e no Formulário de Referência pela Emissora. A Emissora não assume a obrigação de atualizar tais declarações.

Os verbos “acreditar”, “entender”, “poder”, “estimar”, “continuar”, “antecipar”, “esperar”, “prever”, “pretender”, “planejar”, “buscar” e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e projeções para o futuro. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que a Companhia não pode assegurar que atualizará ou revisará quaisquer dessas estimativas em razão da disposição de novas informações, de eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não consistem em qualquer garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência.

Tendo em vista que os riscos e incertezas envolvidos, as estimativas e declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência podem vir não ocorrer e, ainda, os resultados futuros e o desempenho da Companhia podem diferir substancialmente daqueles previstos em estimativas em razão, inclusive, dos fatores mencionados acima. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear nestas estimativas e declarações futuras para tomar uma decisão de investimento.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA

Identificação da Emissora	Santo Antonio Energia S.A., companhia aberta, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.391.823/0001-60, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP com NIRE 35.300.352.891.
Sede	A sede da Emissora está localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 4.777, 6º andar, sala 1, Edifício Villa Lobos, Alto de Pinheiros, CEP 05477-000.
Registro da Emissora na CVM como Companhia Aberta	A Emissora protocolou pedido de registro na CVM de companhia aberta em 05 de fevereiro de 2014, o qual encontra-se em análise.
Diretoria de Relações com Investidores	Sr. Luiz Pereira de Araújo Filho Avenida das Nações Unidas, nº 4.777, 6º andar 05477-000 – São Paulo/SP Telefone: (11) 3702-2296 Fac-símile: (11) 3702-2288 E-mail: risae@santoantonioenergia.com.br Website: www.santoantonioenergia.com.br/ri
Atendimento aos Investidores	Sr. Ana Paula Romantini Avenida das Nações Unidas, nº 4.777, 6º andar 05477-000 – São Paulo/SP Telefone: (11) 3702-2269 Fac-símile: (11) 3702-2288 E-mail: risae@santoantonioenergia.com.br Website: www.santoantonioenergia.com.br/ri
Auditores Independentes	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Avenida Tancredo Neves, nº 620, 30º e 34º andar CEP 41820-020 – Salvador/BA At.: Sr. Leandro Mauro Ardito Telefone: (71) 3319-1900 Fac-símile: (71) 3319-1937 E-mail: leandro.ardito@br.pwc.com Website: www.pwc.com.br

**Atendimento aos
Debenturistas**

O atendimento aos Debenturistas é feito pelo Departamento de Relações com Investidores:

Sr. Ana Paula Romantini
Avenida das Nações Unidas, nº 4.777, 6º andar
05477-000 – São Paulo/SP
Telefone: (11) 3702-2269
Fac-símile: (11) 3702-2288
E-mail: risae@santoantonioenergia.com.br
Website: www.santoantonioenergia.com.br/ri

**Jornais nos quais a Emissora
divulga informações**

As informações referentes à Emissora são divulgadas no DOESP e no jornal denominado Jornal Empresas & Negócios - SP.

Website da Emissora

www.santoantonioenergia.com.br. Exceto conforme expressamente mencionado neste Prospecto, as informações constantes da página no *internet* não são parte integrante deste Prospecto, nem devem ser a ele incorporadas por referência.

**Títulos e Valores Mobiliários
de Renda Fixa Emitidos no
Brasil**

A Oferta é a 3ª emissão de debêntures realizada pela Emissora no mercado brasileiro de capitais.

Informações Adicionais

Quaisquer informações complementares sobre a Oferta poderão ser obtidas com a Emissora e os Coordenadores, nos endereços indicados na seção “Informações sobre a Emissora, Assessores e Auditores”, na página [●] deste Prospecto, e com a CVM, na Rua Sete de Setembro 111, 5º andar, CEP 20050-006, Rio de Janeiro, RJ e na Rua Cincinato Braga 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, São Paulo, SP (www.cvm.gov.br).

Formulário de Referência

Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página [●].

DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INCORPORADOS A ESTE PROSPECTO POR REFERÊNCIA

Os itens 3.7, 6.1 a 6.3, 7.1, 8, 12.1, 12.6, 13.2, 15.1, 16.2, 17.1, 18.5 e 22.3 dos formulários de referência indicados abaixo, conforme arquivados na CVM, ficam incorporados por referência a este Prospecto, como se dele constasse para todos os efeitos legais e regulamentares:

Documento	Endereço Eletrônico
Formulário de Referência da Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	<p>http://www.eletrobras.com/elb/main.asp?Team=%7BDA0EDEFB-3B57-4B84-93E2-E0B7C7A0A063%7D (no item “Formulário de Referência”, clicar em “Formulário de Referência – 2013”</p> <p>www.cvm.gov.br (selecionar item “Cias Abertas e Estrangeiras”, subitem “ITR, DFP, IAN, IPE, FC. FR e outras Informações”, digitar “Centrais Elétricas Brasileiras S.A.” e clicar em “Continuar”; posteriormente, clicar em “Centrais Elétricas Brasileiras S.A.” e “Formulário de Referência”, e clicar em “Consulta” ou “Download” da versão mais recente disponível do Formulário de Referência).</p>
Formulário de Referência da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG	<p>www.cemig.com.br (clicar em “Investidores”, clicar em “Central de Downloads”, acessar “Cemig Holding”, clicar em “2013”, em 29/05/2013, acessar “Formulário de Referência 2013”).</p> <p>www.cvm.gov.br (selecionar item “Cias Abertas e Estrangeiras”, subitem “ITR, DFP, IAN, IPE, FC. FR e outras Informações”, digitar “Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG” e clicar em “Continuar”; posteriormente, clicar em “Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG” e “Formulário de Referência”, e clicar em “Consulta” ou “Download” da versão mais recente disponível do Formulário de Referência).</p>

APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS, OPERACIONAIS E OUTRAS INFORMAÇÕES

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

A moeda funcional das informações financeiras da Companhia e dos Fiadores é o Real. Atualmente, a Companhia e os Fiadores elaboram e apresentam suas demonstrações financeiras em Reais. As demonstrações financeiras da Companhia e dos Fiadores são elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS.

As informações financeiras constantes deste Prospecto foram extraídas das demonstrações financeiras anuais da Emissora, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 e suas respectivas notas explicativas, elaboradas e apresentadas de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil e o IFRS, e auditadas pela PricewaterhouseCoopers de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

As informações financeiras dos Fiadores incorporadas por referência a este Prospecto foram extraídas das demonstrações financeiras anuais consolidadas dos Fiadores relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 e suas respectivas notas explicativas, elaboradas e apresentadas de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil e o IFRS, e auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

INFORMAÇÕES AO MERCADO

As informações constantes deste Prospecto ou do Formulário de Referência, sobre o setor de atuação da Companhia, incluindo estimativas, foram extraídas de pesquisas internas e de mercado, dados disponíveis ao público e publicações relativas ao setor de atuação. Essas informações foram obtidas de fontes que consideramos confiáveis, tais como Banco Central, BM&FBOVESPA, Ministério de Minas e Energia, ANEEL, IBGE, entre outros. Apesar de a Companhia não ter procedido a qualquer investigação independente para verificar a exatidão e retidão dessas informações, ela não possui motivos para acreditar que elas sejam imprecisas ou incorretas em algum aspecto relevante. Contudo, a Companhia não presta quaisquer declarações quanto à exatidão e retidão dessas informações e não assume qualquer responsabilidade sobre elas.

ARREDONDAMENTOS

Alguns valores e percentuais constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência foram arredondados para facilitar sua apresentação e, dessa forma, os valores totais apresentados em algumas tabelas constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência podem não representar a soma exata dos valores que os precedem, estando ressalvado que tais arredondamentos não têm por efeito impactar de maneira significativa a suficiência e exatidão da informação para a decisão de investimento.

SUMÁRIO DA EMISSORA

VISÃO GERAL

A SAE foi constituída de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, sob a denominação social de Santo Antonio Energia S.A., com prazo de duração indeterminado, com sede social na Avenida das Nações Unidas, nº 4.777, 6º andar, sala 1, Edifício Villa Lobos, CEP 05477-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

A construção da UHE Santo Antônio teve início em setembro de 2008 e iniciou a operação de suas duas primeiras unidades geradoras em 30 de março de 2012. Quando estiver em operação plena, a UHE Santo Antônio será, de acordo com a ANEEL, a quarta maior usina hidrelétrica do Brasil em energia assegurada. O empreendimento é conduzido, pela Companhia, com respeito à legislação ambiental e aos Princípios do Equador. Destaca-se a utilização de turbinas tipo “bulbo” que, junto com o conceito de reservatório a fio d’água, reduz significativamente a área do reservatório, tornando a UHE Santo Antônio um grande exemplo na ótima relação entre área alagada e geração de energia.

O empreendimento, responsável pelo suprimento de parte da energia elétrica necessária ao desenvolvimento do país, será desenvolvido pela SAE, a qual tem como controladora a MESA, que, por sua vez, possui como acionistas as seguintes empresas: (i) Furnas Centrais Elétricas S.A. (39%); (ii) Odebrecht Energia do Brasil S.A. (18,6%); (iii) Andrade Gutierrez Participações S.A. (12,4%); (iv) Cemig Geração e Transmissão S.A. (10%); e (v) Caixa Fundo de Investimentos e Participações Amazônia Energia (20%).

O projeto referente à construção da UHE Santo Antônio é financiado com capital dos acionistas da MESA e recursos do BNDES, por meio de financiamento direto e repasse de recursos, do FI-FGTS, por meio da subscrição e integralização das debêntures da 1ª emissão privada da Companhia, dos titulares das debêntures da 2ª emissão da Companhia e do FNO.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

As tabelas a seguir apresentam a composição acionária dos controladores diretos e indiretos da Companhia:

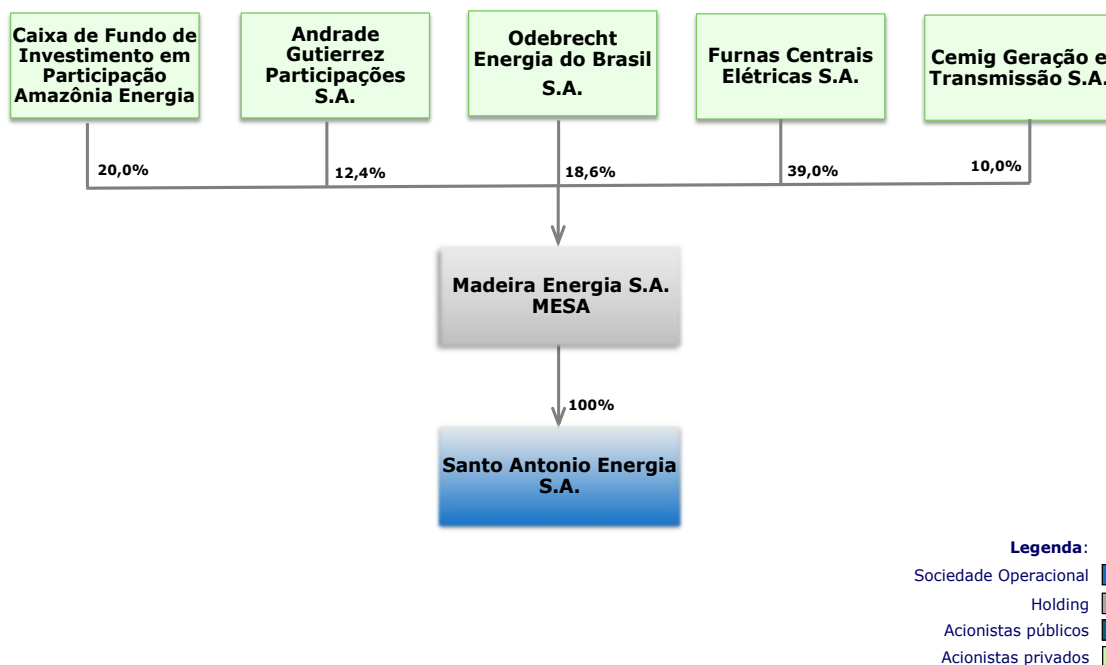
SAE (CNPJ/MF nº 09.391.823/0001-60)

Acionista	Quantidade de Ações	% Total Ações
Madeira Energia S.A. – MESA	5.927.870.456	100

MESA (CNPJ/MF nº 09.068.805/0001-41)

Acionistas	Quantidade de Ações	% Total Ações
Furnas Centrais Elétricas S.A.	2.631.201.972	39,00
Caixa Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia	1.349.334.344	20,00
Odebrecht Energia do Brasil S.A.	1.254.880.941	18,60
Andrade Gutierrez Participações S.A.	836.587.294	12,40
Cemig Geração e Transmissão S.A.	674.667.173	10,00
Total	6.746.671.724	100,00

O organograma abaixo mostra a estrutura societária da Companhia:



Para mais informações sobre a nossa estrutura societária, consultar seções “6.5. Principais Eventos Societários Ocorridos no Emissor, Controladas ou Coligadas”, “8. Grupo Econômico” e “15. Controle” do Formulário de Referência anexo este Prospecto a partir da página [●].

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OPERACIONAIS

O quadro abaixo ilustra a evolução de nossos resultados nos três últimos exercícios sociais, findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

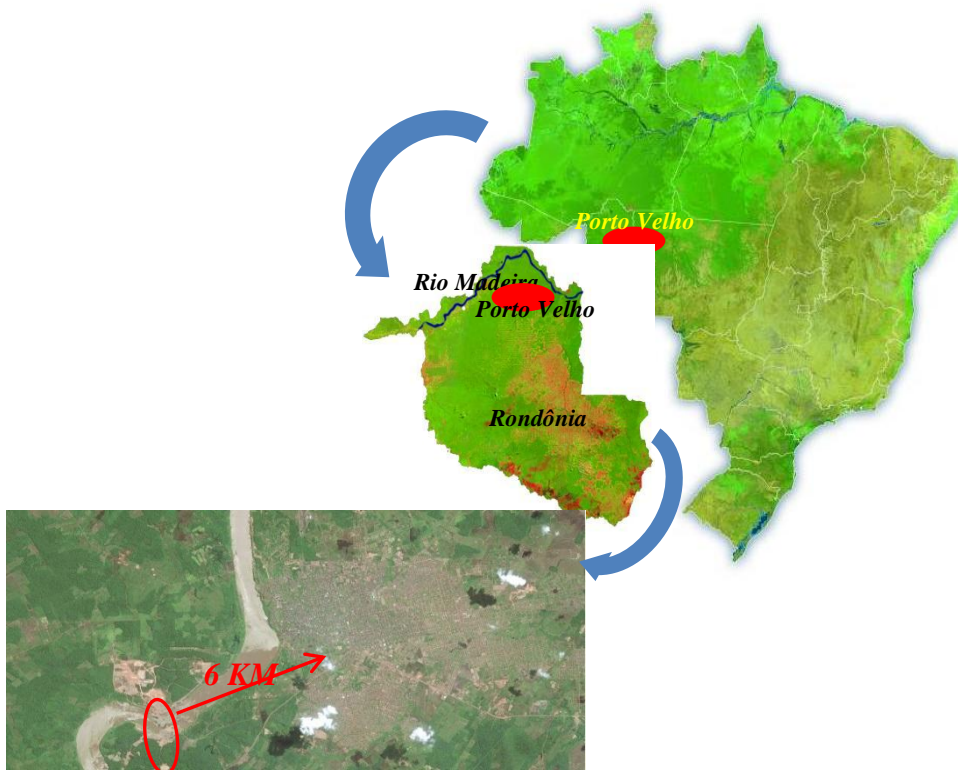
<i>Demonstrações do resultado do exercício - R\$mil</i>	2013	AV	AH	2012	AV	AH	2011	AV
Receita Operacional Líquida	1.300.585	100%	280%	342.261	100%	-	-	-
Custo do serviço de energia elétrica.....	-920.852	-71%	278%	-243.729	-71%	-	-	-
Resultado Operacional Bruto.....	379.733	29%	285%	98.532	29%	-	-	-
Despesas gerais e administrativas e outros.....	-99.881	-8%	55%	-64.387	-19%	534%	-10.163	-
Resultado Operacional.....	279.852	22%	720%	34.145	10%	-436%	-10.163	-

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA EMISSORA

O objeto social da Companhia, nos termos de seu Estatuto Social em vigor na data deste Prospecto, compreende o desenvolvimento do projeto de implementação da UHE Santo Antônio e seu sistema de transmissão, assim como a condução de todas as atividades necessárias à construção, operação, manutenção e exploração da referida hidrelétrica e seu sistema de transmissão associado.

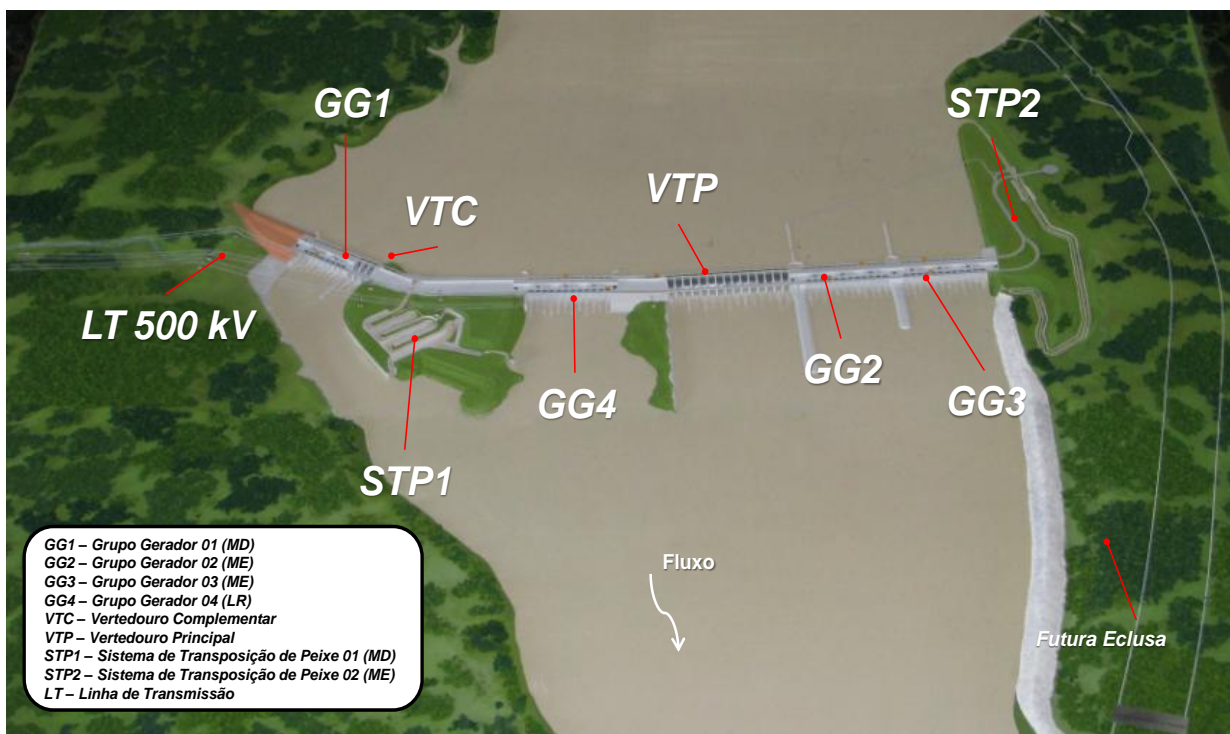
A UHE Santo Antonio está localizada na cachoeira homônima, no Rio Madeira, cerca de 6 km

medidos ao longo do rio, à montante da cidade de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, nas coordenadas 8°47'31'' S e 63°57'7'' W.



A construção da UHE Santo Antônio teve início em setembro de 2008. Na data deste Prospecto, encontravam-se em operação 17 turbinas com capacidade instalada de 1.201,53 MW, do total de 50 que serão instaladas até novembro de 2016, totalizando, então, 3.568 MW de capacidade, distribuídas em 3 casas de força: a primeira na margem direita do Rio Madeira (grupo 1, com 8 unidades geradoras), a segunda em sua margem esquerda (grupo 2, com 12 unidades geradoras, e grupo 3, com 12 unidades geradoras) e a terceira no leito do rio (grupo 4, com 18 unidades geradoras).

Arranjo Geral – UHE Santo Antônio



A conexão da UHE Santo Antônio ao Sistema Interligado Nacional será feita através de um sistema de transmissão em CCAT (Corrente Contínua Alternada) composto de 2 bipolos (3150 MW \pm 600kV), entre as SE (Subestação) Coletora Porto Velho (RO) e Araraquara (SP), com uma extensão aproximada de 2.375 km, e uma estação conversora *back-to-back* com tecnologia CCC (*Capacitor Commutated Converter*) composto de 2 blocos de 400 MW (\pm 51 kV), conectado através de duas linhas de transmissão em 230 kV à SE Porto Velho.

Comercialização de Energia

O montante de garantia física vigente, atribuído às 44 unidades geradoras, é de 2.218,0 MW médios e com as 6 unidades geradoras adicionais a garantia física total será de 2.424,2 MW médios.

A SAE vendeu 100% de sua geração, referente às 44 unidades geradoras, sendo que 70% dessa energia foi comercializada no mercado regulado (ACR) até o final de sua concessão e 30% de sua geração está vendida no mercado livre (ACL) até 2027 a grandes clientes, que atendem a política de crédito de risco da SAE.

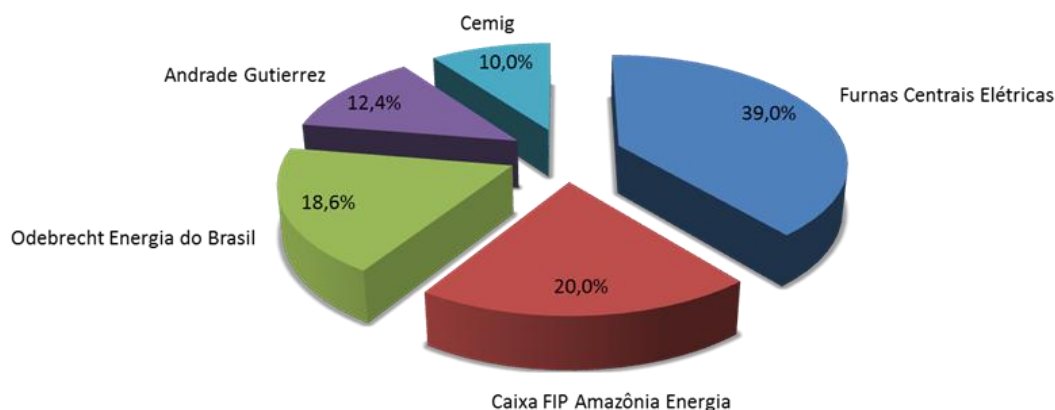
ESTRATÉGIA

Objetivo Único e Claramente Definido: a SAE é uma sociedade de propósito específico que tem como atividade preponderante a construção e operação da UHE Santo Antônio. A Companhia vislumbra executar esta atividade com base na experiência de seus acionistas e administradores, por meio da maximização de suas vantagens competitivas, visando forte e previsível geração de caixa operacional.

VANTAGENS COMPETITIVAS

A Companhia possui diversas vantagens competitivas, as quais acredita que são pilares importantes para consecução de seu objeto social. Dentre suas vantagens, destacam-se:

- 1) Previsibilidade de sua receita: 91% do volume de energia assegurada, que corresponde à energia das 44 unidades geradoras da Companhia, já foi comercializado por meio da celebração de contratos no ACR e ACL. Do volume acima referido, 70% foram vendidos até 2041. Os 9% restantes do volume de energia assegurada da Companhia, ainda a ser comercializada, referem-se à energia das 6 unidades geradoras adicionais, previstas para entrar em operação no 4º trimestre de 2016.
- 2) Sólida Experiência dos Acionistas: a Companhia é uma subsidiária integral da MESA, a qual, por sua vez, tem como acionistas Furnas Centrais Elétricas S.A., que detém um complexo de 10 usinas hidrelétricas e duas termelétricas, totalizando potência de 9.910 MW, Odebrecht Energia do Brasil S.A., pertencente ao Grupo Odebrecht que, além de experiência no setor de construção civil, ainda acumula mais de 1.400 MW de potência em projetos de fontes renováveis na América Latina, Andrade Gutierrez Participações S.A., que atua no segmento de engenharia e construção, telecomunicações, energia e concessões públicas, Cemig Geração e Transmissão S.A., cujo grupo atua nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, com investimentos também em distribuição de gás natural e linhas de transmissão de dados, e Caixa Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia, que tem como quotistas a Odebrecht Energia do Brasil S.A. e o FI-FGTS, observadas as respectivas participações societárias constantes do gráfico a seguir:



- 3) Sustentabilidade e Investimentos na Área Socioambiental: a Companhia acredita que seus investimentos em sustentabilidade e na área socioambiental são relevantes não apenas para manutenção da vigência de suas licenças ambientais, como também são fatores chaves para contribuir significativamente no aumento de sua capacidade de gestão de crises, redução de novos processos administrativos e judiciais, assim como obtenção de financiamento junto a instituições financeiras de primeira linha, signatárias dos Princípios do Equador. Apenas na área socioambiental, até 31 de dezembro de 2013, foram investidos, pela Companhia, aproximadamente, R\$ 1,4 bilhão. A Companhia foi a primeira grande usina hidrelétrica do Brasil, em operação, a gerar crédito de carbono para o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), de acordo com o Instituto Carbono Brasil (<http://www.institutocarbonobrasil.org.br/noticias/noticia=735828>).
- 4) Tecnologia inovadora com baixo impacto ambiental: uma das principais soluções de tecnologia, que viabilizou a implementação da UHE Santo Antônio no Rio Madeira, foi a instalação de tur-

binas bulbo. Referidas turbinas possibilitaram o aproveitamento da alta vazão do Rio Madeira para gerar energia com reservatório reduzido e pequena queda d'água. Este modelo de operação da usina, denominado fio d'água – que não faz estoque de água – permite que seu reservatório ocupe apenas 345 km², área pouco superior àquela alagada nos períodos de cheia do Rio Madeira e da qual 142 km² correspondem à calha natural do rio. Esta redução do tamanho do reservatório utilizado contribuiu, inclusive, para reduzir o valor dos investimentos com a aquisição e arrendamento de imóveis, o remanejamento da população ribeirinha, a supressão de vegetação e o resgate de fauna, necessários para a construção da usina.

- 5) Expertise dos Diretores da Companhia: os Diretores da Companhia, em média, tem mais de 30 anos de experiência no mercado. Todos exerceram posições relevantes de gestão durante sua carreira em empresas de grande porte, agregando, à Companhia, as melhores práticas de gestão empresarial do mercado. Um dos Diretores da Companhia, responsável pela operação da UHE Santo Antônio, atua no segmento de energia há mais de 29 anos.

PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À EMISSORA

O investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas no Formulário de Referência, os riscos mencionados nos itens 4 e 5 do Formulário de Referência e as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas. Os riscos descritos nos itens 4 e 5 do Formulário de Referência são aqueles conhecidos pela Companhia e que esta acredita que, na data do Formulário de Referência, podem afetar adversamente a Companhia. Quaisquer dos fatores enumerados em referido documento, dentre outros compreendidos nos riscos detalhados nos itens 4 e 5 do Formulário de Referência, poderão prejudicar de modo relevante a capacidade da Companhia de implantar as estratégias propostas e, conseqüentemente, poderão afetar de forma adversa seus resultados.

Dentre os fatores de risco aos quais a Companhia está exposta, pode-se destacar os seguintes:

A Companhia poderá não ser capaz de finalizar a construção e implantação da UHE Santo Antônio e/ou de operar suas 50 unidades geradoras, nas condições originalmente previstas em sua estratégia de negócios, o que pode ter um efeito adverso sobre os resultados da Companhia.

Na fase de construção e implementação da UHE Santo Antônio, a Companhia poderá não ser capaz de concluir o projeto dentro do cronograma ou do orçamento inicialmente estimado devido a uma série de fatores, incluindo, mas não se limitando a: (i) fenômenos naturais, condições ambientais e condições geológicas adversas; (ii) incapacidade e demora na obtenção da posse, aquisição ou arrendamentos das terras necessárias em cumprimento com a legislação brasileira, à implantação das 6 unidades geradoras adicionais aprovadas pela ANEEL, em 2013, no Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA); (iii) atrasos na obtenção e renovação de licenças ambientais, autorizações e aprovações por parte dos órgãos reguladores, inclusive em decorrência da incapacidade de cumprir com todas as condicionantes impostas pelos órgãos de licenciamento ambiental, que podem impactar o cronograma da Companhia, elevando, significativamente, os prazos e valores inicialmente estimados para a construção da UHE Santo Antônio; (iv) falhas nos serviços necessários, incluindo imprevistos de engenharia, que podem levar a riscos de acidentes e impor custos adicionais para adequação da construção; (v) possível desacordo entre os empreiteiros e subempreiteiros responsáveis pela construção, bem como atrasos na aquisição de equipamentos; (vi) falha na fabricação, montagem e/ou entrega dos equipamentos por partes dos fornecedores contratados, inclusive nos prazos inicialmente esperados; (vii) disputas trabalhistas; e (viii) não

obtenção e ou atraso dos desembolsos dos financiamentos previstos no quadro de usos e fontes do projeto, de modo que a ocorrência de quaisquer desses fatores pode não permitir a construção e implantação da UHE Santo Antônio e/ou de operar suas 50 unidades geradoras, nas condições originalmente previstas em sua estratégia de negócios, o que pode ter um efeito adverso sobre os resultados da Companhia.

O exercício das atividades da Companhia depende da vigência, validade e eficácia do contrato de concessão.

A concessão para construção e instalação da UHE Santo Antônio é regulada pelo Contrato de Concessão, celebrado com o Poder Público. Nos termos do Contrato de Concessão, a concessão da exploração é passível de extinção em virtude de encampação, caducidade (em caso de inadimplência por parte da Companhia), falência ou extinção da Companhia, além de rescisão ou mesmo anulação decorrente de vício ou irregularidade constatada quando do procedimento ou ato de outorga. Verificada qualquer inadimplência por parte da Companhia, o Poder Concedente poderá promover a declaração de caducidade da concessão. Essa ou qualquer outra hipótese de extinção do Contrato de Concessão poderá prejudicar de forma relevante a continuidade das operações da Companhia, o que impactaria direta e negativamente seus resultados.

Uma vez que parte significativa dos bens da Companhia estará vinculado ao uso de bem público, esses bens não estarão disponíveis para credores mesmo em caso de falência, nem poderão ser objeto de penhora para garantir a execução de decisões judiciais.

Uma parte significativa dos ativos de geração da Companhia está vinculada ao uso de bem público, regulamentado pelo Contrato de Concessão. Esses bens não estariam disponíveis para liquidação em caso de falência ou penhora para garantir a execução de decisões judiciais contra a Companhia, uma vez que devem ser revertidos ao Poder Concedente, de acordo com os termos da concessão da Companhia e com a legislação em vigor. Além disso, em havendo extinção antecipada da concessão, o valor da indenização a ser paga pelo Poder Concedente à Companhia poderá ser menor do que o valor de mercado dos bens revertidos. Essas limitações poderão ter um efeito negativo na capacidade da Companhia em quitar, pontualmente, suas dívidas.

Os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados pelas condições hidrológicas do Sistema Interligado Nacional.

Em razão da sazonalidade hidrológica, a energia produzida por uma usina hidrelétrica apresenta grande variabilidade ao longo do tempo, dificultando a previsão do fluxo de produção de energia.

A geração total das hidrelétricas em determinado período do ano pode ser maior ou menor que o total de garantia física¹ das usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia. Nos momentos de déficit de geração, o gerador estará sujeito à exposição ao Preço de Liquidação de Diferenças (preço *spot*) no montante equivalente ao *déficit* multiplicado pelo Preços de Liquidação de Diferenças vigente, a depender do volume de vendas em relação aos recursos disponíveis para atendimento às suas vendas, podendo impactar negativamente a Companhia e seus resultados.

Se houver revogação dos incentivos fiscais concedidos pelas autoridades públicas competentes, a Companhia poderá ser afetada adversamente.

¹ Garantia física é a quantidade máxima de energia que as usinas hidrelétricas, termelétricas e projetos de importação de energia podem comercializar, conforme estabelecido na Lei nº 10.848/04 e regulamentada pelo artigo 2º do Decreto nº 5.163/04.

A Companhia conta com os seguintes benefícios fiscais:

- I. redução de alíquota do ICMS na importação e do diferencial de alíquotas nas aquisições interestaduais de máquinas, aparelhos e equipamentos sem similar no mercado rondoniense;
- II. suspensão do IPI nas compras de produtos nacionais, ou nacionalizados, para empresas localizadas na Amazônia Ocidental, que é composta pelos Estados do Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima e a área de livre comércio de Macapá/Santana, no Estado do Acre; e na hipótese do produto não ter similar no mercado nacional, a sua importação poderá ser efetuada com isenção do IPI;
- III. suspensão do PIS (Programa de Integração Social) e da COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) nas compras de máquinas, equipamentos, materiais de construção e serviços, destinados a obras de infraestrutura habilitadas no REIDI (Regime Especial de Incentivos para Desenvolvimento da Infraestrutura); e, ainda, desoneração no aluguel ou na importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos;
- IV. suspensão do Imposto de Importação, que é concedido a estabelecimentos localizados na Amazônia Ocidental; e
- V. isenção de AFRMM (Adicional de Frete para a Renovação da Marinha Mercante) e do IOF (Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários) nas importações e operações de câmbio realizadas para pagamento de bens importados, respectivamente.

Os referidos incentivos podem ser revogados, ter sua vigência suspensa ou ser contestados judicialmente. Eventual revogação, suspensão ou questionamento pode implicar a perda dos referidos incentivos, afetando adversamente a situação financeira da Companhia, seus resultados e operações.

HISTÓRICO

Em 27 de agosto de 2007 foi constituído o Consórcio Madeira Energia S.A., vencedor do leilão para a construção da UHE Santo Antônio, localizada no Rio Madeira, em Porto Velho (RO), conforme Edital do Leilão nº 05/2007 da ANEEL, datado de 04 de janeiro 2008. Em 13 de junho de 2008, foi celebrado, entre a União e a MESA, sociedade controladora da SAE, o Contrato de Concessão. Posteriormente, com a constituição da SAE, o referido Contrato de Concessão foi aditado em 01 de dezembro de 2008, para que a titularidade da concessão fosse transferida à SAE.

A UHE Santo Antônio teve sua construção iniciada em setembro de 2008 e, após 3 anos, em setembro de 2011, com 58,28% de obras concluídas considerando o projeto de 44 unidades, recebeu sua licença de operação, iniciando sua operação comercial em março de 2012.

O ano de 2012 foi caracterizado por ser o primeiro ano de operação comercial da UHE Santo Antônio. Em 2012, entraram em operação 9 turbinas com capacidade de produção de 626,31 MW. Na data deste Prospecto, encontravam-se em operação 17 turbinas, com capacidade instalada de 1201,53 MW, do total de 50 que serão instaladas até novembro de 2016, totalizando, então, 3568 MW de capacidade instalada. A ANEEL, em 2013, aprovou o Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA), que autorizou a instalação de 6 unidades geradoras adicionais.

Para mais detalhes acerca do Histórico da Emissora, ver subitem 6.3 do item 6 do Formulário de Referência.

SUMÁRIO DA OFERTA

Esta seção não contém todas as informações sobre a Oferta que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento nas Debêntures. O investidor deve ler este Prospecto Preliminar integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures”, na página [●] deste Prospecto, nas demonstrações financeiras da Companhia e suas respectivas notas explicativas, na Escritura de Emissão e nas seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência, antes de tomar uma decisão de investimento nas Debêntures.

Emissora:	Santo Antônio Energia S.A.
Aprovações Societárias:	A Emissão, a Oferta e a formalização das Garantias e Suporte de Acionistas foram aprovadas em conformidade com as deliberações da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia, realizada em [11] de [março] de 2014, cuja ata será arquivada na JUCESP e, tão logo arquivada na JUCESP será publicada no DOESP e no Jornal Empresas & Negócios – SP.
Data de Emissão das Debêntures:	Para todos os fins e efeitos legais, a data da Emissão das Debêntures será o dia 15 de abril de 2014.
Agente Fiduciário:	<p>Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Na data de celebração da Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões:</p> <p>(i) primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie com garantia real e com garantias adicionais, da 1ª emissão privada da Emissora, com vencimento em 300 (trezentos) meses contados da data de emissão das debêntures da 1ª série e em 300 (trezentos) meses contados da data de emissão das debêntures da 2ª série, tendo sido emitidas 760.060 (setecentas e sessenta mil e sessenta) debêntures da 1ª série e 760.060 (setecentas e sessenta mil e sessenta) debêntures da 2ª série, totalizando 1.520.120 (um milhão, quinhentas e vinte mil, cento e vinte) debêntures, sendo o valor total da emissão de R\$1.520.120.000,00 (um bilhão, quinhentos e vinte milhões, cento e vinte mil reais). As debêntures são garantidas pelo penhor de ações de emissão da Emissora detidas pela MESA, conforme disposto no Contrato de Penhor, pela cessão fiduciária de direitos prevista no Contrato de Cessão Fiduciária e pelo suporte de recursos previsto no Contrato de Suporte Original e no Contrato de Suporte para Insuficiências. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de</p>

	<p>resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento; e</p> <p>(ii) segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora, com vencimento em 27 de dezembro de 2022, totalizando 4.200 (quatro mil e duzentas) debêntures, sendo o valor total da emissão de R\$420.000.000,00 (quatrocentos e vinte milhões de reais). As debêntures são garantidas pelo penhor de ações de emissão da Emissora detidas pela MESA, conforme disposto no Contrato de Penhor, pela cessão fiduciária de direitos prevista no Contrato de Cessão Fiduciária, pela fiança da Eletrobras, limitada a 39% (trinta e nove por cento) das obrigações decorrentes da segunda emissão de debêntures e da CEMIG, limitada a 10% (dez por cento) das obrigações decorrentes da 2ª emissão de debêntures, nos termos dos instrumentos de fiança e pelo suporte de recursos previsto no Contrato de Suporte Original e no Contrato de Suporte para Insuficiências. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento.</p>
Banco Liquidante:	Itaú Unibanco S.A.
Escriturador Mandatário	Itaú Corretora de Valores S.A.
Classificação de Risco:	[●] pela [●].
Coordenador Líder ou BTG Pactual:	Banco BTG Pactual S.A.
HSBC:	HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
BESI:	BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento
Coordenadores:	Coordenador Líder, HSBC e BESI.
Destinação dos Recursos:	Os recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão, serão utilizados para viabilização e implementação das 50 (cinquenta) unidades geradoras da UHE Santo Antonio, que foi considerado prioritário pelo Ministério das Minas e Energia, nos termos da Lei 12.431 e do Decreto 7.603.
	A implementação do Projeto já está em curso, encontrando-se

	<p>em fase de projeto e obras, sendo que seu encerramento é estimado para novembro de 2016.</p> <p>A totalidade dos recursos financeiros necessários para a implantação do Projeto é de aproximadamente R\$19,5 bilhões, já tendo sido investidos até 31 de dezembro de 2013, aproximadamente R\$15 bilhões, o que representa cerca de 77% (setenta e sete por cento) do investimento total do Projeto.</p> <p>A Emissora estima que a Oferta deve representar aproximadamente 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) das necessidades de recursos financeiros do Projeto.</p>
Valor Total da Emissão:	R\$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais).
Número de Séries:	<p>A Emissão será realizada em 2 (duas) séries, no Sistema de Vasos Comunicantes, sendo que a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série será definida conforme o Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, observado que o somatório das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série não poderá exceder a quantidade total de Debêntures objeto da Oferta. De acordo com o Sistema de Vasos Comunicantes, a quantidade de Debêntures a ser emitida na 1ª Série deverá ser determinada pela quantidade total de Debêntures objeto da Oferta, subtraída a quantidade total de Debêntures a ser emitida na 2ª Série, observando-se as regras a seguir. As Debêntures serão alocadas entre as 2 (duas) séries de forma a atender a demanda verificada no Procedimento de <i>Bookbuilding</i>. Serão emitidas, (i) no mínimo, 20.000 (vinte mil) e, no máximo, 28.000 (vinte e oito mil) Debêntures da 1ª Série; e (ii) no mínimo, 42.000 (quarenta e duas mil) e, no máximo, 50.000 (cinquenta mil) Debêntures da 2ª Série.</p>
Quantidade de Debêntures:	Serão emitidas 70.000 Debêntures.
Valor Nominal Unitário:	O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00, na Data de Emissão.
Atualização Monetária:	O Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado pelo IPCA, desde a Data de Emissão (inclusive) até a data de seu efetivo pagamento (exclusive), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou, se for o caso, ao saldo do Valor Nominal Unitário.
Juros Remuneratórios:	Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a

	<p>determinado percentual para cada Série ao ano, a ser definido de acordo com o Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, limitados a (i) 0,85% (oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano para a 1ª Série; e (ii) 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) ao ano para a 2ª Série, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, acrescidos exponencialmente ao equivalente à média aritmética das taxas internas de retorno da NTN-B, com vencimento em (i) 15 de agosto de 2022, no caso da 1ª Série; e (ii) 15 de agosto de 2024, no caso da 2ª Série, que deverão ser as cotações indicativas divulgadas ANBIMA, a serem apuradas com base na média aritmética do fechamento do terceiro, segundo e primeiro Dias Úteis anteriores à data de realização do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, calculados de forma exponencial e cumulativa <i>pro rata temporis</i> por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão (inclusive) ou a data de pagamento dos juros remuneratórios imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento (inclusive), de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão</p>
Espécie:	As Debêntures serão da espécie quirografária com garantia adicional real e fidejussória.
Conversibilidade e Permutabilidade:	As Debêntures são nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados representativos das Debêntures. As Debêntures não são conversíveis em ações de emissão da Emissora e nem permutáveis por ações de outra sociedade.
Prazo e Data de Vencimento:	(i) as Debêntures da 1ª Série terão prazo de vigência de 8 anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de abril de 2022; e (ii) as Debêntures da 2ª Série terão prazo de vigência de 10 anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de abril de 2024.
Preço de Subscrição e Forma de Integralização:	As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP e/ou BM&FBOVESPA, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração da respectiva série, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão (inclusive) até a data de sua efetiva subscrição e integralização (exclusive).
Distribuição e Negociação:	As Debêntures serão registradas para (i) distribuição no mercado primário por meio (a) do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada por meio da CETIP; e (b) do DDA, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da BM&FBOVESPA; e (ii) negociação no mercado secundário por meio (a) do CETIP 21, administrado e operacionalizado

	<p>pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) BOVESPAFIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia, a liquidação financeira e a negociação das Debêntures.</p>
Pagamento da Remuneração:	<p>Os Juros Remuneratórios da 1ª Série serão pagos semestralmente, a partir da Data de Emissão, sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de outubro de 2014 e o último na Data de Vencimento da 1ª Série. Os Juros Remuneratórios da 2ª Série serão pagos semestralmente, a partir da Data de Emissão, sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de outubro de 2014 e o último na Data de Vencimento da 2ª Série.</p>
Tratamento Tributário e Imunidade Tributária de Debenturistas:	<p>As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto no artigo 1º da Lei 12.431. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária (diferente daquelas previstas na Lei 12.431), este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis antes da primeira data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, devendo enviar a documentação complementar pertinente, caso haja alteração nesta condição.</p> <p>O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante, pelo Escriturador Mandatário ou pela Emissora. Mesmo que tenha recebido a documentação referida acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo a tributação que entender devida. Caso a Emissora não utilize os recursos na forma prevista na Escritura de Emissão, dando causa ao seu desenquadramento da Lei 12.431, esta será responsável pelo custo de todos os tributos, incidentes sobre os pagamentos, remuneração e reembolso devido aos Debenturistas, bem como pela multa, a ser paga nos termos da Lei 12.431, equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Emissão não alocado no Projeto.</p>

Repactuação:

As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas à repactuação programada.

Amortização:

O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série será amortizado em 3 parcelas anuais e consecutivas e o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série será amortizado em 3 parcelas anuais e consecutivas, nos montantes e nas datas indicadas na tabela abaixo:

DATA DE PAGAMENTO DA 1ª SÉRIE	PERCENTUAL DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO ATUALIZADO DA 1ª SÉRIE A SER AMORTIZADO	DATA DE PAGAMENTO DA 2ª SÉRIE	PERCENTUAL DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO ATUALIZADO DA 2ª SÉRIE A SER AMORTIZADO
15 de abril de 2020	16,4%	15 de abril de 2022	25,1%
15 de abril de 2021	49,3%	15 de abril de 2023	55,6%
15 de abril de 2022	Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado da 1ª Série	15 de abril de 2024	Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado da 2ª Série

Garantias Reais Compartilhadas

(a) penhor sobre a totalidade das ações de emissão da Emissora detidas pela MESA, de acordo com os termos e condições expressos no Contrato de Penhor; (b) nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, cessão fiduciária (i) pela Emissora, dos direitos emergentes da concessão para exploração do potencial hidráulico da UHE Santo Antônio, de que a Emissora é titular em decorrência do Contrato de Concessão, incluindo, (i.1) os direitos creditórios de titularidade da Emissora decorrentes dos CCVEs, CCEARs, consolidados em anexo do Contrato de Cessão Fiduciária, e de quaisquer outros instrumentos de comercialização de energia firmados pela Emissora, inclusive a totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica produzida pelo Projeto, incluindo, ainda, os direitos supervenientes de crédito decorrentes desses CCVEs, dos CCEARs e instrumentos de comercialização de energia que vierem a ser firmados pela Emissora, (i.2) dos eventuais direitos creditórios de sua titularidade decorrentes dos CCRECs, inclusive a totalidade da receita e os direitos supervenientes de crédito deles decorrentes; (i.3) quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes do Projeto, (i.4) das garantias constantes dos CCEARs e dos CCVEs firmados pela Emissora; (i.5) do direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar devidos pelo Poder Concedente à Emissora, em caso de extinção outorgada nos termos do Contrato de Concessão; (i.6) da energia elétrica produzida pelo Projeto e o direito de gerar e vender a energia elétrica produzida pelo Projeto; (i.7) direitos creditórios da Conta Centralizadora, da Conta Reserva do Serviço da Dívida

1, da Conta Reserva do Serviço da Dívida 2, da Conta Reserva dos Serviços das Debêntures 1, da Conta Reserva dos Serviços das Debêntures 2, da Conta Reserva dos Serviços das Debêntures 3, Conta Reserva Estática das Debêntures 3, da Conta Reserva de O&M, da Conta Seguradora, da Conta de Suporte SAESA, Conta de Suporte Suplementar SAE e da Conta de Suporte para Insuficiência SAESA; e (i.8) todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão; (ii) pela MESA, (ii.1) de todos os direitos decorrentes do Contrato de Suporte Original, do Contrato de Suporte Suplementar e do Contrato de Suporte para Insuficiências ou, ainda, quaisquer outros direitos, recursos, valores, aportes de capital e/ou receitas que sejam decorrentes de referidos contratos, e (ii.2) dos direitos creditórios da conta da MESA definida no Contrato de Cessão Fiduciária (Conta de Suporte MESA); a ser constituída também em favor do Debenturista; bem como (c) cessão condicional, dos Contratos do Projeto e das respectivas Garantias de Execução, na medida em que permitido pela lei aplicável. Observadas as exigências da lei aplicável, a cessão dos Contratos do Projeto e das Garantias de Execução nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária somente produzirá efeitos a partir da verificação das seguintes condições, cumulativamente: (i) ocorrência de um evento de inadimplemento pela Emissora nos termos dos instrumentos de financiamento do Projeto; e (ii) recebimento pela Emissora de uma notificação enviada pelos credores cientificando-a da decisão de exercerem o direito de assumir, ou nomear terceiro para assumir, um ou mais Contratos do Projeto e Garantias da Execução.

As Garantias Compartilhadas serão compartilhadas entre os credores dos respectivos contratos, em caráter não solidário, proporcionalmente ao saldo devedor de cada um dos Contratos de Financiamento, apurado na data da execução de uma Garantia Compartilhada.

As Garantias Compartilhadas serão executadas em conjunto ou separadamente entre os credores dos respectivos contratos, conforme opção destes à época, em caso de vencimento antecipado dos Contratos de Financiamento, e sem guardar ordem de preferência entre os credores dos respectivos contratos. Entretanto, os credores dos respectivos contratos envidarão seus melhores esforços para buscar uma solução em conjunto.

Garantia Fidejussória:

As Debêntures contarão ainda com garantia fidejussória prestada, nos termos dos respectivos Contratos de Fiança,

pela: Eletrobras, obrigando-se, na qualidade de principal pagadora das obrigações decorrentes da Escritura de Emissão, limitada a 39% (trinta e nove por cento) das obrigações decorrentes da Emissão; e (ii) CEMIG, obrigando-se, na qualidade de principal pagadora das obrigações decorrentes da Escritura de Emissão, limitada a 10% (dez por cento) das obrigações decorrentes da Emissão.

Suporte de Acionistas:

a) suporte de Andrade Gutierrez Participações S.A., Caixa Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia e Odebrecht Energia do Brasil S.A., na qualidade de acionistas da MESA, por meio da subscrição e integralização, em moeda corrente nacional, de novas ações ordinárias do capital da MESA, nominativas e sem valor nominal, observadas suas respectivas participações acionárias no capital social da MESA e a consequente obrigação da MESA de aportar capital na Emissora, mediante subscrição e integralização, em moeda corrente nacional, de novas ações ordinárias, na hipótese de não pagamento de prestação de principal e/ou acessórios dos Contratos de Financiamento, Suplementares, e/ou da Escritura de Emissão ou de declaração de vencimento antecipado dos Contratos de Financiamento Suplementares e/ou da Escritura de Emissão, de acordo com os termos e condições do Contrato de Suporte Suplementar, a ser aditado para incluir como parte o Agente Fiduciário, atuando na qualidade de representante da comunhão dos titulares das Debêntures. O aditivo ao Contrato de Suporte Suplementar deverá ser celebrado até a Data de Integralização; e

b) suporte dos Acionistas por meio da subscrição e integralização, em moeda corrente nacional, de novas ações ordinárias do capital da MESA, nominativas e sem valor nominal, observadas suas respectivas participações acionárias no capital social da MESA e a consequente obrigação da MESA de aportar capital na Emissora, mediante subscrição e integralização, em moeda corrente nacional, de novas ações ordinárias, mediante a ocorrência de determinados eventos relacionados à insuficiência de recursos financeiros da Emissora para a execução do Projeto, de acordo com os termos e condições do Contrato de Suporte para Insuficiências, a ser aditado para incluir como parte o Agente Fiduciário, atuando na qualidade de representante da comunhão dos titulares das Debêntures. O aditivo ao Contrato de Suporte para Insuficiências deverá ser celebrado até a Data de Integralização.

Garantias:

as Garantias Reais Compartilhadas e a Garantia Fidejussória, quando definidas em conjunto.

Resgate Antecipado e Amortização Extraordinária:	As Debêntures não estarão sujeitas à oferta de resgate antecipado ou ao resgate antecipado facultativo pela Emissora, seja ele total ou parcial. As Debêntures não estarão sujeitas à amortização extraordinária pela Emissora.
Aquisição Facultativa:	Após decorridos 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, observado o disposto na Lei 12.431, as Debêntures em Circulação poderão ser adquiridas pela Emissora, no mercado secundário, a qualquer momento, condicionado ao aceite dos Debenturistas e observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, por valor igual ou inferior ao nominal, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras; ou por valor superior ao nominal, desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures que venham a ser adquiridas poderão permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação. Alternativamente, as Debêntures adquiridas pela Emissora nos termos aqui previstos poderão ser canceladas, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional, em conformidade com o disposto no artigo 1º, § 1º, inciso II, da Lei 12.431.
Vencimento Antecipado:	Observado o disposto na Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá automaticamente declarar antecipadamente vencidas ou, conforme aplicável, convocar Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado de todas as obrigações da Emissora relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo devedor do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculada <i>pro rata temporis</i> a partir da Data de Emissão (inclusive) até a data do efetivo pagamento (exclusive), e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, na ocorrência de determinados eventos previstos na Escritura de Emissão. Para mais informações, <i>vide</i> seção “Características da Oferta – Vencimento Antecipado”, na página [•] deste Prospecto, e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures – As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado” na página [•] deste Prospecto.
Quóruns de Deliberação:	Salvo disposto de outra forma na Escritura de Emissão, nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não, sendo que as

	<p>deliberações deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem pelo menos a maioria das Debêntures em Circulação quando em primeira convocação, ou a maioria das Debêntures em Circulação [presentes] quando em segunda convocação.</p> <p>Salvo disposto de outra forma na Escritura de Emissão, (a) as alterações relativas às características das Debêntures, conforme venham a ser propostas pela Emissora, que impliquem em alteração: (i) da Remuneração, (ii) das Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios ou de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão, (iii) da Data de Vencimento das Debêntures e da vigência das Debêntures, (iv) dos valores, montantes e datas de amortização do principal das Debêntures, (v) da redação de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento (bem como exclusão de qualquer hipótese); (vi) da alteração dos <i>quora</i> de deliberação previstos na Escritura de Emissão, (vii) das disposições deste parágrafo, (viii) criação de evento de repactuação, (ix) das disposições relativas a resgate antecipado facultativo; amortizações antecipadas facultativas ou oferta facultativa de resgate antecipado, e/ou (x) da espécie das Debêntures; e (b) eventual Assembleia Geral de Debenturistas convocada pelos Debenturistas com o fim de anuir com a não declaração de vencimento antecipado automático das Debêntures, previamente ao eventual descumprimento das hipóteses estabelecidas na Escritura de Emissão, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, dependerão da aprovação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, seja em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.</p>
Local de Pagamento:	<p>Os pagamentos a que fizerem <i>jus</i> as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento, conforme datas previstas na Escritura de Emissão, utilizando-se (i) os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures custodiadas no BOVESPAFIX; e/ou (ii) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (iii) os procedimentos adotados pelo Escriturador Mandatário, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA.</p>
Público Alvo:	<p>A Oferta será destinada a Investidores Qualificados, e Investidores Não Qualificados.</p>
Pessoas Vinculadas:	<p>Poderá ser aceita a participação de investidores que sejam (a) controladores ou administradores da Companhia, da MESA e/ou dos Fiadores; (b) acionistas controladores ou administradores dos Coordenadores; (c) outras pessoas</p>

vinculadas à Oferta; ou (d) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nas alíneas “a”, “b” ou “c” acima, no Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) da quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, não será permitida a colocação de Debêntures junto a investidores que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. A participação de investidores da Oferta que sejam Pessoas Vinculadas na Oferta poderá promover má formação na taxa final dos Juros Remuneratórios, bem como poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário, uma vez que referidas Pessoas Vinculadas podem optar por manter estas Debêntures fora de circulação, influenciando sua liquidez.

O investidor deve ler o fator de risco “A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a definição da Remuneração das Debêntures, e o investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário” na seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures” na página [●] deste Prospecto Preliminar.

A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica à(s) instituição(ões) financeira(s) que venha(m) a ser contratada(s) para atuar como formador(es) de mercado da Emissão, desde que o direito de subscrever e a quantidade máxima de valores mobiliários a ser subscrita, se houver tal limitação, estejam divulgados no Prospecto Preliminar, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55 da Instrução CVM 400..

Regime de Colocação:

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, a ser prestada, de forma individual e não solidária, pelos Coordenadores, conforme os termos e condições do Contrato de Distribuição.

A garantia firme prestada pelos Coordenadores de forma individual e não solidária está limitada ao montante total de R\$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), na Data de Emissão, respeitada a alocação entre os Coordenadores fixada na tabela acima.

	<p>A garantia firme prestada será exercida unicamente na hipótese de a demanda dos investidores pelas Debêntures não ser suficiente para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures a serem emitidas, observados os respectivos montantes mínimos e máximos de cada série.</p> <p>Ao final do Prazo de Colocação, cada Coordenador estará obrigado a subscrever, até o limite da garantia firme prestada, a totalidade das Debêntures que porventura não tenham sido colocadas junto a investidores, até a Data de Liquidação. Será publicado, então, o Anúncio de Encerramento.</p> <p>Para os fins do disposto no item 5 do anexo VI da Instrução CVM 400, os Coordenadores poderão revender, até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, as Debêntures adquiridas em virtude do exercício da garantia firme de colocação, pelo preço de mercado das Debêntures, limitado ao Valor Nominal Unitário acrescido da respectiva remuneração calculada <i>pro rata temporis</i> até a data da efetiva alienação. A revenda das Debêntures pelos Coordenadores, após a publicação do Anúncio de Encerramento, poderá ser feita pelo preço a ser apurado de acordo com as condições de mercado verificadas a época. A revenda das Debêntures, conforme aqui mencionada, deverá ser efetuada respeitada a regulamentação aplicável.</p>
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>:	<p>Será adotado o Procedimento de coleta de intenções de investimento, sem recebimento de reservas e sem definição de lotes mínimos ou máximos de subscrição de Debêntures, organizado pelos Coordenadores, por meio de coleta de intenção de investimento, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, para a definição da Remuneração das Debêntures e da quantidade de Debêntures de cada série, observados os limite mínimos e máximos.</p> <p>Ao final do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, a Emissora ratificará as taxas aplicáveis às Debêntures, podendo ser fixadas taxas distintas para cada uma das séries, bem como a quantidade de Debêntures de cada série a serem efetivamente emitidas, por meio de Aditamento a Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na JUCESP, nos termos da AGE.</p>
Prazo de Subscrição:	<p>Nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, as Debêntures poderão ser subscritas, a qualquer tempo, em até 6 (seis) meses, contados da data de publicação do Anúncio de Início.</p>
Inadequação da Oferta a certos Investidores:	<p>O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que: (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos no investimento em Debêntures ou que não</p>

	<p>tenham acesso à consultoria especializada; (ii) necessitem de liquidez com relação às Debêntures a serem adquiridas, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (iii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou do setor de geração de energia elétrica. Para uma avaliação adequada dos riscos associados ao investimento nas Debêntures, os investidores deverão ler a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures”, na página [●] deste Prospecto Preliminar, bem como as seções relativas aos fatores de risco constantes dos itens “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência antes de aceitar a Oferta.</p>
Fatores de Risco:	<p>Para uma descrição dos fatores que devem ser avaliados antes da decisão de investimento nas Debêntures, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures”, na página [●] deste Prospecto, além de outras informações incluídas neste Prospecto.</p>
Sobre as Debêntures:	<p>A Lei 12.431 criou as chamadas debêntures incentivadas (ou, ainda, “debêntures de infraestrutura”) (“<u>Debêntures Incentivadas</u>”), que podem ser emitidas para financiar projetos de infraestrutura de longo prazo, considerados prioritários pelo Governo Federal.</p> <p>Tais debêntures, desde que atendam aos requisitos previstos na Lei 12.431 e demais normativos aplicáveis, garantem um tratamento tributário favorecido aos seus investidores (pessoas físicas ou jurídicas), residentes ou domiciliados no Brasil e/ou no exterior. Basicamente, rendimentos auferidos por investidores sujeitam-se à incidência do imposto de renda, exclusivamente na fonte, às seguintes alíquotas: (i) investidores localizados no exterior encontram-se sujeitos a alíquota de 0% (desde que invistam no Brasil nos termos da Resolução CMN 2.689/00 e não estejam localizados em Países de Tributação Favorecida); (ii) investidores pessoas físicas localizadas no País ficam também sujeitos a alíquota de 0%; e (iii) investidores pessoas jurídicas localizadas no País encontram-se sujeitos à alíquota reduzida de 15% para o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. Para mais informações acerca do tratamento tributário diferenciado, veja a seção “Características da Oferta – Sobre as Debêntures”, na página [●] deste Prospecto.</p>
Sociedade Emissora:	<p>As Debêntures Incentivadas devem ser emitidas por sociedades de propósito específico (“<u>SPEs</u>”) especialmente criadas para fins da implementação de projetos de investimento na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e</p>

	<p>inovação, considerados como “prioritários”. A critério das SPEs, seu capital pode ser fechado ou aberto.</p>
Projetos Prioritários	<p>Para fins de caracterização de um projeto como “prioritário”, os projetos devem: (i) ser voltados a investimentos na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação; (ii) ser aprovados pelo Ministério setorial responsável; e (iii) visar à implementação, manutenção, recuperação, adequação ou modernização, entre outros, dos seguintes setores: (a) logística e transporte; (b) mobilidade urbana; (c) energia; (d) telecomunicações; (e) radiodifusão; (f) saneamento básico; e (g) Irrigação.</p> <p>A submissão dos Projetos deve ser realizada pela SPE interessada perante o respectivo ministério setorial competente. A confirmação de que determinado projeto será considerado como “prioritário” para fins da Lei 12.431 ocorrerá através da publicação de Portaria de aprovação editada pelo Ministério setorial responsável.</p> <p>Para mais informações acerca dos Projetos Prioritários, veja a seção “Características da Oferta – Projetos Prioritários”, neste Prospecto.</p>
Informações Adicionais:	<p>Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Emissora e a Oferta poderão ser obtidas junto à Emissora, aos Coordenadores, nos endereços indicados na seção “Informações sobre a Emissora, Assessores e Auditores”, na página [•] deste Prospecto, e à CVM, em qualquer dos seguintes endereços: Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, Rio de Janeiro – RJ; ou Rua Cincinato Braga, 340 – 2º, 3º e 4º andares, São Paulo – SP.</p> <p>Os pedidos de registro (i) de companhia aberta na categoria B e (ii) da Oferta foi apresentado à CVM em [5] de fevereiro de 2014, estando a Oferta sujeita à prévia aprovação e registro pela CVM.</p>

CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

COMPOSIÇÃO ATUAL DO CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social da Emissora, subscrito e integralizado, era de R\$5.927.870.456,00, representado por 5.927.870.456 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A tabela a seguir apresenta a composição acionária do acionista da Companhia:

Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias	% Total Ações
Madeira Energia S.A.	5.927.870.456	100

Para mais informações sobre o capital social da Emissora, vide seção “17. Capital Social” do Formulário de Referência da Companhia anexo a este Prospecto.

AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS E REGISTROS

Autorizações Societárias

A Emissão, a Oferta, e a formalização das Garantias e Suporte de Acionistas foram aprovadas em conformidade com as deliberações tomadas na AGE realizada em 11 de março de 2014, cuja ata será arquivada JUCESP e, tão logo arquivada na JUCESP, será publicada no DOESP e no Jornal Empresas & Negócios – SP.

Escritura de Emissão e Contratos de Garantia e Suporte de Acionistas

A Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62, inciso II e § 3º, da Lei das Sociedades por Ações. A Escritura de Emissão será objeto de aditamento para refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, de modo a especificar as taxas aplicáveis às Debêntures, podendo ser fixadas taxas distintas para cada uma das séries, bem como a quantidade de Debêntures de cada série a serem efetivamente emitidas.

Os instrumentos que formalizarão as Garantias e Suporte de Acionistas deverão ser registrados nos competentes cartórios de títulos e documentos. Em razão do penhor de ações de emissão da Companhia, constituído em favor dos Debenturistas, conforme Contrato de Penhor, deverá ser feita a averbação do penhor sobre a totalidade das ações de emissão da Emissora detidas pela MESA no livro de registro de ações nominativas da Emissora.

Registro na ANBIMA

A Oferta será registrada na ANBIMA, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da do encerramento da Oferta, nos termos do artigo 19 do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários” que entrou em vigor em 3 de fevereiro de 2014.

Destinação dos Recursos

Os recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão, serão utilizados para viabilização e implementação das 50 (cinquenta) unidades geradoras da UHE Santo Antonio, que foi considerado prioritário pelo Ministério das Minas e Energia, nos termos da Lei 12.431 e do Decreto 7.603.

A implementação do Projeto já está em curso, encontrando-se em fase de projeto e obras, sendo que seu encerramento é estimado para novembro de 2016.

A totalidade dos recursos financeiros necessários para a implantação do Projeto é de aproximadamente R\$19,5 bilhões, já tendo sido investidos até 31 de dezembro de 2013, aproximadamente R\$15 bilhões, o que representa cerca de 77% (setenta e sete por cento) do investimento total do Projeto.

A Emissora estima que a Oferta deve representar aproximadamente 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) das necessidades de recursos financeiros do Projeto.

CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

Quantidade de Debêntures e Número de Séries

Serão emitidas 70.000 (setenta mil) Debêntures, sendo que tal montante não poderá ser aumentado em função do exercício da opção de debêntures adicionais e/ou da opção do lote suplementar, nos termos do artigo 14, §2º e artigo 24, respectivamente, da Instrução CVM 400. Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures, nos termos dos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400.

A Emissão será realizada em 2 (duas) séries, no Sistema de Vasos Comunicantes, sendo que a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série será definida conforme o Procedimento de *Bookbuilding*, observado que o somatório das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série não poderá exceder a quantidade total de Debêntures objeto da Oferta.

De acordo com o Sistema de Vasos Comunicantes, a quantidade de Debêntures a ser emitida na 1ª Série deverá ser determinada pela quantidade total de Debêntures objeto da Oferta, subtraída a quantidade total de Debêntures a ser emitida na 2ª Série, observando-se as regras a seguir. As Debêntures serão alocadas entre as 2 (duas) séries de forma a atender a demanda verificada no Procedimento de *Bookbuilding*. Serão emitidas, (i) no mínimo, 20.000 (vinte mil) e, no máximo, 28.000 (vinte e oito mil) Debêntures da 1ª Série; e (ii) no mínimo, 42.000 (quarenta e duas mil) e, no máximo, 50.000 (cinquenta mil) Debêntures da 2ª Série.

Valor Nominal Unitário, Valor Total da Emissão e Data de Emissão

As Debêntures terão Valor Nominal Unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante total de R\$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais) na Data de Emissão.

Para todos os efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures é 15 de abril de 2014.

Número da Emissão

Esta Escritura de Emissão constitui a 3ª emissão de debêntures da Emissora.

Forma, Conversibilidade e Permutabilidade

As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora e nem permutáveis por ações de outra sociedade.

Espécie

As Debêntures serão da espécie quirografária com garantia adicional real e fidejussória.

Prazo e Data de Vencimento

As Debêntures da 1ª Série terão prazo de vigência de 8 anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de abril de 2022, e as Debêntures da 2ª Série terão prazo de vigência de 10 anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de abril de 2024.

Comprovação de Titularidade

Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA, será expedido por estas, extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures.

Repactuação

As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas à repactuação programada.

Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP e/ou à BM&FBOVESPA, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração aplicável à respectiva Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (inclusive) até a data de sua efetiva integralização (exclusive).

Amortização

O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série será amortizado em 3 parcelas anuais e consecutivas e o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série será amortizado em 3 parcelas anuais e consecutivas, nos montantes e nas datas indicadas na tabela abaixo:

DATA DE PAGAMENTO DA 1ª SÉRIE	PERCENTUAL DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO ATUALIZADO DA 1ª SÉRIE A SER AMORTIZADO	DATA DE PAGAMENTO DA 2ª SÉRIE	PERCENTUAL DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO ATUALIZADO DA 2ª SÉRIE A SER AMORTIZADO
15 de abril de 2020	16,4%	15 de abril de 2022	25,1%
15 de abril de 2021	49,3%	15 de abril de 2023	55,6%
15 de abril de 2022	Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado da 1ª Série	15 de abril de 2024	Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado da 2ª Série

Remuneração das Debêntures

A remuneração das Debêntures será composta de Atualização Monetária e Juros Remuneratórios conforme disposto a seguir.

Atualização Monetária

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado pelo IPCA, desde a Data de Emissão (inclusive) até a data de seu efetivo pagamento (exclusive), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou, se for o caso, ao saldo do Valor Nominal Unitário, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures calculado com 8 casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, informado/calculado com 8 casas decimais, sem arredondamento;

C = Fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 9 casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$$

Onde:

n = número total de índices utilizados na atualização das debêntures, sendo “n” um número inteiro;

dup = número de dias úteis entre a última data de aniversário e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do IPCA, sendo “dup” um número inteiro;

dut = número de dias úteis entre a última e a próxima data de aniversário, sendo “dut” um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário do ativo. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do mês anterior ao mês “k”.

O fator resultante da expressão: $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$ é considerado com 8 casas decimais, sem arredondamento.

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento.

O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

Considera-se “data de aniversário” todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja dia útil, o primeiro dia útil subsequente.

Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas das Debêntures.

Se até a data de aniversário, o NIK não houver sido divulgado, deverá ser utilizado em substituição a NIK na apuração do Fator “C” um número-índice projetado, calculado com base na última projeção disponível, divulgada pela ANBIMA da variação percentual do IPCA, conforme fórmula a seguir:

$$NI_{kp} = NI_{k-1} \times (1 + \text{projeção})$$

Onde:

NI_{kp} = Número- Índice Projetado do IPCA para o mês de atualização, calculado com 2(duas) casas decimais, com arredondamento;

Projeção = variação percentual projetada pela ANBIMA referente ao mês de atualização.

- (i) O Número Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não houver sido divulgado o número-índice correspondente ao mês de atualização, não sendo, porém, devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IPCA que seria aplicável; e
- (ii) O número-índice do IPCA, bem como as projeções de sua variação, deverão ser utilizados considerando idêntico o número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo/apuração.

Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial, o IPCA deverá ser substituído pelo seu substituto legal ou, no caso de inexistir substituto legal para o IPCA, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do Período de Ausência do IPCA, convocar Assembleia Geral de Debenturistas, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável e os requisitos da Lei 12.431, o novo parâmetro a ser aplicado, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, a mesma taxa produzida pelo último IPCA divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.

Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Emissora, a referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e o IPCA a partir

de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária desde o dia de sua indisponibilidade, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas.

Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas, em deliberação realizada com o *quorum* estabelecido na Escritura de Emissão, ou caso a Taxa Substitutiva acarrete a perda do benefício gerado pelo tratamento tributário previsto na Lei 12.431, a Emissora e os Debenturistas deverão, de comum acordo, no prazo de 10 (dez) dias da Assembleia Geral de Debenturistas referida acima, nomear perito independente para a determinação do novo índice oficial de atualização, o qual deverá refletir ao máximo o IPCA, e que será exclusivo e vinculante às Emissora e aos Debenturistas, e a Emissora deverá apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, não excedendo o prazo de vencimento final das Debêntures, utilizando o novo índice de atualização determinado pelo perito. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo acima estabelecida, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizado o novo índice de atualização determinado pelo perito. Caso a Taxa Substitutiva seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. As despesas com a contratação do perito serão de responsabilidade da Emissora.

Juros Remuneratórios

Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a determinado percentual para cada série ao ano, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, limitado a (i) 0,85% (oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano para a 1ª Série; e (ii) 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) ao ano para a 2ª Série, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, acrescidos exponencialmente ao equivalente à média aritmética das taxas internas de retorno da NTN-B, com vencimento em (i) 15 de agosto de 2022, no caso da 1ª Série; e (ii) 15 de agosto de 2024, no caso da 2ª Série, que deverão ser as cotações indicativas divulgadas pela ANBIMA, a serem apuradas com base na média aritmética do fechamento do terceiro, segundo e primeiro Dias Úteis anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão (inclusive) ou a data de pagamento dos juros remuneratórios imediatamente anterior, (inclusive), conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento.

O cálculo dos Juros Remuneratórios obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNa \times \text{FatorJuros} - 1$$

Onde:

- | | | |
|------------|---|--|
| J | = | valor unitário dos juros devidos no final de cada data de cálculo da Remuneração (exclusive), calculado com 8 casas decimais sem arredondamento; |
| VNa | = | Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado calculado com 8 casas decimais, sem arredondamento; |
| FatorJuros | = | fator de juros fixos calculado com 9 casas decimais, com arredondamento, |

apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left[\left(1 + \frac{Taxa}{100} \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

Onde:

taxa = taxa de juros fixa, conforme definida no Procedimento de *Bookbuilding*, informada com 4 casas decimais;

DP = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou data do último pagamento de juros das Debêntures, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

Periodicidade do Pagamento dos Juros Remuneratórios

Os Juros Remuneratórios da 1ª Série serão pagos semestralmente, a partir da Data de Emissão, sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de outubro de 2014 e o último na Data de Vencimento da 1ª Série. Os Juros Remuneratórios da 2ª Série serão pagos semestralmente, a partir da Data de Emissão, sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de outubro de 2014 e o último na Data de Vencimento da 2ª Série.

Garantias

O pagamento das Debêntures é garantido pelo conjunto das garantias abaixo.

Garantias Reais Compartilhadas

Nos termos do Contrato de Compartilhamento de Garantias, as garantias reais a seguir descritas serão compartilhadas entre os Debenturistas e o BNDES, Agentes Repassadores, Banco da Amazônia S.A., atuando na qualidade de agente financeiro do FNO, agente fiduciário das debêntures da 2ª emissão da Emissora e FI-FGTS.

- a) penhor sobre (i) a totalidade das ações de emissão da Emissora detidas pela MESA, ("Ações"); (ii) todas as novas ações de emissão da Emissora que a MESA e/ ou a Andrade Gutierrez Participações S.A., a Odebrecht Energia do Brasil S.A. e a Caixa Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia, venha(m) a adquirir no futuro, durante a vigência do Contrato de Penhor, seja na forma dos artigos 167, 169 e 170 da Lei das Sociedades por Ações, seja por força de desmembramentos ou grupamentos das Ações, seja por consolidação, fusão, permuta de ações, divisão de ações, reorganização societária ou sob qualquer outra forma, quer substituam ou não as ações originalmente empenhadas (as quais, uma vez adquiridas pela MESA, integrarão, automaticamente e independentemente de qualquer formalidade adicional, a definição de Ações, para todos os fins e efeitos de direito), às quais ficará automaticamente estendido o penhor, aplicando-se às mesmas todos os termos e condições do Contrato de Penhor; (iii) todos os frutos, lucros, rendimentos, bonificações, juros, distribuições e demais direitos, inclusive dividendos (em dinheiro ou mediante distribuição de novas ações) e direitos de subscrição, que venham a ser apurados, declarados e ainda não pagos, creditados ou pagos pela Emissora em relação às Ações, bem como debêntures conversíveis, partes beneficiárias ou outros valores

mobiliários conversíveis em ações, relacionados a sua participação no capital social da Emissora, além de direitos de preferência e opções, que venham a ser subscritos ou adquiridos até a liquidação dos Contratos de Financiamento, observado o disposto no Contrato de Penhor; (iv) todos os valores recebidos ou, de qualquer forma, distribuídos à MESA a título de qualquer cobrança, permuta, venda ou outra forma de disposição de qualquer das Ações e quaisquer bens ou títulos nos quais as Ações sejam convertidas (incluindo qualquer depósito, valor mobiliário ou título negociável); e (v) todos os títulos, valores mobiliários, respectivos rendimentos e quaisquer outros bens eventualmente adquiridos com o produto da realização da garantia mencionada nos itens (i) a (iii) acima, de acordo com os termos e condições expressos no Contrato de Penhor, a ser constituído também em favor do Debenturista até a Data de Emissão; e

b) nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, cessão fiduciária (a) pela Emissora, dos direitos emergentes da Concessão de que a Emissora é titular em decorrência do Contrato de Concessão, incluindo, (i) os direitos creditórios de titularidade da Emissora decorrentes dos CCVEs, CCEARs, consolidados em anexo do Contrato de Cessão Fiduciária, e de quaisquer outros instrumentos de comercialização de energia firmados pela Emissora, inclusive a totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica produzida pelo Projeto, incluindo, ainda, os direitos supervenientes de crédito decorrentes desses CCVEs, dos CCEARs e instrumentos de comercialização de energia que vierem a ser firmados pela Emissora, (ii) dos eventuais direitos creditórios de sua titularidade decorrentes dos CCRECs, inclusive a totalidade da receita e os direitos supervenientes de crédito deles decorrentes; (iii) quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes do Projeto, (iv) das garantias constantes dos CCEARs e dos CCVEs firmados pela Emissora; (v) do direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar devidos pelo Poder Concedente à Emissora, em caso de extinção outorgada nos termos do Contrato de Concessão; (vi) da energia elétrica produzida pelo Projeto e o direito de gerar e vender a energia elétrica produzida pelo Projeto; (vii) direitos creditórios da Conta Centralizadora, da Conta Reserva do Serviço da Dívida 1, da Conta Reserva do Serviço da Dívida 2, da Conta Reserva dos Serviços das Debêntures 1, da Conta Reserva dos Serviços das Debêntures 2, da Conta Reserva dos Serviços das Debêntures 3, da Conta Reserva Estática dos Serviços das Debêntures 3, da Conta Reserva de O&M, da Conta Seguradora, da Conta de Suporte SAESA, Conta de Suporte Suplementar SAE e da Conta de Suporte para Insuficiência SAESA, e (v) todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão; (b) pela MESA, (i) de todos os direitos decorrentes do Contrato de Suporte Original, do Contrato de Suporte Suplementar e do Contrato de Suporte para Insuficiências ou, ainda, quaisquer outros direitos, recursos, valores, aportes de capital e/ou receitas que sejam decorrentes de referidos contratos, e (ii) dos direitos creditórios da conta da MESA definida no Contrato de Cessão Fiduciária (Conta de Suporte MESA); a ser constituída também em favor do Debenturista; bem como (c) cessão condicional, dos Contratos do Projeto e das respectivas Garantias de Execução previstas no Contrato de EPC e nos Contratos de Engenharia do Proprietário, na medida em que permitido pela lei aplicável. Observadas as exigências da lei aplicável, a cessão dos Contratos do Projeto e das Garantias de Execução nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária somente produzirá efeitos a partir da verificação das seguintes condições, cumulativamente: (i) ocorrência de um evento de inadimplemento pela Emissora nos termos dos instrumentos de financiamento do Projeto; e (ii) recebimento pela Emissora de uma notificação enviada pelos credores cientificando-a da decisão de exercerem o direito de assumir, ou nomear terceiro para assumir, um ou mais Contratos do Projeto e Garantias da

Execução

[O valor estimado para as garantias reais acima descritas, é de R\$[●], tomando como base o [valor patrimonial] das ações de emissão da Companhia, e o valor de face dos CCVEs e CCEARs já firmados pela Emissora. Considerando que as garantias reais acima referidas são compartilhadas com os credores dos Contratos de Financiamento, dos R\$[●] acima mencionados, apenas R\$[●] correspondem à proporção do valor total das Debêntures em relação ao valor total contratado das dívidas que compartilham referidas garantias.].

Garantia Fidejussória

As Debêntures contarão ainda com garantia fidejussória prestada, nos termos dos respectivos instrumentos particulares a serem outorgados aos debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, pela: (i) Eletrobras, obrigando-se, na qualidade de principal pagadora das obrigações decorrentes da Escritura de Emissão, limitada a 39% (trinta e nove por cento) das obrigações decorrentes da Emissão; e (ii) da CEMIG, obrigando-se, na qualidade de principal pagadora das obrigações decorrentes da Escritura de Emissão, limitada a 10% (dez por cento) das obrigações decorrentes da Emissão.

O valor estimado para as garantias fidejussórias acima descritas, na Data de Emissão, é acima descritas, é de R\$[●].

Suporte de Acionistas

Adicionalmente às garantias, as Debêntures também contarão com:

- a) suporte de Andrade Gutierrez Participações S.A., Caixa Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia e Odebrecht Energia do Brasil S.A., na qualidade de acionistas da MESA, por meio da subscrição e integralização, em moeda corrente nacional, de novas ações ordinárias do capital da MESA, nominativas e sem valor nominal, observadas suas respectivas participações acionárias no capital social da MESA e a consequente obrigação da MESA de aportar capital na Emissora, mediante subscrição e integralização, em moeda corrente nacional, de novas ações ordinárias, na hipótese de não pagamento de prestação de principal e/ou acessórios dos Contratos de Financiamento Suplementares e/ou da Escritura de Emissão ou de declaração de vencimento antecipado dos Contratos de Financiamento Suplementares e/ou da Escritura de Emissão, de acordo com os termos e condições do Contrato de Suporte Suplementar, a ser aditado para incluir como parte o Agente Fiduciário, atuando na qualidade de representante da comunhão dos titulares das Debêntures. O aditivo ao Contrato de Suporte Suplementar deverão ser celebrados até a Data de Integralização; e
- b) suporte dos Acionistas por meio da subscrição e integralização, em moeda corrente nacional, de novas ações ordinárias do capital da MESA, nominativas e sem valor nominal, observadas suas respectivas participações acionárias no capital social da MESA e a consequente obrigação da MESA de aportar capital na Emissora, mediante subscrição e integralização, em moeda corrente nacional, de novas ações ordinárias, mediante a ocorrência de determinados eventos relacionados à insuficiência de recursos financeiros da Emissora para a execução do Projeto, de acordo com os termos e condições do Contrato de Suporte para Insuficiências, a ser aditado para incluir como parte o Agente Fiduciário, atuando na qualidade de representante da comunhão dos titulares das Debêntures. O aditivo ao Contrato de Suporte para Insuficiências deverá ser celebrado até a Data de Integralização.

Resgate Antecipado

As Debêntures não estarão sujeitas à oferta de resgate antecipado ou ao resgate antecipado facultativo pela Emissora, seja ele total ou parcial.

Amortização Extraordinária

As Debêntures não estarão sujeitas à amortização extraordinária pela Emissora.

Aquisição Facultativa

Após decorridos 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, observado o disposto na Lei 12.431, as Debêntures em circulação poderão ser adquiridas pela Emissora, no mercado secundário, a qualquer momento, condicionado ao aceite dos Debenturistas e observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, por valor igual ou inferior ao nominal, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras; ou por valor superior ao nominal, desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures que venham a ser adquiridas nos termos deste item 3.14 poderão permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação. Alternativamente, as Debêntures adquiridas pela Emissora nos termos deste item 3.14 poderão ser canceladas, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional, em conformidade com o disposto no artigo 1º, § 1º, inciso II, da Lei 12.431.

Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da Emissão até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, ressalvados os casos em que os pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP e/ou BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

Multa e Encargos Moratórios

Em caso de atraso no pagamento de qualquer quantia devida pela Emissora aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa moratória, individual e não compensatória, de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

Tratamento Tributário

As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto nos artigos 1º e 2º da Lei 12.431. Para mais informações sobre o tratamento tributário aplicável às Debêntures consultar a seção “Tributação” do Prospecto Preliminar.

Caso qualquer debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária (diferente daquelas previstas na Lei 12.431), este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis antes da primeira data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, devendo enviar a documentação complementar pertinente, caso haja alteração nesta condição.

O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante, pelo Escriturador Mandatário ou pela Emissora. Mesmo que tenha recebido a documentação referida acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo a tributação que entender devida. Caso a Emissora não utilize os recursos na forma prevista no item 3.19 abaixo, dando causa ao seu desenquadramento da Lei 12.431, esta será responsável pelo custo de todos os tributos, incidentes sobre os pagamentos, remuneração e reembolso devido aos Debenturistas, bem como pela multa, a ser paga nos termos da Lei 12.431, equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Emissão não alocado no Projeto.

Decadência dos Direitos aos Acréscimos

O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas na Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer remuneração adicional e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento, bem como aqueles até a próxima data de pagamento, nos termos da Escritura de Emissão.

Vencimento Antecipado

Observado o disposto na Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá automaticamente declarar antecipadamente vencidas ou, conforme aplicável, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado de todas as obrigações da Emissora relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou saldo devedor do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão (inclusive) até a data do efetivo pagamento (exclusive), e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos, desde que não seja sanado dentro dos prazos aplicáveis previstos nas alíneas a seguir, conforme o caso:

- a) não pagamento, pela Emissora, nas datas de vencimento, do valor de principal das Debêntures, da Remuneração ou de quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas, não sanado no prazo de [3 (três)] Dias Úteis contados das suas respectivas datas de vencimento;
- b) descumprimento (i) pela Emissora e/ou pela MESA, de quaisquer obrigações previstas na Escritura de Emissão, não sanado em 5 (cinco) Dias Úteis contados da notificação do Agente Fiduciário neste sentido; ou (ii) pela Emissora, pelos Fiadores e/ou pela MESA, pelos acionistas da Emissora e/ou da MESA e/ou dos respectivos

intervenientes garantidores, de quaisquer obrigações previstas nos Contratos de Garantia e Suporte de Acionistas e demais documentos da Oferta, observados os prazos de cura referidos em tais instrumentos;

- c) sem prejuízo da alínea (b) acima, descumprimento de quaisquer obrigações e condições previstas em quaisquer outros contratos, inclusive os Contratos do Projeto, que implique Impacto Adverso Relevante;
- d) término ou rescisão pela Emissora ou pela MESA de quaisquer Contratos do Projeto sem a prévia aprovação dos Debenturistas, em Assembleia Geral de Debenturistas realizada nos termos da Escritura de Emissão, a não ser pelo decurso regular dos seus respectivos prazos de vigência;
- e) contratação, pela Emissora, de mútuos, direta ou indiretamente, com seus acionistas diretos e/ou indiretos, exceto se subordinados às obrigações da Escritura de Emissão e com data de vencimento posterior às Datas de Vencimento, em relação aos quais não será necessária a anuência prévia dos Debenturistas;
- f) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de recuperação judicial e extrajudicial, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora ou da MESA;
- g) suspensão, cancelamento, rescisão ou declaração de invalidade ou ineficácia total ou parcial de quaisquer dos Contratos do Projeto que resulte em Impacto Adverso Relevante, sem a prévia aprovação dos Debenturistas, em Assembleia Geral de Debenturistas realizada nos termos da Escritura de Emissão, salvo se, em 30 (trinta) dias, (i) a Emissora celebre contrato que substitua o contrato ou a parte do contrato que ocasionou a hipótese de vencimento antecipado mencionada nesta alínea; ou (i-i) a suspensão, cancelamento, rescisão ou declaração de invalidade ou ineficácia total ou parcial ocorrida seja revertida judicialmente por decisão de efeito imediato;
- h) aditamento de quaisquer dos Contratos do Projeto, que cause Impacto Adverso Relevante não suportado pelo Contrato de Suporte Suplementar e pelo Contrato de Suporte para Insuficiências, sem a prévia aprovação dos Debenturistas, em Assembleia Geral de Debenturistas realizada nos termos da Escritura de Emissão;
- i) se a Emissora deixar de manter qualquer dos índices financeiros relacionados a seguir, apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras relativas ao exercício imediatamente anterior, auditadas e publicadas, ao final de cada exercício fiscal, a partir da divulgação referente ao exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2014 até a Data de Vencimento:
 - (i) até a data da entrada em operação da 44ª turbina da UHE Santo Antônio, índice de capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20% (vinte por cento) e, após a data da entrada em operação da 44ª turbina da UHE Santo Antônio, índice de capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento); e
 - (ii) manutenção do ICSD Mínimo” de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos) até a amortização da totalidade das Debêntures em circulação. O ICSD Mínimo será apurado anualmente conforme metodologia de cálculo

prevista no Anexo II da Escritura de Emissão e comprovado mediante a apresentação de demonstrações financeiras auditadas consolidadas da Emissora;

- j) contratação pela Emissora de novos endividamentos com terceiros, sem a prévia aprovação dos Debenturistas, em Assembleia Geral de Debenturistas realizada nos termos da Escritura de Emissão, em valor individual ou agregado superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), valores estes a serem devidamente corrigidos pelo IPCA, de acordo com a fórmula paramétrica prevista no Contrato de EPC;
- k) suspensão, por mais de 60 (sessenta) dias, não obtenção, cancelamento, revogação, intervenção, extinção ou não renovação da Concessão;
- l) suspensão, por mais de 60 (sessenta) dias, não obtenção, cancelamento, revogação, extinção ou não renovação das autorizações, aprovações, registros e licenças, inclusive, mas não se limitando, às ambientais e às concedidas pela ANEEL, exigidas para construir, operar e manter as 50 (cinquenta) unidades geradoras da UHE Santo Antônio. Caso a Emissora comprove que efetuou o respectivo pedido de renovação nos prazos legais e não tenha havido decisão contrária do órgão competente, o evento de inadimplemento previsto neste item não será caracterizado, a não ser que ocorra a interrupção total das atividades da Emissora por determinação do órgão competente para apreciação do pedido em questão;
- m) nulidade de aspectos relevantes da Escritura de Emissão ou dos Contratos de Garantia e Suporte de Acionistas, desde que não revertida em 30 (trinta) dias;
- n) cancelamento, rescisão ou declaração judicial de invalidade ou ineficácia total ou parcial de aspectos relevantes da Escritura de Emissão ou dos Contratos de Garantia e Suporte de Acionistas, desde que não revertida em 5 (cinco) dias;
- o) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora ou pela MESA nos documentos da Oferta;
- p) venda, cessão, transferência, permuta ou, por outra forma, disposição de ações representativas do capital social da Emissora, sem a prévia aprovação dos Debenturistas, em Assembleia Geral de Debenturistas realizada nos termos da Escritura de Emissão, exceto se (i) de acordo com a Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia e Suporte de Acionistas; ou (ii) houver incorporação da Emissora pela MESA, com manutenção da composição acionária indireta da Emissora;
- q) julgamento, em caráter definitivo, mediante trânsito em julgado da respectiva decisão, de qualquer processo, arbitragem ou procedimento administrativo em face da Emissora que acarrete Impacto Adverso Relevante;
- r) redução de capital social da Emissora, independentemente de distribuição de recursos à MESA ou a seus acionistas, sem a prévia aprovação dos Debenturistas, em Assembleia Geral de Debenturistas realizada nos termos da Escritura de Emissão, exceto se de acordo com a Escritura de Emissão;

- s) declaração de vencimento antecipado de qualquer Contrato de Financiamento, observados os prazos de cura previstos nos respectivos documentos;
- t) declaração de vencimento antecipado de financiamentos em valor superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), observados os prazos de cura previstos nos respectivos documentos;
- u) protesto legítimo de títulos contra a Emissora em montante individual ou agregado superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), salvo se for validamente comprovado pela Emissora que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiros, desde que tal erro ou má fé tenha sido comprovado pela Emissora ao Agente Fiduciário dentro do prazo 30 (trinta) dias contados da data do respectivo evento, (ii) o protesto foi cancelado no prazo legal, ou ainda (iii) foram prestadas garantias em juízo;
- v) a Emissora deixar de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM;
- w) a Emissora ceder, transferir, vender ou de qualquer outra forma alienar ativos em valor superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), individualmente, ou em séries de operações, observadas as permissões a serem previstas nos Contratos de Financiamento e na Escritura de Emissão, e ressalvadas as hipóteses de (i) substituição em razão de desgaste e/ou depreciação e (ii) atualização em razão de obsolescência;
- x) a Emissora efetuar outros investimentos que não os relacionados diretamente ao Projeto, ressalvados os investimentos autorizados pela Escritura de Emissão;
- y) degradação dos bens dados em garantia aos Debenturistas, conforme previsto na Escritura de Emissão, bem como ocorrência de quaisquer eventos que afetem de forma material tais garantias ou o cumprimento das disposições dos Contratos de Garantia e Suporte de Acionistas;
- z) a ocorrência de um Impacto Adverso Relevante, definido como alteração material (i) nas condições econômico-financeiras da Emissora ou da MESA, que possa prejudicar suas respectivas atividades da maneira como são conduzidas atualmente, (i-i) no Projeto, nos negócios, operações, propriedades ou resultados da Emissora, (ii-i) na validade ou exequibilidade dos documentos relacionados às Debêntures, inclusive os Contratos de Garantia e Suporte de Acionistas; ou (iv) na capacidade da Emissora em cumprir suas obrigações financeiras, socioambientais ou de implantação do Projeto aqui previstas, mediante transmissão de aviso à Emissora;
- aa) o não registro do Contrato de Penhor, do Contrato de Cessão Fiduciária, do Contrato de Suporte Suplementar, e/ou do Contrato de Suporte para Insuficiências nos termos previstos nos respectivos instrumentos em até 60 (sessenta) dias da data de sua respectiva celebração nas outras praças que não a da Emissora;
- bb) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas na Escritura de Emissão, sem prévia autorização dos Debenturistas, com exceção à hipótese de incorporação da Emissora pela MESA, nos termos da alínea “p” acima;

- cc) alienação, constituição de ônus ou transferência a qualquer título, ou qualquer outra forma de disposição, a qualquer tempo, de quaisquer ativos e passivos relevantes relacionados ao Projeto, para terceiro, sem a prévia aprovação dos Debenturistas, realizada nos termos da Escritura de Emissão, com exceção de operações celebradas com os fornecedores para aquisição específica de tais bens;
- dd) a existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Emissora, que importe em infringência à legislação que trata do combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil ou trabalho escravo;
- ee) o pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no seu Estatuto Social em montante superior ao dividendo mínimo obrigatório, nas seguintes hipóteses: (i) a Emissora, os Fiadores ou os Acionistas estejam inadimplentes com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa prevista na Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia e Suporte de Acionistas; (ii) houver sido convocada Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar a respeito da ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 5.1 da Escritura de Emissão e até que seja encerrada referida Assembleia Geral de Debenturistas, com deliberação contrária ao vencimento antecipado das Debêntures, ou (iii) o ICSD histórico dos últimos 12 (doze) meses seja inferior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), revisado por auditor independente da Emissora, trimestralmente, utilizando-se das informações trimestrais constantes das Informações Trimestrais e/ou das Demonstrações Financeiras Padronizadas apresentadas pela Emissora à CVM, conforme metodologia detalhada no Anexo II à Escritura de Emissão, e comprovado com base em memória de cálculo e declaração apresentadas pela Emissora substancialmente na forma do Anexo II à Escritura de Emissão; ou (iv) as Contas Reserva não estejam devidamente preenchidas com os valores Mínimos nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;
- ff) descumprimento das obrigações referentes aos Princípios do Equador;
- gg) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; e
- hh) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da descrita na Escritura de Emissão.

A ocorrência de qualquer dos eventos acima descritos deverá ser prontamente comunicada, ao Agente Fiduciário, pela Emissora, em 5 (cinco) Dias Úteis. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos na Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão, inclusive o de declarar o vencimento antecipado na data da ciência.

A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas (a), (f), (k), (s) e (bb) acima acarretará o vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das Debêntures, sendo que o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

Na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento que não aqueles indicados acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data em que

tomar conhecimento do evento, uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada acima, que será instalada com quorum qualificado de instalação correspondente a, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação em primeira convocação e a maioria das Debêntures em Circulação em segunda convocação, os titulares das Debêntures que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação [presentes] nas Assembleias Gerais de Debenturistas em questão, poderão declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, sendo que, nesse caso, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações objeto da Escritura de Emissão e exigir o pagamento do que for devido.

Nas hipóteses: (i) de não instalação, em segunda convocação, da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada acima por falta de quorum; ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade relativa à declaração do vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes da Escritura de Emissão por deliberação de titulares das Debêntures que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação presentes, seja em primeira ou em segunda convocação, ou, ainda, caso os trabalhos na Assembleias Gerais de Debenturistas em questão sejam suspensas para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não terá a faculdade de declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, não obstante a possibilidade de os Debenturistas convocarem novas Assembleias Gerais de Debenturistas com o mesmo objeto caso os Eventos de Inadimplemento perdurem.

Em caso de declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a efetuar o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolada ou com aviso de recebimento no endereço da Emissora, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios.

Conforme acima disposto, caso haja eventual alteração dos Contratos de Financiamento, em decorrência de eventual reescalonamento de termos ou condições previstos nos respectivos instrumentos, incluindo, mas não se limitando, a prorrogação de pagamento de principal da dívida assumida pela Emissora perante o BNDES e/ou os agentes repassadores, não ocorrerá o Vencimento Antecipado da Escritura de Emissão.

Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem *jus* as Debêntures serão efetuados pela Emissora, utilizando-se (i) os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures custodiadas no BOVESPAFIX; e/ou (ii) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (iii) os procedimentos adotados pelo Banco Liquidante, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA.

Assembleia Geral de Debenturistas

Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o

disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

Convocação

As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10%, no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes no DOESP e no Jornal Empresas e Negócios - SP, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e da Escritura de Emissão.

As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data da primeira publicação da convocação. A Assembleia Geral de Debenturista em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias corridos após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

Independente das formalidades previstas na legislação aplicável e na Escritura de Emissão, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos na Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

Quorum de Instalação

Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais de Debenturistas se instalarão, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos *quora* de instalação e/ou deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas previstos aqui e na Escritura de Emissão, consideram-se “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora, pela MESA e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), sociedades sob controle comum, administradores ou conselheiros da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, até segundo grau.

Mesa Diretora

A presidência e secretaria das Assembleias Gerais de Debenturistas caberão aos representantes eleitos pelos Debenturistas presentes ou àqueles que forem designados pela CVM.

Quorum de Deliberação

Salvo disposto de outra forma na Escritura de Emissão, nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não, sendo que as deliberações deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem pelo menos a maioria das Debêntures em Circulação quando em primeira convocação, ou a maioria das Debêntures em Circulação presentes quando em segunda convocação. Qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas na Escritura de Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem pelo menos a maioria das Debêntures em Circulação quando em primeira convocação, ou a maioria das Debêntures em Circulação [presentes] quando em segunda convocação.

Salvo disposto de outra forma na Escritura de Emissão, (a) as alterações relativas às características das Debêntures, conforme venham a ser propostas pela Emissora, que impliquem em alteração: (i) da Remuneração, (ii) das Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios ou de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão, (iii) da Data de Vencimento das Debêntures e da vigência das Debêntures, (iv) dos valores, montantes e datas de amortização do principal das Debêntures, (v) da redação de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento; (vi) da alteração dos quóruns de deliberação previstos na Escritura de Emissão, (vii) das disposições deste parágrafo, (viii) criação de evento de repactuação, (ix) das disposições relativas a resgate antecipado facultativo; amortizações antecipadas facultativas ou oferta facultativa de resgate antecipado, e/ou (x) da espécie das Debêntures; e (b) eventual Assembleia Geral de Debenturistas convocada pelos Debenturistas com o fim de anuir com a não declaração de vencimento antecipado automático das Debêntures, previamente ao eventual descumprimento das hipóteses estabelecidas na Escritura de Emissão, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, dependerão da aprovação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, seja em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo certo que os Debenturistas poderão discutir e deliberar sem a presença destes, caso desejarem.

O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

Comunicações

Todos os atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de aviso publicado no DOESP e no jornal Jornal Empresas & Negócios – SP, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (www.santoantonioenergia.com.br), sendo que a publicação dos anúncios e avisos referentes exclusivamente à Oferta serão publicados no jornal “Valor Econômico”. A Emissora poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído, nos termos do parágrafo 3º, do artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações, devendo os Debenturistas verificar com a Emissora sobre a eventual alteração do jornal de publicação.

Registro para Distribuição e Negociação das Debêntures

As Debêntures serão registradas para (i) distribuição no mercado primário por meio (a) do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada por meio da CETIP; e (b) do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da BM&FBOVESPA; e (ii) negociação no mercado secundário por meio (a) do CETIP 21 - Módulo de Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) Sistema de Negociação de Títulos de Renda Fixa BOVESPAFIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia, a liquidação financeira e a negociação das Debêntures

Informações Adicionais

Informações adicionais sobre as Debêntures, incluindo, sem limitação, obrigações adicionais da Emissora, podem ser obtidas na Escritura de Emissão, constante do anexo V deste Prospecto.

CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Prazo de Subscrição

Nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, as Debêntures poderão ser subscritas, a qualquer tempo, em até 6 (seis) meses, contados da data de publicação do Anúncio de Início.

Público Alvo

A Oferta será destinada a Investidores Qualificados, e Investidores Não Qualificados.

Pessoas Vinculadas

Poderá ser aceita no Procedimento de *Bookbuilding*, sem possibilidade de reservas antecipadas e sem limite máximo de tal participação em relação ao volume da Oferta, a participação de Pessoas Vinculadas. Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) da quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, não será permitida a colocação de Debêntures junto a investidores que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. A participação de investidores da Oferta que sejam Pessoas Vinculadas na Oferta poderá promover má formação na taxa final dos Juros Remuneratórios, bem como poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário, uma vez que referidas Pessoas Vinculadas podem optar por manter estas Debêntures fora de circulação, influenciando sua liquidez.

O investidor deve ler o fator de risco “A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a definição da Remuneração das Debêntures, e o investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário” da seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures” na página [●] deste Prospecto Preliminar.

A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica à(s) instituição(ões) financeira(s) que venha(m) a ser contratada(s) para atuar como formador(es) de

mercado da Emissão, desde que o direito de subscrever e a quantidade máxima de valores mobiliários a ser subscrita, se houver tal limitação, estejam divulgados no Prospecto Preliminar, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Inadequação da Oferta a Certos Investidores

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que: (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos no investimento em Debêntures ou que não tenham acesso à consultoria especializada; (ii) necessitem de liquidez com relação às Debêntures a serem adquiridas, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (iii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou do setor de geração de energia elétrica. Para uma avaliação adequada dos riscos associados ao investimento nas Debêntures, os investidores deverão ler a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Debêntures”, na página [●] deste Prospecto Preliminar, bem como as seções relativas aos fatores de risco constantes dos itens “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência antes de aceitar a Oferta.

Liquidez e Estabilização

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures. [Será fomentada a liquidez das Debêntures, mediante a contratação de instituição(ões) financeira(s) para atuar como formador(es) de mercado da Emissão pelo prazo de pelo menos 12 (doze) meses a partir da Data de Integralização.

Classificação de Risco

A Emissora contratou a [●] (“Agência de Classificação de Risco”) para a elaboração de relatório de classificação de risco (*rating*) das Debêntures e para revisão anual da classificação de risco até o vencimento das Debêntures. A Agência de Classificação de Risco atribuiu *rating* “[●]” às Debêntures. Este relatório se encontra no Anexo IV deste Prospecto, nas páginas [●] a [●].

Cronograma Estimado da Oferta

Evento	Data⁽¹⁾
Protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta	5/02/2014
Realização da AGE	11/03/2014
Publicação do Aviso ao Mercado Disponibilização do Prospecto Preliminar Início das Apresentações para Potenciais Investidores (<i>Road show</i>) Início do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	12/03/2014
Conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	9/04/2014
Concessão do registro da Oferta pela CVM	28/04/2014
Publicação do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo Início da Oferta	29/04/2014
Liquidação Financeira das Debêntures da 1ª Série ⁽²⁾ Início da posterior alienação das Debêntures da 1ª Série eventualmente adquiridas pelos Coordenadores em decorrência do exercício da Garantia Firme	30/04/14
Liquidação Financeira das Debêntures da 2ª Série ⁽²⁾ Início da posterior alienação das Debêntures da 2ª Série eventualmente adquiridas pelos Coordenadores em decorrência do exercício da Garantia Firme Início da negociação das Debêntures da 1ª Série na BM&BOVESPA/CETIP	2/05/2014
Início da negociação das Debêntures da 2ª Série na BM&BOVESPA/CETIP	5/05/2014
Publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta	6/05/2014

⁽¹⁾ As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas, e estão sujeitas a alterações, atrasos e adiamentos, sem aviso prévio, a critério da Emissora e dos Coordenadores. Qualquer modificação no Cronograma da Oferta deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como Modificação da Oferta, segundo disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Caso ocorram alterações das circunstâncias, suspensão, prorrogação, revogação ou modificação da Oferta, o cronograma poderá ser alterado. Para informações sobre manifestação de aceitação à Oferta, manifestação de revogação da aceitação à Oferta, modificação da Oferta, suspensão da Oferta e cancelamento ou revogação da Oferta, ver item “Revogação, Suspensão, Cancelamento e Modificação da Oferta”, nesta seção “Características da Oferta”, na página [●] deste Prospecto.

⁽²⁾ Se os Coordenadores eventualmente subscreverem Debêntures por força da garantia firme prestada, podem aliená-las a partir do momento da subscrição. No entanto, caso tenham interesse em vender tais Debêntures antes da publicação do Anúncio de Encerramento, o preço de revenda de tais Debêntures será limitado ao Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da respectiva venda. A revenda das Debêntures pelos Coordenadores, após a publicação do Anúncio de Encerramento, poderá ser feita pelo preço a ser apurado de acordo com as condições de mercado verificadas à época.

Revogação, Suspensão, Cancelamento e Modificação da Oferta

Nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400, a CVM poderá cancelar ou suspender, a qualquer tempo, a Oferta se (i) estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro da Oferta; ou (ii) for havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro da Oferta. A rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta. O prazo de suspensão da Oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da Oferta e cancelar o respectivo registro, aplicando-se, neste caso, o disposto no parágrafo abaixo. A Emissora deverá dar conhecimento da suspensão aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, facultando-lhes a possibilidade de revogar a aceitação até as 16:00 horas do 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data em que foi comunicada, de forma direta ao investidor, por escrito a suspensão da Oferta, o interesse em revogar sua aceitação à Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação, os recursos eventualmente depositados por investidores com relação às Debêntures deverão ser devolvidos aos respectivos depositantes, sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de 03 (três) Dias Úteis contados da data da respectiva revogação.

Havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação ou revogação da Oferta. O pleito de modificação da Oferta presumir-se-á deferido caso não haja manifestação da CVM em sentido contrário no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contado do seu protocolo na CVM. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento da Emissora, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias. É sempre permitida a modificação da oferta para melhorá-la em favor dos investidores ou para renúncia a condição da Oferta estabelecida pela Emissora.

Observado o disposto no artigo 25 da Instrução CVM 400, a modificação da Oferta, realizada nos termos acima descritos, deverá ser divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do Aviso ao Mercado e os Coordenadores deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Na hipótese acima prevista, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, até às 16:00 horas do 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data em que foram comunicados, de forma direta ao investidor, por escrito, a modificação da Oferta, o interesse em manter a declaração de aceitação, presumida a

manutenção em caso de silêncio. Se o investidor revogar sua aceitação, os recursos eventualmente depositados por investidores com relação às Debêntures deverão ser devolvidos aos respectivos depositantes, sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de 03 (três) Dias Úteis contados da data da respectiva revogação, na forma e condições estabelecidas nos artigos 26 e 27 da Instrução CVM 400.

Caso a Oferta não seja finalizada, por qualquer motivo, os recursos eventualmente depositados por investidores com relação às Debêntures deverão ser devolvidos aos respectivos depositantes, na forma e condições estabelecidas nos artigos 26 e 27 da Instrução CVM 400, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de sua manifestação.

Na hipótese de ocorrência de qualquer fato ou irregularidade, inclusive após a obtenção do registro da Oferta, que seja relevante ou suficiente para justificar a suspensão ou o cancelamento do registro da Oferta, o Coordenador Líder deverá suspender ou cancelar a Oferta e comunicar imediatamente a ocorrência do ato ou irregularidade à Emissora e à CVM, para que seja verificado se a ocorrência do fato ou da irregularidade é sanável, nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400. A Emissora deverá dar conhecimento da suspensão aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, facultando-lhes a possibilidade de revogar a aceitação, até as 16:00 horas do 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data em que foi comunicada, de forma direta ao investidor, por escrito, a suspensão da Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e já tiver efetuado o pagamento do preço de integralização das Debêntures, os recursos eventualmente depositados serão devolvidos ao investidor sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de sua manifestação.

CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO

Regime de Colocação

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, nos termos da Instrução CVM 400, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, a ser prestada, de forma individual e não solidária entre os Coordenadores, conforme os termos e condições do Contrato de Distribuição, a ser celebrado entre os Coordenadores e a Emissora.

Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição, cada um dos Coordenadores, de forma individual e não solidária, realizará a Oferta, em regime de garantia firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures, exclusivamente caso a demanda pelas Debêntures apurada durante o Procedimento de *Bookbuilding* seja inferior à quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data de publicação do Anúncio de Início, na seguinte proporção:

Coordenador	Proporção da Garantia Firme	Valor da Garantia Firme Prestada (em R\$ na Data de Emissão)
BTG Pactual	77,15%	540.000.000,00
HSBC	20,00%	140.000.000,00
BESI	2,85%	20.000.000,00
Total	100,0%	700.000.000,00

A garantia firme prestada pelos Coordenadores de forma individual e não solidária está limitada ao montante total de R\$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), na Data de Emissão, respeitada a alocação entre os Coordenadores fixada na tabela acima.

A garantia firme prestada será exercida unicamente na hipótese de a demanda dos investidores pelas Debêntures não ser suficiente para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures a serem emitidas, observados os respectivos montantes mínimos e máximos de cada série.

Ao final do Prazo de Colocação, cada Coordenador estará obrigado a subscrever, até o limite da garantia firme prestada, a totalidade das Debêntures que porventura não tenham sido colocadas junto a investidores, até a Data de Liquidação. Será publicado, então, o Anúncio de Encerramento.

Para os fins do disposto no item 5 do anexo VI da Instrução CVM 400, os Coordenadores poderão revender, até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, as Debêntures adquiridas em virtude do exercício da garantia firme de colocação, pelo preço de mercado das Debêntures, limitado ao Valor Nominal Unitário acrescido da respectiva remuneração calculada pro rata temporis até a data da efetiva alienação. A revenda das Debêntures pelos Coordenadores, após a publicação do Anúncio de Encerramento, poderá ser feita pelo preço a ser apurado de acordo com as condições de mercado verificadas a época. A revenda das Debêntures, conforme aqui mencionada, deverá ser efetuada respeitada a regulamentação aplicável.

Termo de Adesão ao Contrato de Distribuição

Poderão ser celebrados termos de adesão ao Contrato de Distribuição, entre os Coordenadores e participantes especiais. De acordo com os termos de cada termo de adesão, os participante especiais deverão aderir aos termos e condições do Contrato de Distribuição, concordando em, após a concessão do registro de distribuição pública pela CVM, distribuir as Debêntures.

Os termos de adesão ao Contrato de Distribuição estarão disponíveis para consulta e obtenção de cópias pelos investidores junto à CVM ou nas sedes dos Coordenadores e da Emissora.

Procedimento de Bookbuilding

Anteriormente ao registro da Oferta pela CVM, os Coordenadores realizarão o Procedimento de *Bookbuilding*, sem recebimento de reservas e sem definição de lotes mínimos ou máximos de subscrição de Debêntures, organizado pelos Coordenadores, por meio de coleta de intenção de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, para a definição da Remuneração das Debêntures, junto aos investidores.

Ao final do Procedimento de *Bookbuilding*, a Emissora ratificará, por meio de Aditamento, as taxas aplicáveis às Debêntures, podendo ser fixadas taxas distintas para cada uma das séries, bem como a quantidade de Debêntures de cada série a serem efetivamente emitidas, não havendo, contudo, recebimento pelos Coordenadores de reservas de subscrição de Debêntures.

O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio da realização de Reunião do Conselho de Administração da Companhia, assim como por meio de Aditamento, a ser celebrado anteriormente à data da concessão do registro da Oferta pela CVM, e deverá ser divulgado por meio do Anúncio de Início, nos termos do parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM 400.

Comissão dos Coordenadores

Pela execução dos trabalhos relacionados à assessoria operacional necessária à Emissão, os Coordenadores farão *jus* a um comissionamento, de acordo com o detalhamento abaixo:

- (i) ***Comissão de Coordenação e Estruturação:*** a Emissora pagará aos Coordenadores uma comissão de coordenação e estruturação em valor equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) *flat* incidente sobre o montante total da Oferta, calculado com base no Preço de Subscrição, e proporcional ao montante da Garantia Firme prestada por cada Coordenador (“Comissão de Coordenação e Estruturação”);
- (ii) ***Comissão de Colocação:*** a Emissora pagará aos Coordenadores uma comissão de colocação em valor equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) *flat* incidente sobre o montante total da Oferta, calculado com base no Preço de Subscrição, e proporcional ao montante da Garantia Firme prestada por cada Coordenador (“Comissão de Colocação”);
- (iii) ***Comissão por Prestação de Garantia Firme:*** a Emissora pagará aos Coordenadores uma comissão por prestação de Garantia Firme em valor equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) *flat* incidente sobre o montante total da Oferta objeto do regime de garantia firme calculado com base no Preço de Subscrição, e proporcional ao montante da Garantia Firme prestada por cada Coordenador (“Comissão por Prestação de Garantia Firme”). A Comissão por Prestação de Garantia Firme será devida pela Emissora aos Coordenadores, independente de seu exercício; e
- (iv) ***Comissão de Sucesso:*** a Emissora pagará aos Coordenadores, na Data de Liquidação, uma comissão de sucesso equivalente a 30% (trinta por cento) da diferença entre a taxa inicial da Remuneração das Debêntures no Procedimento de *Bookbuilding* e taxa final definida no Procedimento de *Bookbuilding* de cada série, incidente sobre o montante total das Debêntures emitidas e subscritas, multiplicado pelo prazo médio de cada série, com base no Preço de Subscrição (“Comissão de Sucesso”); e
- (v) ***Comissão de Distribuição:*** a Emissora pagará aos Coordenadores, na Data de Liquidação, uma comissão de distribuição de 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano, multiplicado pelo duration das Debêntures da 1ª série e Debêntures da 2ª série, conforme aplicável e pela soma de (i) montante total da Oferta com base no Preço de Subscrição das Debêntures da Primeira da 1ª série e/ou das Debêntures da 2ª série, conforme o caso, efetivamente distribuídas a investidores pessoas físicas e a seus instrumentos específicos de investimento diretamente ou indiretamente; e (ii) Valor Total de Garantia Firme exercida pelos Coordenadores nas respectivas proporções individuais e não solidárias, caso a demanda apurada no Procedimento de *Bookbuilding* não seja suficiente para atingir o volume total da oferta com base no Preço de Subscrição (“Comissão de Distribuição”).

A Comissão de Distribuição poderá ser repassada, no todo ou em parte, conforme definido pelos Coordenadores, a eventuais Instituições Especiais (conforme abaixo definidas), deduzindo os montantes dos valores devidos aos Coordenadores, nos termos da regulamentação vigente. Neste caso os Coordenadores deverão instruir a Emissora a pagar, por meio do Coordenador Líder, a parcela repassada diretamente a estas Instituições Especiais

A Emissora pagará aos Coordenadores, um Dia Útil na Data de Liquidação das Debêntures, a Remuneração prevista na tabela acima, mediante débito em conta da titularidade da Emissora mantida junto aos Coordenadores ou por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED para conta corrente de titularidade dos Coordenadores indicada abaixo, nos valores a serem indicados à Emissora pelos Coordenadores na Data de Liquidação, observados os termos do Contrato de Distribuição. A Comissão de Distribuição será integralmente transferida pela Emissora para o Coordenador Líder na conta de sua titularidade, conforme abaixo indicada, para que este proceda com as transferências às respectivas Instituições Especiais, conforme disposto na Cláusula 9.1.1 acima

Cópia do Contrato de Distribuição

A cópia do Contrato de Distribuição estará disponível aos investidores, para consulta ou reprodução, na CVM, na sede da Companhia e dos Coordenadores.

Demonstrativo dos Custos Estimados da Oferta

Custo	% em relação ao valor da Oferta*	Montante (R\$)*
Comissão de coordenação e estruturação ⁽¹⁾	[●]%	[●]
Comissão de colocação ⁽¹⁾	[●]%	[●]
Comissão de sucesso ^{(1) (2)}	[●]%	[●]
Prêmio de garantia firme	[●]%	[●]
Taxa de Registro na ANBIMA	[●]%	[●]
Taxa de Registro na CVM	[●]%	[●]
Taxa de Registro na BM&FBOVESPA	[●]%	[●]
Despesas de <i>Marketing</i> (incluindo publicação de anúncios)	[●]%	[●]
Assessores Legais	[●]%	[●]
Agência de Classificação de Risco	[●]%	[●]
Auditores Independentes	[●]%	[●]
Agente Fiduciário		
Banco Liquidante e Escriturador Mandatário	[●]%	[●]
Total	[●]%	[●]

* Valores estimados, os quais serão pagos diretamente pela Emissora.

⁽¹⁾ Assumindo a colocação da totalidade das Letras Financeiras.

⁽²⁾ A ser definida apenas quando da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e será devidamente divulgada no Prospecto Definitivo.

Custo Unitário de Oferta

Valor Nominal Unitário de cada Debênture	Custo Unitário de Oferta*	% em relação ao Valor Unitário de cada Debênture
R\$10.000,00	R\$[●]	[●]%

* Custo estimado, considerando as premissas indicadas no quadro acima.

SOBRE AS DEBÊNTURES

A Lei 12.431 criou as chamadas debêntures incentivadas ou debêntures de infraestrutura, que podem ser emitidas para financiar projetos de infraestrutura de longo prazo, considerados prioritários pelo Governo Federal.

Tais Debêntures, desde que atendam aos requisitos previstos na Lei 12.431 e demais normativos aplicáveis, garantem um tratamento tributário favorecido aos seus investidores (pessoas físicas ou

jurídicas), residentes ou domiciliados no Brasil e/ou no exterior. Basicamente, rendimentos auferidos por investidores sujeitam-se à incidência do imposto de renda, exclusivamente na fonte, às seguintes alíquotas: (i) investidores localizados no exterior encontram-se sujeitos a alíquota de 0% (desde que invistam no Brasil nos termos da Resolução CMN 2.689/00 e não estejam localizados em Países de Tributação Favorecida); (ii) investidores pessoas físicas localizadas no País ficam também sujeitos a alíquota de 0%; e (iii) investidores pessoas jurídicas localizadas no País encontram-se sujeitos à alíquota reduzida de 15% para o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (para mais informações vide tabela abaixo).

REGIME TRIBUTÁRIO ESPECIAL – COMPARATIVO			
Investimento	Investidor	IR	IOF/Câmbio no Ingresso de Recursos
Debêntures Incentivadas	Pessoas Físicas	0%	-
	Pessoas Jurídicas	15% exclusivamente na fonte, ou seja, tributação total pelo IRPJ/CSL de 24% (15% + 9%) ou de 30% (15% + 15%) para instituições financeiras assemelhadas	-
	Não-residentes (2.689 e não situado em País de tributação favorecida)	0%	0%
Debêntures	Pessoas Físicas	22,5% a 15%, dependendo do prazo	-
	Pessoas Jurídicas	22,5% a 15% na fonte, dependendo do prazo, como antecipação do devido, ou seja, tributação total pelo IRPJ/CSL de 34% (25% + 9%) ou de 40% (25% + 15%) para instituições financeiras e assemelhadas	-
	Não-residentes (2.689 e não situado em País de tributação favorecida)	15%	6%

As debêntures incentivadas ou debêntures de infraestrutura devem observar certos requisitos para que gozem do tratamento tributário diferenciado, dentre os quais (a) ser objeto de oferta pública, (b) destinação dos recursos da oferta deve ser feita para projetos considerados como prioritários, nos termos do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011 (“[Decreto 7.603/2011](#)”), (c) prazo médio ponderado da oferta deve ser superior a 4 anos, dentre outros.

A criação das debêntures incentivadas representa um esforço do Governo Federal de fomentar não apenas o investimento em infraestrutura, como ainda promover captações de dívida de longo prazo por companhias brasileiras, complementando a tradicional atuação do BNDES e dos projetos que compõem o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Sociedade Emissora

As Debêntures Incentivadas devem ser emitidas por sociedades de propósito específico (“[SPEs](#)”) especialmente criadas para fins da implementação de projetos de investimento na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação, considerados como “prioritários”. A critério das SPEs, seu capital pode ser fechado ou aberto.

Projetos Prioritários

Para fins de caracterização de um projeto como “prioritário”, os projetos devem: (i) ser voltados a investimentos na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação; (ii) ser aprovados pelo Ministério setorial responsável; e (iii) visar à implementação, ampliação, manutenção, recuperação, adequação ou modernização, entre outros, dos setores de logística e transporte, mobilidade urbana, energia, telecomunicações, radiodifusão, saneamento básico e irrigação.

A submissão dos projetos deve ser realizada pela sociedade interessada perante o respectivo ministério setorial competente. A confirmação de que determinado projeto será considerado como “prioritário” para fins da Lei 12.431 ocorrerá através da publicação de portaria de aprovação editada pelo Ministério setorial responsável.

As principais características das Debêntures Incentivadas podem ser resumidas da seguinte forma:

- a) remuneração por taxa de juros deve ser prefixada, vinculada a índice de preço ou à taxa referencial (TR);
- b) vedada a pactuação total ou parcial de taxa de juros pós-fixada;
- c) prazo médio ponderado superior a 4 anos;
- d) vedação à recompra nos 2 primeiros anos após a sua emissão e à liquidação antecipada por meio de resgate ou pré-pagamento, salvo na forma a ser regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional;
- e) inexistência de compromisso de revenda assumido pelo comprador;
- f) prazo de pagamento periódico de rendimentos, se existente, com intervalos de, no mínimo, 180 dias;
- g) comprovação de que a debênture esteja registrada em sistema de registro devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nas suas respectivas áreas de competência; e
- h) alocação dos recursos da oferta em projeto prioritários de infraestrutura.

As debêntures incentivadas ou debêntures de infraestrutura podem ser objeto de oferta pública nos termos da Instrução CVM 400, bem como de oferta pública de esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476. No caso de descumprimento quanto à implementação de projetos de investimento na forma aprovada, a sociedade emissora fica sujeita à multa equivalente a 20% do valor da Emissão não alocado ao projeto de investimento.

As ofertas de debêntures incentivadas ou debêntures de infraestrutura devem ser realizadas até a data limite de 31 de dezembro de 2015.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Quaisquer informações ou esclarecimentos sobre a Emissora, a Oferta e as Debêntures poderão ser obtidos na CVM ou nas sedes da Emissora e dos Coordenadores.

O Prospecto Preliminar está disponível nos seguintes endereços e páginas da internet: **(i) Emissora** (www.santoantonioenergia.com.br/ri, neste *website*, clicar no menu “Informações Financeiras”, em seguida, no item “Prospectos”, e, em seguida, clicar em “Prospecto Preliminar”); **(ii) Coordenador Líder** (www.btgpactual.com/home/InvestmentBank.aspx/InvestmentBanking/MercadoCapitais - neste *website*, clicar em “2014” no menu à esquerda e a seguir em “Prospecto Preliminar” logo abaixo de “Distribuição Pública de Debêntures da Terceira Emissão da Santo Antonio Energia S.A.”); **(iii) HSBC** (<http://www.hsbc.com.br/mercadodecapitais> (nesse *website* acessar “Santo Antonio Energia S.A. - Prospecto da 3ª Emissão de Debêntures”); **(iv) BESI** (<http://www.espiritosantoib.com.br> - neste *website*, acessar “Mercado de Capitais”, logo abaixo “2014” e a seguir em “Prospecto Preliminar de Debêntures – Santo Antônio Energia S.A.”); **(v) CETIP** (www.cetip.com.br, nessa página, selecionar “Prospectos”, em seguida “Prospectos de Debêntures” digitar “Santo Antônio Energia S.A.” e o ano “2014” e clicar em BUSCAR, na sequência acessar o link referente ao Prospecto Preliminar); **(vi) BM&FBOVESPA** (www.bmfbovespa.com.br/pt-br/mercados/acoes/ofertas-publicas/ofertas-publicas.aspx?Idioma=pt-br, nessa página, clicar em “Ofertas em Andamento” e clicar em “Santo Antonio Energia”; e **(vii) CVM** (www.cvm.gov.br, nessa página, acessar, em “Acesso Rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, IPE, FC, FR e outras Informações” e digitar “Santo Antonio Energia S.A.” no campo disponível e, em seguida, acessar “Santo Antonio Energia S.A.”, posteriormente em “Prospecto de Distribuição Pública” e clicar em “Consulta” ou “Download” da versão mais recente disponível do Prospecto Preliminar).

O pedido de registro da Oferta foi apresentado à CVM em [5] de fevereiro de 2014, estando a Oferta sujeita à prévia aprovação da CVM.

APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES DA EMISSÃO

COORDENADOR LÍDER

O Banco BTG Pactual S.A. é uma instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 11º a 15º andares, CEP 04538-133, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 30.306.294/0002-26.

O Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Nos 13 (treze) anos seguintes, a empresa expandiu-se consideravelmente, tornando-se um Banco completo, com foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões & aquisições, *wealth management*, *asset management* e *sales and trading* (vendas e negociações).

Em 2006, o UBS A.G, instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A., associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo BTG Investments, formando o BTG Pactual. Em dezembro de 2010, o Banco emitiu US\$ 1,8 bilhão em capital para um consórcio de respeitados investidores e sócios, representando 18,65% (dezoito inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento) do BTG Pactual. Nos anos 2011 e 2012, o BTG Pactual adquiriu uma participação de 37,64% (trinta e sete inteiros e sessenta e quatro centésimos por cento) no Banco Pan Americano, Celfin, corretora de valores no Chile, que também opera no Peru e na Colômbia e a Bolsa y Renta, a maior corretora em volume de transações em ações na Colômbia, de acordo com a Superintendência Financeira.

Debt Capital Markets (DCM) do BTG Pactual tem tido posição de destaque nos últimos anos no Brasil. Desde 2012, também passou a ter maior destaque na América Latina após as aquisições das corretoras Celfin e Bolsa y Renta. Assessorou instituições públicas e privadas nos mercados de capitais de renda fixa, nos diferentes mercados locais onde o Banco atua, através da emissão de debêntures, notas promissórias, certificados de recebíveis imobiliários, fundos de investimentos imobiliários ou fundos de investimento em direitos creditórios. DCM também atua no mercado internacional, através da emissão de *bonds*. Além disso, DCM auxilia empresas em processo de renegociação de termos e condições de dívidas em ambos os mercados.

O DCM do BTG Pactual possui um modelo de negócios diferenciado, com plataforma integrada com outras áreas do Banco. Cobre desde o processo de estruturação e *investor education*, até o comprometimento do Banco em atuar como formador de mercado no mercado secundário das transações. Serviços estes com forte suporte das áreas de *Research* de Renda Fixa (líder segundo a revista *Institutional Investor*) e de Sales & Trading localizadas em Nova Iorque, Londres, Hong Kong, Santiago e São Paulo.

Em 2012, o BTG Pactual participou de 36 (trinta e seis) operações locais de DCM, com mais de R\$15 bilhões em captações no mercado, refletindo em uma participação de mercado (*market share*) de aproximadamente 20% (vinte por cento), destacam-se nesse período as ofertas da SABESP (R\$770 Milhões), BR Malls (R\$405 milhões), CCR Viaoeste (R\$750 milhões) e TPI (R\$472 milhões) em que atuou como Coordenador Líder e as ofertas de CEMIG (R\$1,4 bilhões), BNDES (R\$2,0 bilhões), Ecorodovias (R\$800 milhões) e BR Properties (R\$600 milhões) em que atuou como Coordenador.

Em 2013, o BTG Pactual participou como coordenador líder das ofertas da Triângulo do Sol (R\$ 691 milhões), Colinas (R\$ 950 milhões), Tegma (R\$ 200 milhões), Valid (R\$ 250 milhões), AES Sul (R\$ 290 milhões), JSL (R\$400 milhões), Norte Brasil Transmissora de Energia (R\$ 200 milhões), Intervias (R\$ 600 milhões) e CCR (R\$ 200 milhões). Destaca-se neste período também a operação de Rodovias do Tietê em que atuou como coordenador líder e Assessor de Project Finance, no volume de R\$ 1,065 bilhões. Como coordenador, o BTG Pactual participou da 4ª (quarta) emissão de Iguatemi (R\$ 450 milhões), Ecovias (R\$ 881 milhões), Comgás (R\$ 540 milhões), Brasil Pharma (R\$ 291 milhões), da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar (R\$ 300 milhões) e da Andrade Gutierrez Participações S.A. (R\$ 180 milhões)..

No mercado internacional, em 2012, o BTG Pactual liderou 14 (catorze) operações num volume total de US\$10 bilhões. Estes incluíram a primeira emissão de uma companhia Brasileira no mercado local Chileno, através da emissão do chamado Huaso Bond pelo Banco Pine naquele país, e a primeira emissão de uma companhia brasileira, no caso o próprio BTG Pactual, de *bonds* denominados em Pesos Colombianos (COP Bonds). A operação do Banco BTG Pactual foi premiada como "Local Currency Deal of the Year" pelo IFR/Reuters. No ano de 2013 até a presente data, o BTG Pactual participou de 18 (dezoito) operações de empresas Brasileiras num volume total de US\$ 12 bilhões, das quais destacamos, a primeira emissão da Construtora Andrade Gutierrez (US\$500 milhões), as operações com tranches em real e dólar da Odebrecht e Cosan e a emissão da Caixa Econômica Federal (US\$ 1.250 milhões).

O BTG Pactual é o líder no ranking de ofertas de ações do Brasil de 2004 a 2012 pelo número de operações, participando de um total de mais de 100 (cem) operações no período, segundo o ranking da base de dados internacional Dealogic. Em 2012, o Banco BTG Pactual participou de 10 (dez) das 12 (doze) operações públicas registradas – 3 (três) IPOs e 9 (nove) follow-ons. Entre elas, a emissão do próprio IPO do Banco, oferta que captou R\$3,6 bilhões, ganhou o prêmio “Deals of the Year” da Euromoney e posicionou o Banco como uma das 20 (vinte) maiores companhias listadas na BM&FBovespa, de acordo com a Bloomberg.

Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de research, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de “#1 Equity Research Team Latin America” de 2003 a 2007 (*Institutional Investor*). Em 2012 o Research do BTG Pactual foi classificado em 1º (primeiro) lugar na América Latina e no Brasil pela Institutional Investor, além de ser eleito em primeiro lugar em “Local Markets Strategy”.

COORDENADORES

BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento

O Espírito Santo Investment Bank (BESI) é o banco de investimento controlado pelo grupo português Banco Espírito Santo (GBES), cujas origens datam a 1869. O GBES é o grupo financeiro português com maior capitalização bolsista e a 2ª maior instituição financeira privada em Portugal em termos de ativos líquidos segundo a Associação Portuguesa de Bancos (www.apb.pt), e está presente em 25 países e quatro continentes. Com presença no Brasil desde 1976, o GBES atua neste País através do BES Investimento do Brasil (BESI Brasil) e suas subsidiárias.

O BESI Brasil foi criado no 2º semestre de 2000 e é controlado pelo BES Investimento de Portugal (80%) e pelo Banco Bradesco (20%). A política de atuação do BESI no Brasil foca nas atividades de Investment Banking e abrange a prestação de serviços assessoria financeira e estruturação de operações de project finance, mercado de capitais, tesouraria e gestão de riscos, operações

estruturadas, privatizações e fusões e aquisições. É também ativo na concessão de crédito para operações ligadas à sua atividade de Banco de Investimento.

Atua também nas áreas de corretagem de títulos e valores mobiliários (através da subsidiária BES Securities), asset management (através da subsidiária BESAF), assessoria financeira e gestão patrimonial (através da subsidiária BES DTVM) e private equity (através da 2bCapital, em parceria com o Bradesco).

O BESI Brasil possui as seguintes notações atribuídas pelas agências de rating Moody's e S&P para depósitos em moeda local: i) Moody's – A2.br (escala local) e Ba3 (escala global); e ii) S&P – brA (escala local) e BB- (escala global).

Mercado de Capitais - Renda Fixa Local

Na área de renda fixa local, segundo a CVM e ANBIMA, em 2011 o BESI atuou em transações que somaram aproximadamente R\$4,0 bilhões com destaque para: Coordenador Líder na 2ª emissão debêntures da Ouro Verde no valor de R\$165 milhões; emissão de notas promissórias no valor de R\$325 milhões e debêntures no valor de R\$500 milhões da Unidas; notas promissórias da Concessionária Rodovias do Tietê no valor de R\$484 milhões; e debêntures da Concessionária do Rodoanel Oeste no valor de R\$1,8 bilhão. Em 2012 o BESI atuou como Coordenador Líder nas emissões de Letras Financeiras do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG no valor de R\$350 milhões e de debêntures da Copobras no valor de R\$55 milhões; participou da emissão de debêntures da Sabesp no valor de R\$771 milhões; debêntures da OAS no valor de R\$209 milhões; debêntures da NSOSPE no valor de R\$128 milhões; e debêntures da Companhia de Locação das Américas no valor de R\$120 milhões. Durante os 11 primeiros meses de 2013, o BESI atuou como Coordenador Líder da emissão de debêntures da Unidas no valor de R\$ 120 milhões; como Coordenador na oferta de debêntures da Santo Antônio Energia S.A no valor de R\$ 420 milhões; como Coordenador na oferta de debêntures da Interligação Elétrica do Madeira S.A no valor de R\$ 350 milhões; como Coordenador na oferta de quotas do FIDC Omni VIII no valor de R\$ 118,1 milhões; como Coordenador na oferta de debêntures da Concessionária Rodovias do Tietê no valor de R\$ 1,065 bilhão; como Coordenador Líder da emissão de Certificado de Recebíveis Imobiliários da GaiaAgro no valor de R\$ 23,8 milhões; como Coordenador da emissão de Notas Promissórias da Transportes Luft Ltda. no valor de R\$ 100 milhões e como Coordenador Líder da emissão de debêntures da Abengoa Concessões Brasil Holding S.A no valor de R\$ 75 milhões.

Renda Fixa Internacional

No mercado de capitais de renda fixa internacional, o BESI oferece os serviços de intermediação através da rede de instituições que compõe o Grupo Banco Espírito Santo. Em 2012, o BESI atuou como Joint Bookrunner na emissão de Bond da Brasil Telecom no valor de US\$1,5 bilhão e como Co-manager na emissão de Bond do Banco do Nordeste do Brasil no valor de US\$300 milhões. Durante os 11 primeiros meses de 2013, o BESI atuou como Coordenador da oferta inaugural de eurobônus da Construtora Andrade Gutierrez no valor de US\$ 500 milhões e como Coordenador Líder da oferta inaugural de eurobônus da Omni S.A CFI no valor de US\$ 30 milhões.

Renda Variável

Na área de renda variável, o BESI oferece os serviços de intermediação através da rede de instituições que compõe o Grupo Espírito Santo, através da estruturação de ofertas públicas iniciais (“IPO”) e subsequentes (“Follow On”) de ações e ofertas públicas para aquisição (“OPA”) e permuta de ações. Para complementar a execução das ofertas, o BESI atua conjuntamente com suas

coligadas e/ou subsidiárias para acessar globalmente a base de investidores bem como oferecer uma área de pesquisa que faz a cobertura de empresas dos diversos setores da economia.

Em 2011 o BESI participou como Joint Bookrunner na oferta subsequente da EDP - Energias do Brasil no valor de R\$810 milhões, e como Co-manager no IPO da Sonae Sierra Brasil (R\$465 milhões) e na oferta subsequente (follow on) da Tecnisa no valor de 398 milhões. Em 2012, o BESI atuou como Co-manager no IPO do Banco BTG Pactual no valor de R\$3,2 bilhões e como Joint Lead Manager na oferta subsequente (follow on) de Minerva no valor de R\$498 milhões. Durante os 11 primeiros meses de 2013, o BESI atuou como Coordenador da oferta subsequente (follow on) de ações de emissão da BHG S.A – Brazil Hospitality Group no valor de R\$ 355 milhões.

Project Finance

A área de Project Finance do BESI Brasil atua na análise de viabilidade, assessoria e estruturação financeira e sindicalização de projetos, com foco em infraestrutura e energias renováveis. A equipe possui experiência na análise e estruturação de projetos sob regime de concessão ou PPP (parcerias público privadas).

As atividades de estruturação financeira incluem a interação tanto com os diferentes agentes de financiamento de projetos no Brasil, tais como BNDES e BNB, quanto com as agências internacionais de apoio a projetos, tais como IADB, CAF, EIB, Export Credit Agencies e outros. As atividades desenvolvidas proveem o cliente com uma cobertura completa das necessidades de cada projeto, incluindo a estruturação financeira de recursos de curto prazo, até que se tenha o pacote financeiro de longo prazo contratado. Adicionalmente, a área é responsável pela estruturação de operações ligadas ao setor de concessões e infraestrutura que se utilizem de instrumentos de mercado de capitais, tais como debêntures (nas modalidades investimento de infraestrutura ou simples); notas promissórias e fundos de direitos creditórios, em parceria com a área de Mercado de Capitais do BESI.

Corporate Finance

O BESI Brasil possui uma equipe destacada exclusivamente à prestação de serviços de assessoria financeira em processos de Fusão e Aquisição, Privatização, Reestruturação Societária e Avaliação Econômico-financeira. Estes serviços englobam desde transações de âmbito nacional, como também operações cross-border, principalmente envolvendo empresas da Europa, América Latina e EUA. O BESI Brasil tem ocupado posição de destaque no mercado local de fusões e aquisições, posicionando-se entre os dez maiores bancos de acordo com a ANBIMA (setembro/2012).

HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

O HSBC é grupo financeiro internacional sediado em Londres, na Inglaterra, e presente em 86 países. O grupo HSBC iniciou suas atividades no Brasil em 1997.

No Brasil, o HSBC conta com uma carteira composta por aproximadamente 5,4 milhões clientes pessoas físicas e 358 mil clientes pessoas jurídicas, e possui mais de 2,3 mil agências e postos de atendimento bancários e eletrônicos em 564 municípios. O HSBC possui uma infraestrutura de 5,2 mil caixas automáticos e 2,4 mil ambientes de auto atendimento, além de canais de conveniência, tais como o internet banking e o Phone Centre do HSBC.

O grupo HSBC, por meio de suas diversas empresas e unidades, tem atuação global no mercado de estruturação e distribuição de títulos de dívidas corporativas. A ampla e reconhecida atuação no

setor resultou na premiação, pela EuroMoney, do HSBC como “Best Debt House in Latin America” em 2012 e 2013 e “Best Debt House in Brazil” em 2013.

Em 2010, a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. “HSBC Corretora” participou de 28 operações de emissão de notas promissórias e debêntures no valor de, aproximadamente, R\$17,686 bilhões. A HSBC Corretora atuou como coordenador líder na primeira e na segunda emissão de notas promissórias da Camargo Corrêa S.A., ambas com o montante individual de R\$ 3 bilhões, na sétima emissão de debêntures da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA, no valor de R\$80 milhões; na terceira emissão de debêntures da Julio Simões Logística S.A., no valor de R\$250 milhões; na primeira emissão de notas promissórias da State Grid Brazil Holding S.A.; no valor de R\$ 300 milhões, na primeira emissão de notas promissórias e na terceira emissão de debêntures da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A., no valor de R\$50 milhões e R\$75 milhões, respectivamente; na segunda emissão de debêntures da Editora Abril S.A., no valor de R\$100 milhões; na primeira emissão de debêntures da Ouro Verde Transporte e Locação S.A., no valor de R\$75 milhões; e na quinta emissão de notas promissórias da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, no valor de R\$600 milhões.

Em 2011, a HSBC Corretora participou de 49 operações de emissão de notas promissórias, debêntures e cotas de fundo de investimento em direitos creditórios no valor de, aproximadamente, R\$17,480 bilhões. A HSBC Corretora atuou como coordenador líder na quinta emissão de debêntures da Camargo Correa, no valor de R\$ 810 milhões; na décima terceira emissão de debêntures da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, no valor de R\$ 600 milhões; na quarta emissão de notas promissórias da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, no valor de R\$ 200 milhões; na primeira emissão de debêntures da Inpar S.A., no valor de R\$ 300 milhões; na primeira emissão de debêntures da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.; no valor de R\$360 milhões, na primeira emissão de debêntures da ECTE- Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A., no valor de R\$75 milhões; na primeira emissão de debêntures da Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A., no valor de R\$190 milhões; na quarta emissão de debêntures da Hypermarcas S.A., no valor de R\$400 milhões; na primeira emissão de notas promissórias da Andrade Gutierrez Concessões S.A., no valor de R\$55 milhões; na segunda emissão de debêntures da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A., no valor de R\$1,8 bilhão; na primeira emissão de notas promissórias da Interligação Elétrica Serra do Japi S.A., no valor de R\$ 70 milhões; na primeira emissão de notas promissórias da Interligação Elétrica Serra do Madeira S.A., no valor de R\$180 milhões; na primeira emissão de debêntures da State Grid Brazil Holding S.A., no valor de R\$300 milhões; na primeira emissão de debêntures da Prolagos S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, no valor de R\$75 milhões; na terceira emissão de debêntures da Battistella Administração e Participações S.A., no valor de R\$120 milhões; na quarta emissão de debêntures da Brookfield Incorporações S.A., no valor de R\$300 milhões; na segunda emissão de notas promissórias da State Grid Brazil Holding S.A., no valor de R\$50 milhões; na primeira série de cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Barigui Crédito Consignado, no valor de R\$70 milhões; na primeira série de cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantil Crédito Consignado INSS, no valor de R\$300 milhões; na 2ª emissão de debêntures do Hospital e Maternidade São Luiz S.A., no valor de R\$ 100 milhões; na 1ª emissão de notas promissórias da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., no valor de R\$130 milhões e na 4ª emissão de notas promissórias da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., no valor de R\$ 1,17 bilhão.

Em 2012, a HSBC Corretora participou de 38 operações de emissão de notas promissórias, debêntures, letras financeiras e cotas de fundo de investimento em direitos creditórios no valor de, aproximadamente, R\$18,917 bilhões. A HSBC Corretora atuou como coordenador líder na 1ª emissão de notas promissórias da Andrade Gutierrez S.A., no valor de R\$ 300 milhões; na 2ª

emissão de debêntures da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A., no valor de R\$ 100 milhões; na 4ª emissão de notas promissórias da CEMIG Geração e Transmissão S.A. – CEMIG GT, no valor de R\$ 1,0 bilhão; na 3ª emissão de debêntures da CEMIG Geração e Transmissão S.A. – CEMIG GT, no valor de R\$ 1,35 bilhão; na 5ª emissão de debêntures da Editora Abril S.A., no valor de R\$ 200.000.000,00; na 4ª emissão de notas promissórias da CPM Braxis S.A., no valor de R\$ 90 milhões; na 1ª emissão de letras financeiras do Banco PSA Finance Brasil S.A., no valor de R\$ 200 milhões; na 2ª emissão de notas promissórias da Andrade Gutierrez Concessões S.A. no valor de R\$ 76 milhões; na 1ª emissão de notas promissórias da Companhia de Saneamento do Tocantins - SANEATINS, no valor de R\$ 30 milhões; na 1ª emissão de debêntures da EDP – Energias do Brasil S.A., no valor de R\$ 450 milhões, na 4ª emissão de debêntures da CCR AutoBan, no valor de R\$ 1,1 bilhão; na 1ª emissão de debêntures da OGX Petróleo e Gás S.A., no valor de R\$2,025 bilhões; e na 5ª emissão de letras financeiras do Banco Mercedes-Benz, no valor de R\$ 200 milhões;

Em 2013, a HSBC Corretora participou de 68 operações de emissão de notas promissórias e debêntures, no valor de, aproximadamente, R\$ 24,073 bilhões. A HSBC Corretora atuou como coordenador líder na 2ª emissão de notas promissórias da Companhia de Saneamento do Tocantins – SANEATINS, no valor de R\$ 70 milhões; na 7ª emissão de notas promissórias da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A., no valor de R\$ 160 milhões; na 3ª emissão de notas promissórias da Telemar Participações S.A., no valor de R\$ 100 milhões; na 2ª emissão de notas promissórias da SAMM – Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. No valor de R\$ 63 milhões; na 4ª emissão de notas promissórias da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., no valor de R\$ 275 milhões; na 2ª emissão de letras financeiras do Banco Volkswagen S.A., no valor de R\$ 200 milhões; na 1ª emissão de notas promissórias da Concessionária Rota do Atlântico S.A., no valor de R\$ 70 milhões; na 1ª emissão de debêntures da Guaraciaba Transmissora de Energia S.A., no valor de R\$ 400 milhões; na 1ª emissão de debêntures da Matrinchã Transmissora de Energia S.A., no valor de R\$ 800 milhões; na 1ª emissão de debêntures da Philco Eletrônicos S.A., no valor de R\$ 120 milhões; na 8ª emissão de debêntures da OAS S.A., no valor de R\$ 694,7 milhões; na 3ª emissão de notas promissórias da Companhia de Saneamento do Tocantins – SANEATINS, no valor de R\$ 70 milhões; na 1ª emissão de debêntures da Companhia de Águas do Brasil – CAB Ambiental, no valor de R\$ 100 milhões; na 1ª emissão de notas promissórias da CAB Águas de Paranaguá S.A., no valor de R\$ 75 milhões; na 6ª emissão de debêntures da Hypermarcas S.A., no valor de R\$ 200 milhões; e na 2ª emissão de notas promissórias da Concessionária Rota do Atlântico S.A., no valor de R\$ 75 milhões.

RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E OS COORDENADORES

Para atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritos abaixo o relacionamento da Companhia com os Coordenadores.

Relacionamento entre a Emissora e o Coordenador Líder

Relacionamento da Emissora com o Banco BTG Pactual S.A.

Para atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritas abaixo as relações da Emissora (e das sociedades de seu grupo econômico, conforme aplicável) com o Coordenador Líder e seu conglomerado econômico, além do relacionamento referente à presente Oferta.

Além do relacionamento relativo à Oferta, determinadas sociedades do conglomerado econômico da Emissora, quais sejam, Andrade Gutierrez Participações S.A., Caixa Econômica Federal, Furnas Centrais Elétricas S.A., CEMIG Geração e Transmissão S.A. mantém contas abertas junto ao Coordenador Líder.

O Coordenador Líder atuou como instituição intermediária líder da oferta pública com esforços restritos de colocação da 3ª emissão de notas promissórias comerciais da Andrade Gutierrez Participações S.A., por meio da qual foram emitidas 180 notas promissórias comerciais em 26 de junho de 2013, com valor nominal unitário de R\$1.000.000,00 perfazendo o montante total de R\$180.000.000. Tais notas promissórias comerciais foram remuneradas por taxa equivalente a 106,00% da variação acumulada das taxas DI e venceram em 23 de dezembro de 2013.

Ainda, o Coordenador Líder atuou como instituição intermediária líder da oferta pública com esforços restritos de colocação da 3ª emissão de debêntures da Andrade Gutierrez Participações S.A., por meio da qual foram emitidas 18.000 debêntures em 15 de novembro de 2013, com valor nominal unitário de R\$10.000,00, totalizando R\$180.000.000. Tais debêntures são remuneradas por taxa equivalente a 107,00% da variação acumulada das taxas DI e possuem vencimento em 15 de janeiro de 2015.

Adicionalmente, o Coordenador Líder, por meio da sua filial Banco BTG Pactual S.A.- Cayman Branch, atuou como instituição intermediária da emissão de *notes* da Caixa Econômica Federal, por meio da qual foram emitidos 4.500% *notes* em 26 de setembro de 2013 totalizando US\$1,250,000,000. Tais *notes* são remunerados por juros de 4.5% ao semestre e possuem data de vencimento em 3 de outubro de 2018.

A Emissora e/ou as sociedades de seu grupo econômico mantêm relacionamento comercial com o Coordenador Líder e seu conglomerado econômico em operações de compra e venda de energia elétrica. Nesse sentido, a Emissora e a CEMIG Geração e Transmissão S.A. adquiriram, por meio de operações futuras, via cessão e à vista, da BTG Pactual Comercializadora de Energia Ltda. sobras de energia, as quais, nos últimos 12 meses, totalizaram aproximadamente R\$959.521.285,24. Por outro lado, as sociedades CEMIG Geração e Transmissão S.A., Furnas Centrais Elétricas S.A. e Santo Antônio Energia S.A. venderam, seja por meio de operações à vista, via cessão ou futuras, à BTG Pactual Comercializadora de Energia Ltda. sobras de energia elétrica, as quais, nos últimos 12 meses, totalizaram aproximadamente R\$1.020.825.608,55.

Exceto pelo disposto acima, o Coordenador Líder e/ou empresas de seu conglomerado econômico nos últimos 12 meses não participaram de operações de reestruturações societárias envolvendo a

Emissora e/ou empresas de seu grupo econômico e não realizaram qualquer aquisição e venda de valores mobiliários de emissão da Emissora.

O Coordenador Líder ou sociedades do seu grupo econômico podem possuir outros títulos e valores mobiliários de emissão da Emissora, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares a preços e condições de mercado. Todavia, a participação do Coordenador Líder e/ou das sociedades integrantes do seu grupo econômico em valores mobiliários da Emissora não atinge, e não atingiu, nos últimos 12 meses, 5% do capital social da Emissora.

O Coordenador Líder, por meio da BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Corretora”), prestou à Caixa Econômica Federal, bem como para fundos de gestão e/ou de administração desta, e/ou para o grupo econômico desta, no período de 28 de janeiro de 2013 a 28 de janeiro de 2014, serviços de corretagem cujo objeto é a realização de operações típicas de sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários nos mercados à vista, a termo, de opções e futuro de ações. Ainda, de 29 de janeiro de 2013 a 24 de janeiro de 2013 foram prestados serviços de natureza semelhante envolvendo contratos de derivativos pela Corretora à Caixa Econômica Federal.

O Coordenador Líder realizou com a CEMIG Geração e Transmissão S.A. no período de 30 de janeiro de 2013 a 16 de janeiro de 2014 operações envolvendo as debêntures da 3ª Emissão da CEMIG Geração e Transmissão S.A., de modo que em 30 de janeiro de 2013 o Coordenador Líder possuía 3975 debêntures da 3ª Emissão da referida sociedade. No entanto, no referido período o Coordenador Líder se desfez de 3466 (três mil quatrocentas e sessenta e seis debêntures, de modo que, na data deste Prospecto, o BTG Pactual detém apenas 509 debêntures simples, não conversíveis em ações da 1ª série da 3ª Emissão, cujo valor nominal unitário é de R\$1.000,00 e os juros remuneratórios sobre este incidentes correspondem a 100% da variação acumulada das taxas DI acrescido da sobretaxa equivalente a 0,90% ao ano e cuja data de vencimento ocorrerá em 15 de fevereiro de 2017.

A CEMIG Geração e Transmissão S.A. detém, na data deste Prospecto, 31.300 papéis representativos de Certificados de Depósitos Bancários de emissão do BTG Pactual, emitidos no total de R\$31.300.000,00, com data de emissão em junho de 2013. A totalidade desses papéis foi resgatada pela CEMIG Geração e Transmissão S.A. durante o período de 24 de outubro de 2013 a 18 de dezembro de 2013, mediante recebimento de pagamento no montante total de aproximadamente R\$32.392.133,35 pelo Coordenador Líder.

No período de 08 de abril de 2013 a 16 de janeiro de 2014, a CEMIG Geração e Transmissão S.A. realizou operações de compra e venda compromissadas de debêntures com o Coordenador Líder que movimentaram montante total equivalente a R\$802.040.590,63. Ainda, o Coordenador Líder detém debêntures, na data deste Prospecto, com compromisso de recompra pela CEMIG Geração e Transmissão S.A. no valor de aproximadamente R\$144.997.132.

Ainda, a Caixa Econômica Federal realizou diversas operações compromissadas de compra e venda e recompra e revenda envolvendo ativos de renda fixa, incluindo, mas não se limitando, letras do tesouro nacional, notas do tesouro nacional – série b e certificados de depósitos bancários, com o Coordenador Líder no período de 02 de janeiro de 2013 a 30 de dezembro de 2013 que movimentaram montante total equivalente a aproximadamente R\$3.566.534.409,04.

Adicionalmente, o Coordenador Líder detém, nesta data, 54.625 papéis representativos de certificados de depósitos bancários da Caixa Econômica Federal cujas datas de vencimento variam de 24 de outubro de 2014 a 17 de setembro de 2014 e cujas taxa de remuneração variam entre 100%

e 101% do CDI. De modo que os papéis representam montante equivalente a aproximadamente R\$56.530.623,45 (cinquenta e seis milhões quinhentos e trinta mil seiscentos e vinte e três reais e quarenta e cinco centavos) nas datas de vencimento.

Por fim, a BTG Pactual Seguradora S.A. e a BTG Pactual Resseguradora S.A. (“Seguradoras”), sociedades do conglomerado econômico do Coordenador Líder, celebraram, com a Emissora, contrato de seguro cuja vigência é de 31 de dezembro de 2013 a 30 de abril de 2014 que segura a BTG Pactual Comercializadora de Energia Ltda. quanto a performance financeira.

Exceto pelo disposto acima, a Emissora e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Coordenador Líder ou seu conglomerado econômico.

O Coordenador Líder poderá no futuro manter relacionamento comercial com a Emissora e com seu grupo econômico, oferecendo seus produtos e/ou serviços no assessoramento para realização de investimentos, fusões e aquisições, operações de compra e venda de energia, financiamento e/ou em quaisquer outras operações de banco de investimento, podendo vir a contratar com o Coordenador Líder ou qualquer outra sociedade de seu conglomerado econômico tais produtos e/ou serviços de banco de investimento necessários à condução das atividades da Emissora.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto em “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pela Emissora ao HSBC ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta.

A Emissora entende que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária da sua Oferta.

Relacionamento entre a Emissora e os Coordenadores

Relacionamento da Emissora com o HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da presente Oferta, o HSBC e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico não possuem relacionamento comercial com a Companhia.

Além disso, o HSBC presta serviços de contas a pagar e folha de pagamentos (salários) com a empresa Furnas Centrais Elétricas S.A, nos valores de R\$5 milhões e R\$6 milhões, respectivamente e mantém contrato de contas a pagar com a empresa Odebrecht Energia do Brasil S.A. no valor de R\$1 milhão. O HSBC também possui um contrato de fiança internacional cuja afiançada é a Odebrecht Energia S.A., com início em junho de 2013, garantindo o valor principal total de aproximadamente USD15 milhões, a uma taxa de 1,60% a.a. e com vencimento em junho de 2014.

Além disso, o HSBC assessorou a Companhia e ou sociedades de seu conglomerado econômico, conforme abaixo relacionadas, nas seguintes operações:

- (i) Coordenação e Distribuição na Terceira Emissão de Debêntures da Andrade Gutierrez Participações S.A. no âmbito da Instrução CVM 476, com data de emissão em 15 de novembro de 2013, no valor de R\$ 180 milhões, remuneração de 107% do DI e data de vencimento em 15 de janeiro de 2015, cujo saldo devedor é de R\$ 180 milhões, na data deste Prospecto;

(ii) Coordenação e Distribuição na Terceira Emissão de Debêntures da CEMIG Geração e Transmissão S.A. no âmbito da Instrução CVM 400, com data de emissão em 15 de fevereiro de 2012, no valor de R\$ 1.350 milhões, remuneração de DI+ 0,90%, IPCA + 6,00% e IPCA + 6,20% e data de vencimento em 15 de fevereiro de 2017, 15 de fevereiro de 2019 e 15 de fevereiro de 2022, cujo saldo devedor é de R\$ 1.350 milhões, na data deste Prospecto;

(iii) Coordenação e Distribuição na Quarta Emissão de Notas Promissórias da CEMIG Geração e Transmissão S.A. no âmbito da Instrução CVM 476, com data de emissão em 13 de janeiro de 2012, no valor de R\$ 1.000 milhões, remuneração de 103% do DI a 105% do DI e data de vencimento em 11 de julho de 2012;

(iv) Coordenação e Distribuição na Segunda Emissão de Debêntures da Andrade Gutierrez Participações S.A. no âmbito da Instrução CVM 476, com data de emissão em 15 de junho de 2012, no valor de R\$ 639,4 milhões, remuneração de DI+ 1,15%, DI +1,38% e IPCA + 6,20% e data de vencimento em 15 de junho de 2017, 15 de junho de 2019 e 15 de junho de 2022 cujo saldo devedor é de R\$ 639,4 milhões, na data deste Prospecto;

Na data deste Prospecto, além do disposto acima e do relacionamento referente à Oferta, a Companhia, seu controlador e grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento com o HSBC. A Companhia poderá, no futuro, contratar o HSBC e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

A Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão vir a contratar, no futuro, o HSBC e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações comerciais, incluindo, entre outras, assessoria em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O HSBC e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não adquiriram ou venderam valores mobiliários de emissão da Companhia nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

O HSBC e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão da Companhia nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto em “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pela Emissora ao Coordenador Líder ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta.

A Emissora entende que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do HSBC como instituição intermediária da sua Oferta.

Relacionamento da Emissora com o BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da presente Oferta, o BESI e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico possuem relacionamento comercial com a Companhia. Nesse contexto, o BESI atua como banco repassador de recursos do BNDES captados por meio dos Contratos de Financiamento celebrados junto ao BNDES no âmbito da implantação da UHE Santo Antonio, no valor agregado de R\$ 124,6 milhões, com vencimento em dezembro de 2033 e março de 2034, à taxa de TJLP + 3,8% ao ano, os quais contam com as Garantias descritas na Seção “Características da Oferta” no item “Garantias” na página [•] deste Prospecto.

Além disso, o BESI assessorou a Companhia e ou sociedades de seu conglomerado econômico, conforme abaixo relacionadas, nas seguintes operações:

- (i) Coordenação e Distribuição na Segunda Emissão de Debêntures de infraestrutura da Companhia, no âmbito da Instrução CVM 476, com data de emissão em 27 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 420 milhões, emitidas à taxa de IPCA + 6,20% e data de vencimento em 27 de dezembro de 2022, cujo o saldo devedor é de R\$ 420 milhões, na data deste Prospecto;
- (ii) Serviços de assessoria financeira para participação de Furnas Centrais Elétricas S.A. no leilão de Linhas de Transmissão da ANEEL 004/2011, realizado no ano de 2011 e no leilão de Linhas de Transmissão da ANEEL 002/2012, no ano de 2012; e
- (iii) Atuação como Formador de Mercado das ações de emissão da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, no segmento Latibex da Bolsa de Madrid.

Exceto pelo disposto acima, a Emissora e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o BESI ou seu conglomerado econômico.

O BESI poderá no futuro manter relacionamento comercial com a Emissora e com seu grupo econômico, oferecendo seus produtos e/ou serviços no assessoramento para realização de investimentos, fusões e aquisições, operações de compra e venda de energia, financiamento e/ou em quaisquer outras operações de banco de investimento, podendo vir a contratar com o BESI ou qualquer outra sociedade de seu conglomerado econômico tais produtos e/ou serviços de banco de investimento necessários à condução das atividades da Emissora.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto em “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pela Emissora ao BESI ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta.

A Emissora entende que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do BESI como instituição intermediária da sua Oferta.

OPERAÇÕES VINCULADAS À EMISSÃO

Na data deste Prospecto, não havia operações vinculadas à Oferta em relação aos Coordenadores e à Companhia, seus controladores diretos e indiretos. Para informações sobre operações envolvendo a Companhia e os Coordenadores, ver seção “Relacionamento entre a Emissora e os Coordenadores”, que se inicia na página [•] deste Prospecto e trata dos relacionamentos existentes entre a Companhia e os Coordenadores, além do decorrente da presente Oferta.

Exceto pela remuneração prevista no item “Contrato de Distribuição – Remuneração dos Coordenadores” deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia aos Coordenadores ou às sociedades de seus respectivos conglomerados econômicos cujo cálculo esteja relacionado à Oferta.

INFORMAÇÕES SOBRE A EMISSORA, ASSESSORES E AUDITORES

Para fins do disposto no item 2, do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Emissora e sobre a Oferta poderão ser obtidos nos seguintes endereços e páginas da *internet*:

EMISSORA	Coordenador Líder
Santo Antônio Energia S.A. Avenida das Nações Unidas, nº 4.777, 6º andar, sala 1 CEP 05477-000 – São Paulo, SP At.: Sr. Luiz Pereira de Araújo Filho Telefone: (11) 3702-2296 Fac-símile: (11) 3702-2288 E-mail: risae@santoantonioenergia.com.br www.santoantonioenergia.com.br	Banco BTG Pactual S.A. Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar CEP 04538-133 - São Paulo, SP At.: Sr. Daniel Vaz Telefone: (11) 3383-2000 Fac-símile: (11) 3383-2474 E-mail: daniel.vaz@btgpactual.com www.btgpactual.com
Coordenador	
BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 9º andar CEP 04538-133 – São Paulo, SP At.: Sr. Renato Otranto Telefone: (11) 3074-7360 Fac-símile: (11) 3074-7462 E-mail: rotranto@espíritosantoib.com.br www.espíritosantoib.com.br	HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 4º Andar CEP 01451-000 – São Paulo, SP At.: Sr. Antonio Marques de Oliveira Neto Telefone: (11) 3847 5078 Fac-símile: (11) 3847 9832 E-mail: antonio.m.oliveira@hsbc.com.br www.hsbc.com.br
Assessor Legal da Emissora	Assessor Legal dos Coordenadores
Motta, Fernandes Rocha Advogados Alameda Santos, nº 2.335, 10º andar CEP 01419-002 – São Paulo, SP At.: Sr. Luis Wielewicky / Sra. Beatriz Trovo Telefone: (11) 3082-9398 Fac-símile: (11) 3082-3272 E-mail: lwielewicky@mfra.com.br / btrovo@mfra.com.br www.mfra.com.br	Souza, Cescon, Barrieu & Flesch Advogados Rua Funchal, nº 418 CEP 04551-060 - São Paulo, SP Sr. Alexandre Barreto Telefone: (11) 3089-6500 Fac-símile: (11) 3089-6565 E-mail: alexandre.barreto@scbf.com.br www.scbf.com.br
Agente Fiduciário	Banco Liquidante da Emissão
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, Bloco 04 CEP 22640-102 – Rio de Janeiro, RJ Fax (21) 3385-4046 At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro/Sr. Marco Aurélio Ferreira/ Srta. Marcelle Motta Santoro E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br www.pentagonotrustee.com.br	Itaú Unibanco S.A. Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal CEP 04309-010 – São Paulo, SP At.: Sr. Luiz Petito Telefone: (11) 2797-4441 Fac-símile: (11) 5029-1920 E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br www.itau.com.br
Escriturador Mandatário	Auditores Independentes

Itaú Corretora de Valores S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar
CEP 04309-010 – São Paulo, SP

At.: Sr. Luiz Petito

Telefone: (11) 2797-4441

Fac-símile: (11) 5029-1920

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

www.itau.com.br

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

Avenida Tancredo Neves, nº 620, 30º e 34º andar
CEP 41820-020 – Salvador, BA

At.: Sr. Leandro Mauro Ardito

Telefone: (71) 3319-1900

Fac-símile: (71) 3319-1937

E-mail: leandro.ardito@br.pwc.com

www.pwc.com.br

DECLARAÇÕES DE VERACIDADE

As declarações do Emissor e do Coordenador Líder, prestadas para os fins do artigo 56 da Instrução CVM 400, estão anexas a este Prospecto a partir da página [•].

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS DEBÊNTURES

O investimento nas Debêntures envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar uma decisão de investimento nas Debêntures a serem ofertadas no âmbito da Oferta, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Formulário de Referência e, em particular, avaliar os fatores de risco descritos nesta seção e nas seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência. Os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais, o fluxo de caixa, a liquidez e/ou os negócios atuais e futuros da Companhia podem ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco mencionados abaixo e nas seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto. O preço de mercado das Debêntures pode diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte substancial ou a totalidade de seu investimento nas Debêntures. Os riscos descritos abaixo e nas seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência são aqueles que a Companhia conhece e que acredita que podem afetá-la de maneira adversa, de modo que riscos adicionais não conhecidos pela Companhia atualmente ou que a Companhia considera atualmente irrelevantes também podem afetá-la de forma adversa.

Para os fins desta seção, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, na situação financeira, nos resultados operacionais, no fluxo de caixa, na liquidez e/ou nos negócios atuais e futuros da Companhia, bem como no preço das Debêntures. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

A percepção de riscos em outros países, especialmente nos países de economia emergente, poderá afetar o valor de mercado de títulos e de valores mobiliários brasileiros, incluindo as Debêntures.

Investir em títulos de mercados emergentes, tais como o Brasil, envolve um risco maior do que investir em títulos de emissores de países mais desenvolvidos, e tais investimentos podem ser tidos como sendo de natureza especulativa. Os investimentos em valores mobiliários brasileiros, tal como as Debêntures, estão sujeitos a riscos econômicos e políticos, envolvendo, dentre outros:

- mudanças nos ambientes legal, regulatório, fiscal, econômico e político que podem afetar a capacidade dos investidores de receber pagamentos, no todo ou em parte, com relação a seus investimentos; e
- restrições a investimentos estrangeiros e a repatriação de capital investido.

Os mercados de títulos brasileiros são substancialmente menores, menos líquidos, mais concentrados e mais voláteis do que os principais mercados de títulos americanos e europeus, e não são tão regulamentados ou supervisionados como estes. Não há certezas de que não ocorrerão no Brasil eventos políticos ou econômicos que poderão interferir nas atividades da Emissora, conforme descrito acima.

As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado.

A Escritura de Emissão estabelece hipóteses que ensejam o vencimento antecipado (automático ou não) das obrigações da Emissora com relação às Debêntures. Não há garantias de que a Emissora terá recursos suficientes em caixa para realizar o pagamento integral da dívida representada pelas Debêntures, na hipótese de ocorrência de vencimento antecipado das Debêntures, hipótese na qual a Emissora poderá sofrer um impacto negativo relevante em seu fluxo de caixa, em seus resultados e em suas operações. Para descrição completa dos eventos de vencimento antecipado das Debêntures, vide seção “Características da Oferta - Características da Emissão e das Debêntures - Vencimento Antecipado”, na página [●] deste Prospecto.

Eventual rebaixamento na classificação de risco atualmente atribuída às Debêntures poderá dificultar futuras captações de recursos, bem como acarretar redução de liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário.

Para se realizar uma classificação de risco (*rating*), certos fatores relativos à Emissora são levados em consideração, tais como sua condição financeira, sua administração e seu desempenho. São analisadas, também, características das Debêntures, assim como as obrigações assumidas pela Emissora e os fatores político-econômicos que podem afetar sua condição financeira. Dessa forma, as avaliações representam uma opinião quanto às condições da Emissora de honrar seus compromissos financeiros, tais como pagamento do principal e juros no prazo estipulado. Um eventual rebaixamento em classificações de risco obtidas com relação às Debêntures poderá afetar negativamente o preço desses valores mobiliários e sua negociação no mercado secundário. Caso a classificação de risco originalmente atribuída seja rebaixada, a Emissora pode encontrar dificuldades para realizar outras emissões de títulos e valores mobiliários, o que poderá, consequentemente, ter um impacto negativo relevante em seus resultados e operações e em sua capacidade de honrar com as obrigações relativas à Oferta.

Adicionalmente, alguns dos principais investidores que adquirem valores mobiliários por meio de ofertas públicas no Brasil, tais como entidades de previdência complementar, estão sujeitos a regulamentações específicas que condicionam seus investimentos em valores mobiliários a determinadas classificações de risco. Assim, o rebaixamento de classificações de risco das Debêntures pode obrigar esses investidores a alienar seus valores mobiliários no mercado secundário, podendo vir a afetar negativamente o preço dessas Debêntures e sua negociação no mercado secundário.

A Baixa liquidez do mercado secundário brasileiro de Debêntures pode dificultar o desinvestimento nas Debêntures por seus titulares.

Atualmente, o mercado secundário existente no Brasil apresenta baixa liquidez para negociações de debêntures e não há nenhuma garantia de que existirá, no futuro, um mercado ativo e líquido para negociação desses valores mobiliários que possibilite aos subscritores desses títulos sua alienação imediata caso estes assim decidam. Dessa forma, os titulares de Debêntures emitidas no âmbito da Oferta podem ter dificuldade em realizar a venda desses títulos no mercado secundário. Adicionalmente, a liquidez das Debêntures poderá ser negativamente afetada por uma crise no mercado de dívida local ou internacional, fazendo com que os titulares das Debêntures possam ter dificuldade em realizar a venda desses títulos no mercado secundário ou até mesmo podem não conseguir realizá-la, e, consequentemente, podem sofrer prejuízo.

A espécie das Debêntures é quirografária com garantia adicional real e fidejussória e as

garantias podem não ser suficientes para o pagamento das Debêntures.

As Debêntures são quirografárias e contam com garantia adicional real e fidejussória. Caso a Emissora não cumpra com suas obrigações de pagamento, as garantias poderão ser executadas e, nesta hipótese, os recursos obtidos poderão não ser suficientes para pagamento, total ou parcial, das Debêntures e demais obrigações também garantidas pelas Garantias e Suporte de Acionistas. Adicionalmente, na hipótese de recuperação judicial, os titulares das Debêntures somente têm privilégio até o limite do valor da garantia real constituída e na hipótese de falência da Companhia, os titulares das Debêntures somente têm privilégio até o limite do valor obtido com a liquidação das garantias reais, nos termos do Contrato de Compartilhamento de Garantias (em atendimento ao critério legal de classificação dos créditos previsto na lei 11.101 de 9 de fevereiro de 2005).

A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá impactar adversamente a definição da Remuneração das Debêntures, e o investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário.

A taxa de remuneração das Debêntures será definida com base no Procedimento de *Bookbuilding*, no qual serão aceitas intenções de investimento de investidores que sejam Pessoas Vinculadas. A participação de investidores que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures e o investimento nas Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário uma vez que referidas Pessoas Vinculadas podem optar por manter estas Debêntures fora de circulação, influenciando a sua liquidez.

Caso as Debêntures deixem de satisfazer determinadas características que as enquadrem como debêntures incentivadas ou debêntures de infraestrutura, a Companhia não pode garantir que elas continuarão a receber o tratamento tributário diferenciado previsto na Lei 12.431.

Nos termos da Lei 12.431, foi reduzida para 0% a alíquota do imposto de renda incidente sobre os rendimentos auferidos por pessoas físicas e jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior que tenham se utilizado dos mecanismos de investimento da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.689 e que não sejam residentes ou domiciliados em país que não tribute a renda ou a tribute à alíquota máxima inferior a 20%, em decorrência da titularidade de, dentre outros, debêntures que atendam a determinadas características, como as Debêntures dessa Oferta, e que tenham sido objeto de oferta pública de distribuição por pessoas jurídicas de direito privado não classificadas como instituições financeiras e regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional ou CVM, como a Companhia.

Adicionalmente, a Lei 12.431 estabeleceu que os rendimentos auferidos por pessoas físicas residentes ou domiciliadas no Brasil, em decorrência de sua titularidade de debêntures incentivadas ou debêntures de infraestrutura, como as Debêntures, que tenham sido emitidas por concessionárias, permissionárias, autorizatárias ou arrendatárias, constituídas sob a forma de sociedade por ações, para implementar projetos de investimento na área de infraestrutura, como a Companhia, sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda na fonte a alíquota de 0%, desde que os projetos de investimento na área de infraestrutura sejam considerados como prioritários na forma regulamentada pelo Governo Federal.

São consideradas debêntures incentivadas ou debêntures de infraestrutura as debêntures que, além dos requisitos descritos acima, apresentem, cumulativamente, as seguintes características: (1) sejam remuneradas por taxa de juros prefixada, vinculada a índice de preço ou à taxa referencial, (2) não

admitam a pactuação total ou parcial de taxa de juros pós-fixada, (3) apresentem prazo médio ponderado superior a quatro anos, (4) não admitam a sua recompra pelo respectivo emissor nos dois primeiros anos após a sua emissão, tampouco a sua liquidação antecipada por meio de resgate ou pré-pagamento, (5) não estabeleçam compromisso de revenda assumido pelo respectivo titular, (6) apresentem prazo de pagamento periódico de rendimentos, se existente, com intervalos de, no mínimo, 180 dias, (7) comprove-se a sua negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários no Brasil, e (8) os recursos com elas captados sejam alocados em projetos de investimento.

Dessa forma, caso as Debêntures deixem de satisfazer qualquer uma das características relacionadas nos itens (1) a (8) do parágrafo anterior, as Debêntures poderão perder o tratamento tributário diferenciado previsto na Lei 12.431.

Nessa hipótese, os rendimentos auferidos em decorrência da titularidade das Debêntures pelas pessoas acima mencionadas poderão deixar de ser tributados a alíquota de 0%, passando a ser tributados a alíquota variável de 15% a 22,5% para Pessoas físicas residentes no Brasil e 15% ou 25%, conforme as pessoas residentes do exterior, sejam ou não residentes ou domiciliados em país que não tribute a renda ou a tribute à alíquota máxima inferior a 20%. Da mesma forma, a Companhia não pode garantir que os rendimentos auferidos desde a data de subscrição e integralização das Debêntures não serão cobrados pelas autoridades brasileiras competentes, acrescido de juros calculados segundo a taxa SELIC e multa.

Além disso, a Companhia não pode garantir que a Lei 12.431 não será novamente alterada, questionada, extinta ou substituída por leis mais restritivas, o que poderia afetar ou comprometer o tratamento tributário diferenciado previsto na Lei 12.431 conferido às Debêntures.

Adicionalmente, na hipótese de não aplicação dos recursos oriundos da Oferta nos projetos de investimento, é estabelecida uma penalidade de 20% para a Emissora sobre o valor não destinado aos projetos de investimento, sendo mantido o tratamento tributário diferenciado previsto na Lei 12.431 aos investidores nas Debêntures que sejam pessoas elegíveis. Se incorrer nesta violação, a Companhia não pode garantir que terá recursos suficientes para o pagamento dessa penalidade ou, se tiver, que isso não terá um efeito adverso para a Companhia.

Ainda, nos termos da Escritura de Emissão, caso a Emissora não utilize os recursos conforme previsto na seção “Destinação de Recursos”, dando causa ao seu desenquadramento da Lei 12.431, esta será responsável pelo custo de todos os tributos, incidentes sobre os pagamentos, remuneração e reembolso devidos aos Debenturistas, bem como pela multa, a ser paga nos termos da Lei 12.431, equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Emissão não alocado no Projeto. Não há garantias de que a Emissora possuirá recursos suficientes para honrar essa obrigação e, caso possua, tais despesas terão efeito material adverso para a Emissora.

A Oferta será realizada em 2 séries, sendo que a alocação das Debêntures entre as séries será definida no Procedimento de Bookbuilding, o que poderá afetar a liquidez da série com menor demanda.

O número de Debêntures a ser alocado em cada série da Emissão será definido de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores apurada em Procedimento de *Bookbuilding*, observado que a alocação das Debêntures entre as 2 séries ocorrerá por meio do Sistema de Vasos Comunicantes, de acordo com o plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores, o que poderá afetar a liquidez da série com menor demanda.

A limitação na execução das Garantias poderá afetar o recebimento do valor do crédito dos Debenturistas

O processo de excussão das Garantias das Debêntures, tanto judicial quanto extrajudicial, pode ser demorado e seu sucesso depende de diversos fatores que não estão sob o controle da Emissora ou de seus respectivos credores. O produto da excussão das Garantias pode não corresponder aos valores pelos quais referidos direitos e/ou ativos foram avaliados ou pode não ser suficiente para pagar integralmente ou até mesmo parcialmente o saldo devedor das Debêntures.

A Emissora requereu seu registro de companhia aberta na categoria B perante a CVM, sendo que tal categoria não permite que suas ações sejam negociadas em mercados regulamentados de valores mobiliários. Assim, as ações dadas em garantia não possuem nenhuma liquidez, o que pode afetar adversamente o seu preço de venda, em caso de exercício de referida garantia.

Determinadas informações financeiras dos Fiadores, incorporadas por referência a este Prospecto Preliminar, serão atualizadas no decorrer da Oferta e informações contidas neste Prospecto Preliminar poderão não refletir a condição financeira dos Fiadores quando da referida divulgação.

As informações financeiras dos Fiadores foram incorporadas por referência a este Prospecto Preliminar, conforme regulamentação aplicável da CVM, sendo relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 e terceiro trimestre de 2013. Durante o curso da Oferta, até o fim de março de 2013, os Fiadores deverão publicar suas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. As informações financeiras atualizadas dos Fiadores, relativas ao exercício de 2013, não serão atualizadas no Prospecto, porém as mesmas serão incorporadas por referência a este Prospecto Preliminar. Assim, recomendamos a leitura destas informações financeiras, pois podem, especialmente, (1) não refletir mudanças significativas relacionadas aos Fiadores, que podem ocorrer a partir da data deste Prospecto Preliminar; e/ou (2) não indicar precisamente a condição financeira presente e futura, o resultado das operações e os fluxos de caixa presentes e futuros dos Fiadores.

A execução eficiente das Garantias Compartilhadas entre os Credores, nos termos do Contrato de Compartilhamentos de Garantias e Outras Avenças e seus aditamentos, poderá ser afetada caso os credores não hajam coordenadamente.

As garantias reais das Debêntures, previstas no Contrato de Penhor e no Contrato de Cessão Fiduciária, serão compartilhadas entre os Credores e os Debenturistas. nos termos do Contrato de Compartilhamento de Garantias, o qual prevê, no caso de vencimento antecipado de qualquer das obrigações garantidas, a possibilidade de os credores iniciarem o processo de execução agindo em conjunto ou individualmente, conforme opção dos credores à época, e sem guardar ordem de preferência entre eles. Eventuais conflitos entre os credores poderão resultar em atrasos na excussão das garantias reais compartilhadas ou na execução das garantias compartilhadas da forma não eficiente, o que pode prejudicar a recuperação dos valores devidos a tais credores, inclusive aos Debenturistas. Ademais, o produto da execução das Garantias compartilhadas pode não ser suficiente para satisfação de todos os credores, inclusive os Debenturistas.

TRIBUTAÇÃO

O disposto nesta seção foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto Preliminar, e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos investidores, no caso de as Debêntures cumprirem integralmente os requisitos previstos nos artigos 1º e 2º da Lei 12.431.

Caso a Emissora não tenha êxito em alocar integralmente os recursos captados pelas Debêntures no pagamento futuro ou no reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas ao Projeto, a Emissora estará sujeita à multa equivalente a 20% do valor captado e não alocado no Projeto, mantido, mesmo nesta hipótese, o tratamento tributário abaixo descrito.

As disposições desta seção tomam por base a interpretação da Lei 12.431 em termos gerais, podendo haver exceções, motivo pelo qual os investidores devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados nas Debêntures.

IMPOSTO DE RENDA NA FONTE

Titulares de Debêntures residentes no Brasil

Os rendimentos decorrentes dos investimentos nas Debêntures, assim considerados quaisquer valores que constituam remuneração do capital aplicado, incluindo os ganhos de capital auferidos na alienação das Debêntures, estarão sujeitos à incidência do IRFonte, exclusivamente na fonte: (i) à alíquota de 0%, quando auferidos por pessoas físicas; e (ii) à alíquota de 15%, quando auferidos por pessoa jurídica, hipótese em que os rendimentos serão excluídos na apuração do lucro real para fins de cálculo do IRPJ.

O benefício acima descrito aplica-se às debêntures que atendam aos requisitos estabelecidos no artigo 2º da Lei 12.431.

Imposto sobre Operações que Envolvam Títulos e Valores Mobiliários (IOF/Títulos)

Regra geral, as operações de aquisição, cessão, resgate, repactuação ou pagamento para liquidação de títulos e valores mobiliários estão sujeitas ao IOF/Títulos. Atualmente, as operações com Debêntures estão sujeitas ao IOF/Títulos à alíquota de 0%. Todavia, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% ao dia, embora essa possibilidade seja válida apenas para as transações efetuadas em data futura à majoração da alíquota.

Outros Impostos válidos no Brasil

No âmbito federal, o sistema fiscal brasileiro não prevê o pagamento de impostos sobre herança, doações ou sucessões aplicados sobre a propriedade, transmissão ou alienação de capital. Entretanto, impostos sobre doações e herança são cobrados em alguns estados do País sobre transações efetuadas por investidores não residentes em benefício de indivíduos ou instituições domiciliadas ou residentes nessas unidades federativas. Segundo as normas brasileiras, os investidores não residentes não estão sujeitos ao pagamento de impostos ou taxas semelhantes sobre selo, emissão, registro ou similares.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão, estimados em R\$[●], serão utilizados para viabilização e implementação das 50 unidades geradoras da UHE Santo Antonio, que foi considerado prioritário pelo Ministério das Minas e Energia, nos termos da Lei 12.431 e do Decreto 7.603.

A implementação do Projeto já está em curso, encontrando-se em fase de projeto e obras, sendo que seu encerramento é estimado para novembro de 2016.

A totalidade dos recursos financeiros necessários para a implantação do Projeto é de, aproximadamente, R\$19,5 bilhões, já tendo sido investidos até 31 de dezembro de 2013, aproximadamente, R\$15 bilhões, o que representa cerca de 77% do investimento total do Projeto.

A Emissora estima que a presente emissão de Debêntures deve representar aproximadamente 3,5% das necessidades de recursos financeiros do Projeto. O restante do montante necessário para o Projeto advém de financiamentos já contratados pela Companhia, das 1ª e 2ª emissões de debêntures da Emissora e do aporte de recursos de seus acionistas indiretos na MESA e da MESA na Emissora.

Projeto:	Viabilização e implementação das 50 unidades geradoras da UHE Santo Antonio
Fase em que se encontra o projeto:	Projeto em curso. Fase de projeto e obras
Estimativa do seu encerramento:	Novembro de 2016
Volume estimado para a realização do Projeto	R\$19,5 bilhões, desde 1 de dezembro de 2008, data de celebração do Contrato de Concessão, até novembro de 2016, data estimada de conclusão do Projeto
Percentual dos recursos líquidos estimados decorrentes das Debêntures a ser destinado ao Projeto:	100%

Os recursos necessários para a Emissora atingir os objetivos indicados acima poderão decorrer de uma combinação dos recursos líquidos que vier a receber com a Oferta e outras fontes decorrentes de financiamentos adicionais e do caixa decorrente de suas atividades operacionais.

A destinação dos recursos líquidos que a Emissora vier a receber com a Oferta se baseia em análises, perspectivas atuais e projeções sobre eventos futuros e tendências, por parte da Emissora. Alterações nesses e em outros fatores podem obrigar a Emissora a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta quando de sua efetiva utilização, ao seu exclusivo critério.

A realização da Oferta causará impactos na situação patrimonial e financeira da Emissora, considerando a utilização dos recursos de acordo com o previsto acima. Para informações adicionais e avaliação sobre o impacto em situação patrimonial dos recursos líquidos auferidos pela Emissora em decorrência da Oferta, veja as seções “Capitalização” deste Prospecto, bem como a seção “10. Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência.

CAPACIDADE DE PAGAMENTO

Os administradores da Emissora, com base em análise dos indicadores de desempenho da Emissora, sua geração operacional de caixa e sua posição de caixa, entendem que a Emissora possui plenas condições para honrar as obrigações de curto, médio e longo prazos existentes, incluindo as Debêntures, bem como para continuar expandindo suas operações. De acordo com os administradores da Emissora, sua geração de caixa confere recursos para honrar com todas as obrigações de longo prazo existentes.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento da Emissora nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2013 estão apresentados na tabela a seguir:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(em R\$ mil)		
	2013	2012
Caixa Líquido aplicado nas atividades operacionais	(234.855)	(161.229)
Caixa Líquido aplicado nas atividades de Investimento	(2.408.593)	(2.346.983)
Caixa Líquido proveniente das atividades de financiamento	2.831.582	2.163.678
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	188.134	(344.534)

Para mais informações sobre a capacidade de pagamento da Emissora, consultar (i) suas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto Preliminar a partir da página [●]; e (ii) a seção “10.1. Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página [●].

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir indica os montantes consolidados de caixa, disponibilidades e aplicações financeiras, endividamento de curto e longo prazo e estrutura de capital da Emissora, em 31 de dezembro de 2013, extraídas das demonstrações financeiras da Emissora, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

As informações da coluna “Ajustado pela Oferta” apresentadas abaixo têm caráter meramente ilustrativo e apresenta a capitalização da Emissora demonstrando os efeitos da presente Oferta, com base no valor líquido de R\$[●], referente aos recursos obtidos com a colocação da totalidade das Debêntures ofertadas, e assumindo que os recursos sejam integralmente utilizados conforme descrito na seção “Destinação dos Recursos” deste Prospecto.

O investidor deve ler essa tabela em conjunto com as demonstrações financeiras e respectivas notas explicadas, e as seções “3. Informações financeiras selecionadas” e “10. Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência.

Em 31 de dezembro de 2013		
(Em mil R\$)		
	Efetivo	Ajustado pela Oferta
Caixa e equivalentes de caixa	293.377	[●]
Empréstimos e Financiamento – Circulante	234.571	[●]
Empréstimos e Financiamento – Não Circulante	9.478.211	[●]
Patrimônio Líquido	5.869.033	[●]
Capitalização Total ⁽¹⁾	15.581.815	[●]

⁽¹⁾ A capitalização total é a soma do “Empréstimos e Financiamentos – Circulante” e do “Empréstimos e Financiamentos – Não Circulante” com o Patrimônio Líquido da Companhia.

INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS FIADORES

As Debêntures contarão ainda com fianças prestadas pela (i) Centrais Elétricas Brasileiras S.A., sociedade por ações de economia mista, constituída em conformidade com a autorização contida na Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, conforme alterada, com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Comercial Norte, Quadra 04, Bloco “B”, nº 100, Sala 203, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.001.180/0001-26, obrigando-se, na qualidade de principal pagadora das obrigações decorrentes da Escritura de Emissão, limitada a 39% das obrigações decorrentes da Emissão, com renúncia expressa aos artigos 366, 827 e 838 do Código Civil; e (ii) Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, nº 1.200, 5º andar, ala B1, CEP 30190-131, bairro Santo Agostinho, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.155.730/0001-64, obrigando-se, na qualidade de principal pagadora das obrigações decorrentes da Escritura de Emissão, limitada a 10% das obrigações decorrentes da Emissão, com renúncia expressa aos artigos 366, 827 e 838 do Código Civil.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.

A Eletrobras tem por objeto social: I - realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras e linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, tais como a comercialização de energia elétrica; II - cooperar com o Ministério, ao qual se vincule, na formulação da política energética do País; III - conceder financiamentos a empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica sob seu controle, e prestar garantia, no País ou no exterior, em seu favor, bem como adquirir debêntures de sua emissão; IV - conceder financiamentos e prestar garantia, no País ou no exterior, em favor de entidades técnico-científicas de pesquisa sob seu controle; V - promover e apoiar pesquisas de interesse do setor energético, ligadas à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como estudos de aproveitamento de reservatórios para fins múltiplos; VI - contribuir para a formação do pessoal técnico necessário ao setor de energia elétrica brasileiro, bem como para a preparação de operários qualificados, mediante cursos especializados, podendo, também, conceder auxílio aos estabelecimentos de ensino do País ou bolsas de estudo no exterior e assinar convênios com entidades que colaborem na formação de pessoal técnico especializado; VII - colaborar, técnica e administrativamente, com as empresas de cujo capital participe acionariamente e com órgãos do Ministério ao qual se vincule.

Para acessar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 2012, disponível no *website* da CVM, acessar: www.cvm.gov.br (neste *website*, acessar “Cias abertas e estrangeiras”, clicar em “ITR, DFP, IAN, IPE, FC, FR e outras informações”, buscar por “Centrais Elétricas Brasileiras”, clicar em “CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.”, clicar em “Dados Econômico-Financeiros”, clicar em “Download” em “Dados Econômico-Financeiros – Demonstrações Financeiras Anuais Completas - Data Ref.: 31/12/2012 – Data Entrega: 12/04/2013 às 18:56 horas”).

Para acessar as Informações Trimestrais da Companhia relativas aos trimestres e períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2013, disponível no *website* da CVM, acessar: www.cvm.gov.br (neste *website*, acessar “Cias abertas e estrangeiras”, clicar em “ITR, DFP, IAN, IPE, FC, FR e outras informações”, buscar por “Centrais Elétricas Brasileiras”, clicar em “CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.”, clicar em “ITR”, clicar em “CONSULTA” em “ITR – ENET – Ativo – Data Encerramento: 30/09/2013 – Data Entrega: 14/11/2013 às 20:03 horas”).

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG

A CEMIG tem por objeto social: construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos; a desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; a prestar serviços de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior; e a exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social, incluindo o desenvolvimento e a exploração de sistemas de telecomunicação e de informação.

Para acessar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 2012, disponível no *website* da CVM, acessar: www.cvm.gov.br (neste *website*, acessar “Cias abertas e estrangeiras”, clicar em “ITR, DFP, IAN, IPE, FC. FR e outras informações”, buscar por “CEMIG”, clicar em “CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG”, clicar em “Dados Econômico-Financeiros”, clicar em “Download” em “Dados Econômico-Financeiros – Demonstrações Financeiras Anuais Completas - Data Ref.: 31/12/2012 – Data Entrega: 16/04/2013 às 23:47 horas”).

Para acessar as Informações Trimestrais da Companhia relativas aos trimestres e períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2013, disponível no *website* da CVM, acessar: www.cvm.gov.br (neste *website*, acessar “Cias abertas e estrangeiras”, clicar em “ITR, DFP, IAN, IPE, FC. FR e outras informações”, buscar por “CEMIG”, clicar em “CIA ENERG MINAS GERAIS - CEMIG”, clicar em “ITR”, clicar em “CONSULTA” em “ITR – ENET – Ativo – Data Encerramento: 30/09/2013 – Data Entrega: 14/11/2013 às 03:05 horas”).